

metro

Relatório e Contas de 2007



Metropolitano de Lisboa

Índice

3	1. Missão, objectivos e políticas da empresa
4	2. Mensagem do presidente
7	3. Órgãos sociais
13	4. Relatório do exercício
13	4.1 Aspectos relevantes ocorridos em 2007
14	4.2 Serviço prestado
17	4.3 Responsabilidade social
19	4.4 Relações internacionais
20	4.5 Recursos materiais e tecnológicos
23	4.6 Recursos humanos
27	4.7 Expansão da rede
30	4.8 Investimentos
31	5. Cumprimento dos princípios de bom governo
33	6. Economia e finanças
33	6.1 Balanço do ano
43	6.2 Proposta de aplicação de resultados
45	7. Demonstrações financeiras
51	8. Anexo ao balanço e à demonstração de resultados
85	9. Parecer da Comissão de Fiscalização
89	10. Certificação legal das contas

metro



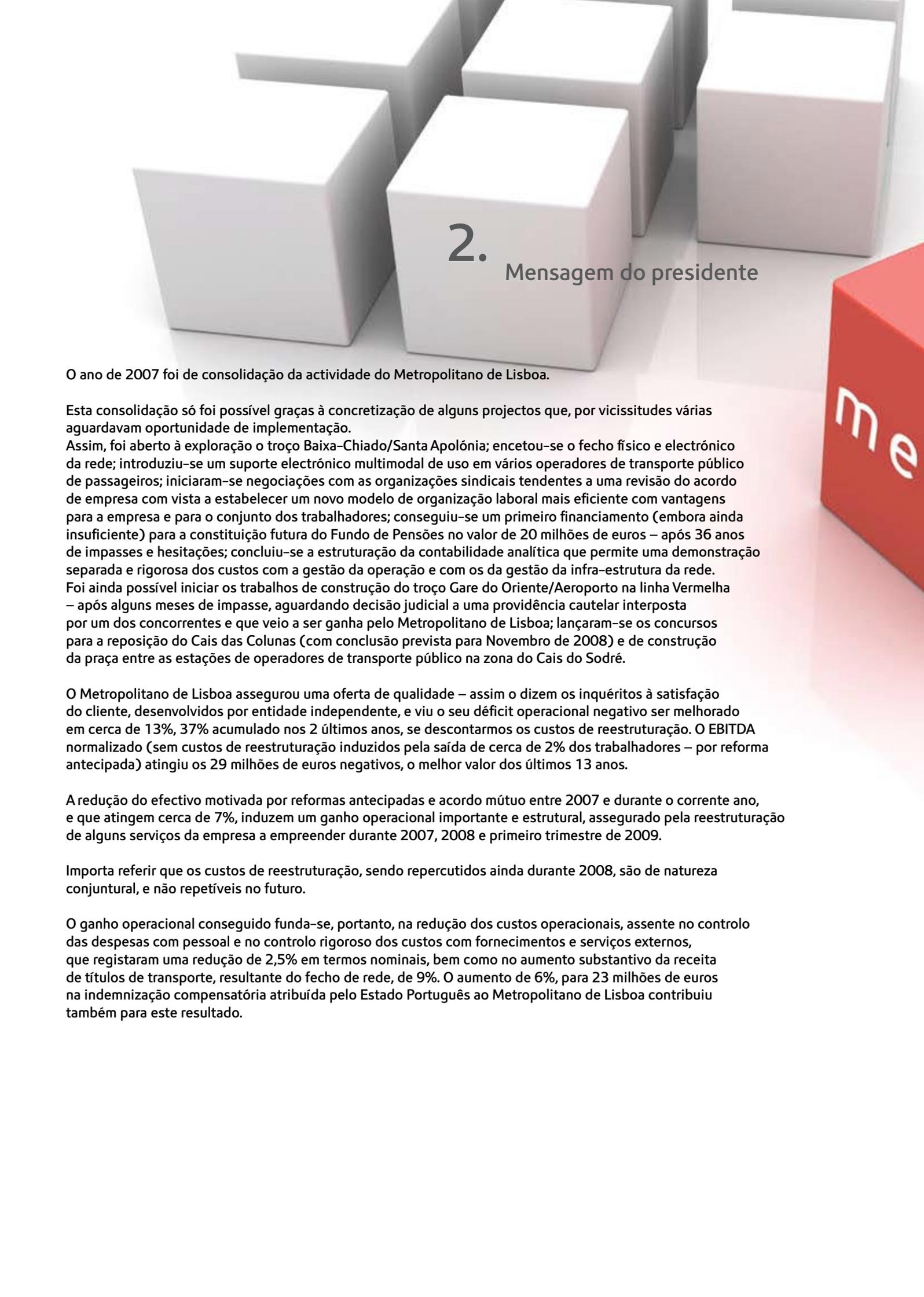
1. Missão, objectivos e políticas da empresa

Missão

A missão do Metropolitano de Lisboa (ML) é a prestação do Serviço Público de Transporte Colectivo de Passageiros, em sistema de metro, segundo princípios de racionalidade económico-financeira e de eficácia social e ambiental.

Objectivos e Políticas da Empresa

- Antecipar e responder, atempadamente, às necessidades do mercado e às expectativas dos clientes, mediante a:
 - a) melhoria da capacidade, da qualidade e da fiabilidade do serviço oferecido;
 - b) concretização e desenvolvimento da Rede em tempo e dentro do princípio de racionalidade económico-financeira.
- Assegurar o serviço oferecido garantindo a sustentabilidade social, económico-financeira e ambiental, mediante a:
 - a) racionalização dos custos de exploração;
 - b) melhoria do rendimento energético e da sustentabilidade ambiental;
 - c) execução de uma gestão orientada para o cliente e para a promoção da mobilidade.
- Contribuir para o desenvolvimento sustentado do sistema de transportes na Área Metropolitana de Lisboa:
 - a) promovendo soluções para a gestão eficaz do sistema de transportes;
 - b) contribuindo para uma adequada articulação com outros modos de transporte colectivo, visando:
 - um melhor planeamento da exploração;
 - uma melhor articulação tarifária;
 - a definição de políticas para uma gestão articulada de recursos e meios; e,
 - a promoção conjunta do Transporte Colectivo.



2. Mensagem do presidente

O ano de 2007 foi de consolidação da actividade do Metropolitano de Lisboa.

Esta consolidação só foi possível graças à concretização de alguns projectos que, por vicissitudes várias aguardavam oportunidade de implementação.

Assim, foi aberto à exploração o troço Baixa-Chiado/Santa Apolónia; encetou-se o fecho físico e electrónico da rede; introduziu-se um suporte electrónico multimodal de uso em vários operadores de transporte público de passageiros; iniciaram-se negociações com as organizações sindicais tendentes a uma revisão do acordo de empresa com vista a estabelecer um novo modelo de organização laboral mais eficiente com vantagens para a empresa e para o conjunto dos trabalhadores; conseguiu-se um primeiro financiamento (embora ainda insuficiente) para a constituição futura do Fundo de Pensões no valor de 20 milhões de euros – após 36 anos de impasses e hesitações; concluiu-se a estruturação da contabilidade analítica que permite uma demonstração separada e rigorosa dos custos com a gestão da operação e com os da gestão da infra-estrutura da rede. Foi ainda possível iniciar os trabalhos de construção do troço Gare do Oriente/Aeroporto na linha Vermelha – após alguns meses de impasse, aguardando decisão judicial a uma providência cautelar interposta por um dos concorrentes e que veio a ser ganha pelo Metropolitano de Lisboa; lançaram-se os concursos para a reposição do Cais das Colunas (com conclusão prevista para Novembro de 2008) e de construção da praça entre as estações de operadores de transporte público na zona do Cais do Sodré.

O Metropolitano de Lisboa assegurou uma oferta de qualidade – assim o dizem os inquéritos à satisfação do cliente, desenvolvidos por entidade independente, e viu o seu défice operacional negativo ser melhorado em cerca de 13%, 37% acumulado nos 2 últimos anos, se descontarmos os custos de reestruturação. O EBITDA normalizado (sem custos de reestruturação induzidos pela saída de cerca de 2% dos trabalhadores – por reforma antecipada) atingiu os 29 milhões de euros negativos, o melhor valor dos últimos 13 anos.

A redução do efectivo motivada por reformas antecipadas e acordo mútuo entre 2007 e durante o corrente ano, e que atingem cerca de 7%, induzem um ganho operacional importante e estrutural, assegurado pela reestruturação de alguns serviços da empresa a emprender durante 2007, 2008 e primeiro trimestre de 2009.

Importa referir que os custos de reestruturação, sendo repercutidos ainda durante 2008, são de natureza conjuntural, e não repetíveis no futuro.

O ganho operacional conseguido funda-se, portanto, na redução dos custos operacionais, assente no controlo das despesas com pessoal e no controlo rigoroso dos custos com fornecimentos e serviços externos, que registaram uma redução de 2,5% em termos nominais, bem como no aumento substantivo da receita de títulos de transporte, resultante do fecho de rede, de 9%. O aumento de 6%, para 23 milhões de euros na indemnização compensatória atribuída pelo Estado Português ao Metropolitano de Lisboa contribuiu também para este resultado.

Mesmo sem atender aos custos da reestruturação empreendida a melhoria operacional cifra-se nos 5,4%.

O nível de endividamento cresceu 4,8%, fruto do déficit operacional, do investimento e sobretudo dos encargos resultantes do passivo bancário remunerado.

O modelo de gestão da dívida permitiu, contudo, conter o valor com os juros e encargos da dívida. A este propósito cabe realçar que a gestão do passivo remunerado, através do mercado de derivados, logrou uma poupança de 83,9 milhões de euros nos 2 últimos anos, dos quais 58,6 milhões em 2007.

De resto, num ambiente de subida de taxas de juro, de cerca de 19% para as “yields” mais longas, os encargos com os juros da dívida mantiveram-se praticamente inalteráveis.

O serviço de transporte público de passageiros que o Metropolitano oferece é reconhecidamente de uma qualidade elevada, procurando-se que, de futuro, a mesma seja melhorada a custos económicos realistas e compatíveis com as restrições económicas e financeiras que são conhecidas.

O ambiente de subida de preços dos combustíveis deverá ser uma oportunidade aproveitada por todos os operadores de transporte público para sedimentar a sua posição nos eixos de mobilidade da cidade, contribuindo, desta forma, para um rebalanceamento económico, social e ambientalmente mais saudável e sustentado das regiões que servem.

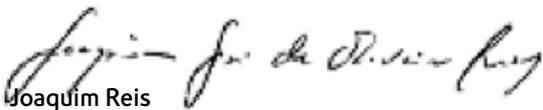
O Metropolitano de Lisboa está empenhado em garantir soluções para este objectivo.

É de sublinhar a boa colaboração, sempre atenta, leal e franca, da Comissão de Fiscalização, auditores externos e Revisor Oficial de Contas, a quem agradecemos.

Uma palavra final de reconhecimento aos trabalhadores do Metropolitano que, entendendo a importância de uma prestação de serviço de transporte de passageiros de qualidade num quadro de uma maior eficiência, colocaram toda a dedicação e empenho no exercício das suas funções e atribuições, contribuindo, decisivamente, desse modo para os resultados alcançados.

Sendo que o modelo de gestão das cidades passa pelos transportes públicos, o Metropolitano de Lisboa é, a este propósito, um sistema central na cidade de Lisboa.

Os nossos clientes e a cidade assim o merecem.


Joaquim Reis



metro

3. Órgãos sociais

3.1 Membros dos órgãos sociais e suas competências

Conselho de Gerência

Nomeado por RCM n.º 101/2006, de 2 de Novembro, para um mandato de três anos:

Funções e Responsabilidades dos Membros do CG:

Presidente do Conselho de Gerência

Dr. Joaquim Reis

- Representação Institucional do ML
- Autoridade de Segurança
- Secretaria-Geral e Comunicação
- Economia e Finanças
- Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (vertente orçamento e controlo de gestão)
- Sistemas e Tecnologias de Informação
- Gabinete de Auditoria
- Participadas: Presidente do CA da Ferconsult, S.A.; Presidente do CA da Metrocom, S.A.; Presidente da AG da Ensitrans, A.E.I.E.; Vogal da Trem, A.C.E. e Vogal da Trem II, A.C.E.

Vogal do Conselho de Gerência

Eng.º Morais Correia

- Gestão de Infra-estruturas
- Gestão de Projectos e Obras de Expansão e Modernização da Rede
- Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (vertente gestão e projecto de obra)
- Participadas: Vogal da Ferconsult, S.A.; Vogal da Ensitrans, A.E.I.E.; Vogal da SOTRANS, S.A.

Vogal do Conselho de Gerência

Eng.º Jorge Jacob

- Exploração Comercial
- Exploração Industrial
- Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão (vertente comercial e expansão)
- Desenvolvimento da função Marketing Estratégico e Operacional
- Património Artístico e Histórico, conjuntamente com o CG/Dr. Pedro Bogas
- Participadas: Vogal da Publimetro, S.A. e Presidente da AG da Metrocom, S.A.

Vogal do Conselho de Gerência

Dr. Pedro Bogas

- Recursos Humanos
- Gabinete Jurídico e de Contencioso
- Património Artístico e Histórico, conjuntamente com o CG/Eng.º Jorge Jacob
- Participadas: Vogal da Publimetro, S.A.; Presidente da AG da Ferconsult, S.A. e Presidente da AG da Sotrans, S.A.

Vogal do Conselho de Gerência

Dr. Miguel Roquette

- Provedor Arbitral
- Relações com a Câmara Municipal de Lisboa, acompanhando a vertente institucional a cargo do PCG.
- Participadas: Presidente da AG da Publimetro S.A. e Presidente da AG da Gil, S.A.

Comissão de Fiscalização

Nomeada por Despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e dos Transportes, de 26 de Outubro de 1998 por um período de três anos, renováveis:

Presidente

Dr. Renato Campos

Vogal

Dr. Evaristo Branquinho

Vogal

Caiano Pereira, António e José Reimão, SROC

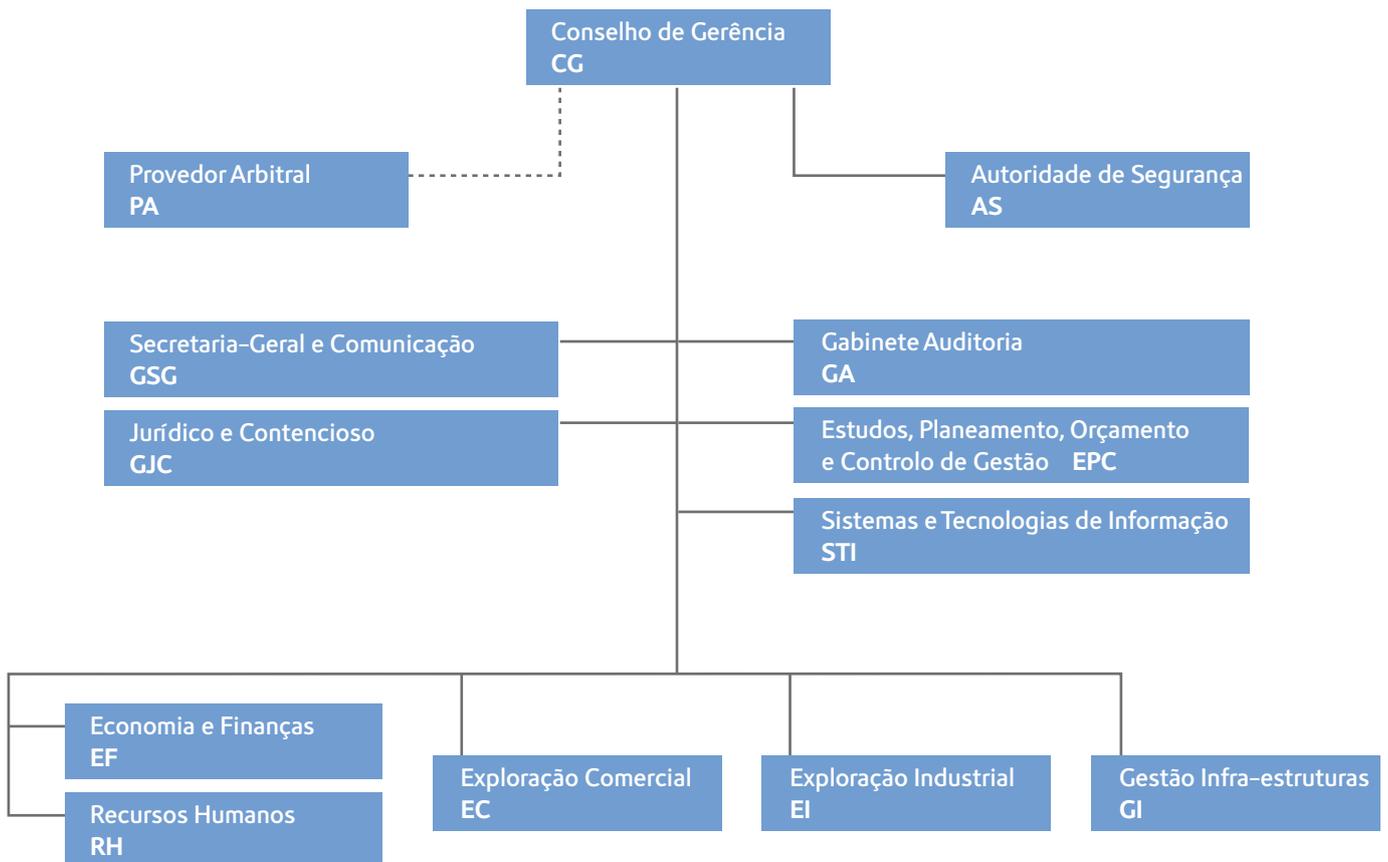
Representada pelo:

Dr. José Martins Reimão¹

¹ Por Despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças n.º 192/08-SETF de 18 de Março, a firma Caiano Pereira, António e José Reimão, SROC passou a ser representada pelo Dr. Luís Caiano Pereira.

Estrutura organizacional

Pese embora se tenha mantido inalterável o Organigrama da Empresa, em 2007 verificou-se a nomeação de novos directores para as áreas de Gestão de Infra-estruturas e Autoridade de Segurança, em Junho e Setembro respectivamente.



Autoridade de Segurança
 Exploração Comercial
 Gestão Infra-estruturas
 Exploração Industrial
 Economia e Finanças
 Recursos Humanos
 Secretaria-Geral e Comunicação
 Jurídico e Contencioso
 Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão
 Auditoria
 Sistemas e Tecnologias de Informação
 Provedor Arbitral ²

Eng.º Armando Silva Neves
 Eng.º Pedro Machado Vazão de Almeida
 Eng.º João Afonso Monteiro Correia
 Eng.º José Osvaldo Bagarrão
 Dr. José Maria Ferreira de Melo
 Dr.ª Maria Paula Ferreira Freitas Martins Caçador
 Dr. António José Pinto Mendes Mourão
 Dr. Nuno Mariano Agostinho Soares
 Dr. Luís Filipe Pereira Melo de Almeida
 Dr. José António Carballo Sequeira
 Dr. Carlos José Duarte Rocha
 Dr. Guilherme da Palma Carlos

² Órgão autónomo com estatuto próprio.

3.2 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações ilíquidas auferidas em 2007, foram as seguintes:

Estatuto remuneratório do órgão de gestão – 2007

Base de cálculo => Grupo A – Grau de complexidade 1

	Un: €				
	Joaquim Reis Presidente	Morais Correia Vogal executivo	Jorge Jacob Vogal executivo	Pedro Bogas Vogal executivo	Miguel Roquette Vogal executivo
1. Remuneração					
Vencimento base	57.030,60	50.450,16	50.450,16	50.450,16	50.450,16
Despesas de representação ^(a)	19.960,68	15.135,00	15.135,00	15.135,00	15.135,00
Remuneração adicional ^(b)	10.123,80	10.123,80	10.123,80	10.123,80	10.123,80
Subsídio de férias / Natal	5.596,20	5.047,83	5.047,83	5.047,83	5.047,83
2. Outras regalias e compensações					
Plafond máximo para uso de telemóvel	135 €/mês	135 €/mês	135 €/mês	135 €/mês	135 €/mês
Valor médio de telemóvel utilizado	0,05 €/mês	70 €/mês	62 €/mês	36 €/mês	81 €/mês
Renting - viatura de serviço ^(c)	12.098,40	9.534,29	6.531,02	7.571,75	--
V. aquisição pela empresa viatura serviço ^(d)	--	--	--	--	40.323,00
Valor combustível gasto c/ viatura serviço	2.616,42	1.561,20	3.675,48	1.198,08	1.628,59
Subsídio de deslocação (ano 2007)	--	--	--	--	--
Subsídio de refeição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3. Encargos com benefícios sociais					
Segurança Social obrigatório	16.648,68	15.017,26	--	15.017,26	15.017,26
Planos complementares reforma	não	não	não	não	não
Seguros de vida	não	não	não	não	não
Seguros de saúde ^(e)	ML	ML	ML	ML	ML
Informações adicionais					
Opção pelo vencimento de origem	não	não	não	não	não
Regime de Segurança Social	Seg. Social	Seg. Social	CGA	Seg. Social	Seg. Social
Cumprimento n.º 7 da RCM 155/2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Opção de aquisição de viatura de serviço	não	não	não	não	não
Usufruto de casa de função	não	não	não	não	não
Exerc. funções remuneratórias fora grupo	--	--	--	--	--

Un: €

	Renato Campos Presidente	Evaristo Branquinho Vogal
Remuneração		
Vencimento base	14.257,68	11.406,12
Despesas de representação	--	--
Remuneração adicional	--	--
Subsídio de férias / Natal	1.188,14	950,51
Outras remunerações	--	--
Regime Segurança Social	--	Seg. Social
Segurança Social obrigatório	--	3.160,48

- (a) O subsídio para despesas de representação fixado por Despacho Ministerial corresponde a € 1.663,39 e € 1.261,25 mensais, respectivamente para o Presidente e para os vogais do Conselho de Gerência.
- (b) 30% do valor padrão constante no despacho n.º 8035/2002 de 26 de Março (actualmente fixado em 2.812,16 €), o qual desde essa data, resulta em 843,65 € mensais, decorrente do facto de também exercerem funções de gestão nas empresas ou entidades onde o ML detém participações.
- (c) O valor do renting inclui a renda (+IVA a 21%) e seguro anual.
- (d) Viatura adquirida no ano 2000. O valor da aquisição da viatura inclui IVA a 17%.
- (e) Seguro geral da Empresa – caso o pretendam, cada membro do CG, pode suportar as despesas próprias, do custo mensal da extensão do seguro ao seu familiar (46,60 € pelo cônjuge, 28,00 € por cada filho menor, e 46,10 € por cada filho maior), à semelhança de todos os trabalhadores da empresa.



metro

Del

Page

Alt

|| +

4. Relatório do exercício

4.1 Aspectos relevantes ocorridos em 2007

No âmbito da promoção do Transporte Público e do desenvolvimento da intermodalidade e da bilhética sem contacto, verificou-se em 2007:

- O fecho da rede do Metro, a partir de 16 de Fevereiro, com excepção das estações Jardim Zoológico, Entre Campos e Restauradores, cujos canais se mantiveram abertos, de modo a permitir a deslocação gratuita dos passageiros com título válido da CP, usuais utilizadores do túnel ferroviário do Rossio;
- O lançamento em Novembro do novo título multimodal - "Zapping", título este que carregado nos cartões 7 Colinas e Viva Viagem, permite numa primeira fase a sua utilização no Metro ou na Carris indistintamente, estendendo-se posteriormente a outros operadores;
- A entrada em vigor, já em Janeiro de 2008 dos cartões Viva Viagem, que substituirão gradualmente os cartões 7 Colinas, sendo também progressivamente adoptados por todos os operadores de transporte público da região de Lisboa;
- A eliminação da totalidade dos títulos magnéticos a partir de Fevereiro de 2008, passando os clientes a dispor de um sistema de bilhética totalmente sem contacto através dos cartões Lisboa Viva e Viva Viagem ou 7 Colinas.

Ao nível dos Recursos Humanos:

- Não tendo sido possível esbater o diferendo surgido em 2006 relativo à data de vigência dos dois Acordos de Empresa, foi efectuada em Setembro de 2007 a denúncia formal dos mesmos, entregando às Associações Sindicais a respectiva proposta negocial;
- Verificou-se uma redução expressiva do efectivo disponível (- 9,7%), em resultado de 86 saídas, 60 das quais por motivo de reforma antecipada, contra 29 entradas;
- A obtenção da mais baixa taxa de trabalho suplementar (+ 1,92%) registada na última década.

Ao nível dos empreendimentos, procedeu-se à:

- Assinatura a 2 de Fevereiro, do contrato "Execução dos Toscos entre a estação Oriente e a estação Aeroporto, da linha Vermelha";
- Abertura à exploração da estação Alvalade em Outubro de 2007;
- Aprovação em Novembro, pela Secretaria de Estado dos Transportes da extensão da linha Azul de Metro à Linha de Sintra da CP (Reboleira) e consequente lançamento em Janeiro de 2008, do concurso público internacional de concessão/construção da empreitada de toscos;
- Abertura à exploração a 19 de Dezembro do prolongamento da linha Azul Baixa-Chiado a Santa Apolónia.

Economia e Finanças:

- A obtenção de um Resultado Líquido do exercício negativo, de m€ 144.222, cerca de 1,9% inferior ao de 2006, explicado essencialmente pela melhoria em 5,4% dos resultados operacionais e em 4,2% dos resultados extraordinários.
- Após a reestruturação iniciada em 2007 (e prolongada por 2008) de redução do n.º de trabalhadores no activo e deduzindo outros custos de reestruturação, o EBITDA normalizado passou de m€ - 39.277 em 2006 para m€ - 29.310 em 2007, o que corresponde a um aumento de 25,4%.
- Em 2007 observou-se ainda uma redução significativa do Capital Próprio, situando-se em m€ - 56.678, o que equivale a - 9,39% do Capital Estatutário.

4.2 Serviço prestado

4.2.1 Procura

Em 2007 verificou-se uma redução do n.º de passageiros totais transportados em 2,33%, resultante da quebra acentuada dos níveis de fraude (de 9,5% em 2006, para 4% a partir de Fevereiro de 2007) e dos passageiros transportados com título gratuito, na sequência do fecho da rede.

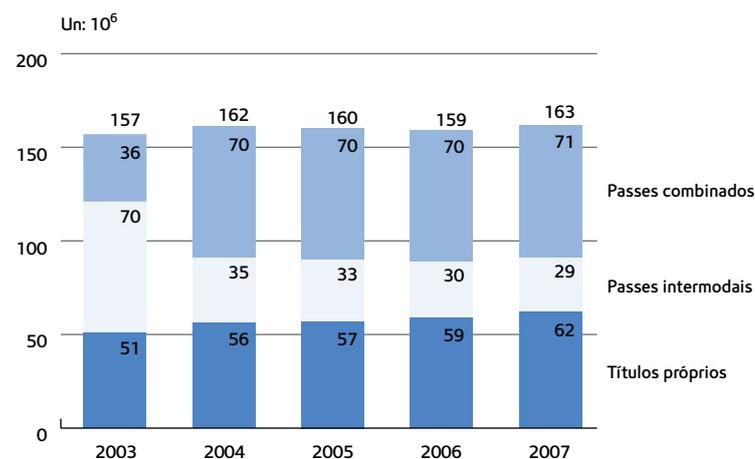
Un: 10³

	2003	2004	2005	2006	2007	Var. % 2007/2006	Var. % 2007/2003
Títulos próprios	50.863	56.175	57.132	58.528	62.351	6,53	22,59
Passes intermodais	70.086	35.288	32.589	30.384	29.309	-3,54	-58,18
Passes combinados	35.577	70.123	70.414	69.904	71.100	1,71	99,85
Total pagos	156.526	161.587	160.135	158.816	162.759	2,48	3,98
Fraude e gratuitos	19.603	18.064	25.309	25.159	16.928	-32,72	-13,64
Total	176.128	179.650	185.444	183.975	179.687	-2,33	2,02
Percurso médio por passag. (km)	4,20	4,46	4,65	4,65	4,65	0,00	10,71
Pass x km transportados	739.739	801.210	862.313	855.484	835.545	-2,33	12,95

Passageiros transportados por título de transporte

Contrariando a tendência de redução do n.º total de passageiros transportados, verificou-se um aumento do n.º de passageiros com título pago (+ 2,48%), nomeadamente nos portadores de títulos ML.

Evolução do número de passageiros com títulos de transporte pago ³



³ A variação acentuada em 2004, entre os passes intermodais e os combinados, resulta da alteração do passe L, nas suas várias modalidades, para passe Carris/Metro urbano (L) - 30 dias, classificado enquanto passe combinado.

4.2.2 Receitas de tráfego

Com o intuito de simplificar o sistema tarifário existente, potenciando uma maior mobilidade e equidade no tipo de títulos e preços disponibilizados, foram criados no decurso de 2007, os seguintes títulos:

- Bilhete Ida e Volta 2 Zonas;
- Unidades de viagem: válidas no ML a partir de Julho de 2007, e estendidas posteriormente, em Novembro, à Carris com o lançamento do título “Zapping”;
- 7 colinas simples – 1 zona e 2 zonas.

Evolução das tarifas dos principais títulos

Un: €

Títulos de transporte	2006		2007
	01/Jan	01/Jul	01/Jan
Bilhetes Metro			
Simple - 1 zona	0,70	0,70	0,75
Simple - 2 zonas	1,00	1,00	1,05
7 Colinas Simple - 1 zona	--	--	0,70
7 Colinas Simple - 2 zonas	--	--	1,00
Ida e Volta - 1 zona	1,30	1,30	1,35
Ida e Volta - 2 zonas	--	--	1,90
Simple 10 unidades - 1 zona	6,50	6,65	6,65
Simple 10 unidades - 2 zonas	9,60	9,85	9,50
Passes Metro			
Urbano 30 dias	17,00	17,45	17,80
Rede 30 dias	25,50	26,15	26,20
Passes combinados com Carris			
Carris/Metro urbano - 30 dias	25,85	26,50	27,05
Carris/Metro rede - 30 dias	28,35	29,10	29,70
Passes intermodais			
L1	35,20	36,10	36,85
L12	42,35	43,45	44,35
L123	48,20	49,45	50,50

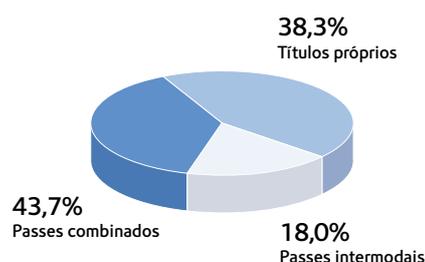
Da criação dos novos títulos e conseqüente reforço da transferência de passageiros para títulos de valor remuneratório superior, bem como da actualização tarifária ocorrida em Janeiro, resultou um aumento das receitas de bilheteira em 8,99%.

Un: €

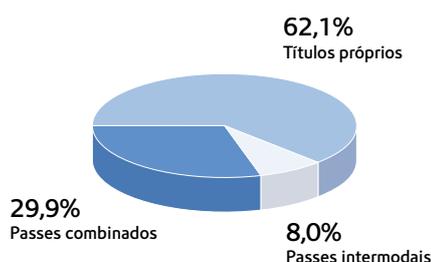
Títulos de transporte	Passageiros			Receitas (*)			Receita/Passageiro		
	2007	2006	Var. %	2007	2006	Var. %	2007	2006	Var. %
Títulos próprios	62.350.902	58.528.193	6,53	33.921.427	30.677.313	10,57	0,544	0,524	3,80
Passes intermodais	29.308.578	30.383.911	-3,54	4.358.954	4.301.449	1,34	0,149	0,142	5,05
Passes combinados	71.099.589	69.903.852	1,71	16.307.570	15.104.337	7,97	0,229	0,216	6,15
Total com títulos de transporte pagos	162.759.069	158.815.956	2,48	54.587.951	50.083.099	8,99	0,335	0,315	6,35

(*) Não inclui o valor de aquisição dos cartões Lisboa Viva e 7 Colinas.

Repartição percentual de passageiros por títulos de transporte



Repartição percentual de receitas por títulos de transporte



Apesar do ligeiro ajustamento de quotas ocorrido em 2004 entre o Metro e a Carris ao nível dos títulos combinados, mantêm-se desajustadas as quotas na maioria dos títulos combinados e intermodais, não reflectindo o aumento da rede ML, nem os resultados do inquérito à utilização dos passes realizado em Junho de 2006.

4.2.3 Oferta

Atendendo aos níveis de procura observados, foram reajustados os níveis de oferta, bem como introduzidas algumas alterações ao modelo de operação, nomeadamente:

- na linha Azul: a entrada em circulação em Julho, de comboios de 3 carruagens em substituição de alguns comboios de 6 carruagens;
- na linha Amarela: a interrupção da circulação, desde o dia 26 de Julho até 23 de Novembro a partir das 22:50 horas, devido às obras em curso.

Evolução da oferta	2007	2006	Var. %
Carruagens x km (serviço público)			
Linha Azul	7.495.257	7.752.041	-3,31
Linha Amarela	7.552.865	7.576.799	-0,32
Linha Verde	5.586.309	5.529.770	1,02
Linha Vermelha	1.957.360	2.006.575	-2,45
Total	22.591.791	22.865.186	-1,20
Lugares x km (10³)			
Linha Azul	1.266.698	1.310.110	-3,31
Linha Amarela	1.276.434	1.280.479	-0,32
Linha Verde	944.086	934.531	1,02
Linha Vermelha	330.794	339.111	-2,45
Total	3.818.013	3.864.231	-1,20

Eficiência na exploração	2007	2006	Var. %
Circulações (serviço público)			
Linha Azul	130.072	129.324	0,58
Linha Amarela	124.316	123.374	0,76
Linha Verde	156.919	156.395	0,34
Linha Vermelha	129.455	130.705	-0,96
Rede (total)	540.762	539.798	0,18
Taxa realização de carruagens x km (%)			
Linha Azul	99,23	98,21	1,04
Linha Amarela	99,28	98,65	0,64
Linha Verde	98,76	97,56	1,23
Linha Vermelha	99,55	98,93	0,63
Na rede	99,15	98,27	0,90
Taxa realização de circulações (%)			
Linha Azul	99,12	98,18	0,96
Linha Amarela	99,32	98,74	0,59
Linha Verde	98,89	98,21	0,69
Linha Vermelha	99,55	98,94	0,62
Na rede	99,18	98,50	0,69

4.2.4 Comunicação e imagem

Pelo segundo ano consecutivo, estudos de Índice de Satisfação do Cliente (ISC) revelaram que os clientes do ML reconhecem o esforço que é feito diariamente e que se encontram cada vez mais satisfeitos com a qualidade do serviço prestado.

Também ao nível do ECSI – European Customer Satisfaction Index, o Metropolitano comparado com as restantes empresas do sector que operam na AML, em 2006 e pelo segundo ano consecutivo ficou em primeiro lugar.

Visando a melhoria da qualidade do serviço prestado e um maior apoio ao cliente verificou-se:

- Em Julho, a entrada em exploração da nova aplicação SAP R/3 “Gestão de Clientes”, visando a obtenção de um fluxo de informação mais eficiente, quer internamente, quer nas ligações externas aos sistemas do SIIT e da Bilhética.
- A transferência do Gabinete do Cliente da Alameda para o Terreiro do Paço, com a entrada em exploração deste troço.

Enquadrada na semana da Mobilidade, o ML e os restantes operadores de transportes públicos de Lisboa assinaram, através da OTLIS⁴, os primeiros acordos de parceria com empresas da área do entretenimento e cultura (a Lusomundo Cinemas, S.A. e o Jardim Zoológico), estabelecendo um pacote de vantagens para os utilizadores, portadores do cartão Lisboa Viva.

4.3 Responsabilidade social

4.3.1 Dimensão ambiental

Em Maio o Metropolitano de Lisboa subscreveu a “Carta para o Desenvolvimento Sustentável”, tornando-se assim no primeiro operador de Transporte Público português a figurar na lista dos membros signatários dessa carta.

Trata-se de uma iniciativa desenvolvida pela UITP, que envolve presentemente 120 participantes do mundo inteiro, em que as entidades signatárias se obrigam a adoptar os princípios sociais, económicos e ambientais do desenvolvimento sustentável, como objectivo estratégico organizacional, mensurável.

Neste contexto, a Empresa iniciará a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), com base nas normas NP EN ISO 14001:2004, com o objectivo de gerir de modo contínuo e gradual os aspectos ambientais, tendo em vista a Certificação Ambiental da totalidade da Empresa, incluindo o serviço de exploração e novos prolongamentos.

Em 2007 com a eliminação dos títulos magnéticos foi dado um passo importante na concretização da política dos três R’s – Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

4.3.2 Dimensão social

O ML enquanto agente promotor da coesão social e do desenvolvimento sustentado, com elevada responsabilidade social no seio da comunidade em que se insere, desenvolveu em 2007 diversas acções sociais, nas áreas da cultura, educação, saúde, assistência social e ecologia, através de concessão de apoios e da cedência de espaços privilegiados para divulgação de eventos (estações e carruagens).

⁴ Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.

Concessão de apoios e patrocínios

- Patrocínio da exposição sobre Françoise Schein: “De Lisboa para o Mundo – Azulejos para o Metropolitano de Lisboa”, realizada no Museu do Azulejo, entre 17 de Março e 24 de Junho;
- Patrocínio da 1.ª edição do festival “Dias da Música em Belém”, realizado no CCB entre os dias 20 a 22 de Abril;
- Apadrinhamento do Lemur Sebastião (habitante do ZOO de Lisboa), enquanto espécie em vias de extinção, visando a preservação da biodiversidade da Ilha de Madagáscar, local de onde é originário;
- Patrocínio da Conferência Europeia “Ano europeu da igualdade de oportunidades para todos – celebrar a diversidade”, organizada pela Associação Portuguesa de Deficientes, a 3 de Dezembro.

Divulgação de eventos e cedência de instalações

- Projecto “Face to Face” – da Amnistia Internacional (AI), divulgando na suas estações o trabalho desenvolvido pela AI Portugal (meses de Fevereiro e Março);
- Programa “Maio, mês do Coração” – Fundação Portuguesa de Cardiologia (FPC), dedicado à obesidade, permitindo a realização rastreios cardiovasculares em algumas estações, bem como a sua divulgação no interior das carruagens;
- Entrega em Junho, no Auditório do ML, do Prémio AMI – “Jornalismo Contra a Indiferença”;
- Realização nas estações do ML, da campanha “Ajudar a Viver Baunilha e Chocolate” (Setembro e Outubro), visando a angariação de fundos a favor da Instituição Ajuda de Berço;
- Realização de rastreios gratuitos nas estações, no Dia Mundial da Diabetes (14 Novembro) em colaboração com a Associação de Jovens Diabéticos de Portugal (AJDP).

Cedência de Transporte Gratuito

Visando fomentar a utilização do Metro enquanto transporte alternativo eficiente, seguro e amigo do ambiente, a Empresa disponibilizou ainda, aquando a realização dos seguintes eventos, transporte gratuito aos participantes envolvidos:

- 17.ª Meia Maratona Internacional de Lisboa (18 de Março);
- Lisboa Gold Marathon 2007 – Fundação Carlos Lopes (15 de Abril);
- Corrida “Sempre Mulher”, promovida pela Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama (6 de Maio e 11 de Novembro);
- “Fight hunger, walk the World” Marcha contra a Fome, edição 2007 (13 de Maio);
- Dia Mundial da Criança (1 Junho) às crianças até aos 12 anos de idade;
- I Jornadas de Energia GERA 2007 (1 a 3 de Junho), organizadas pela Associação Juvenil de Ciência;
- Lisbon Village Festival (7 a 24 de Junho);
- Lisboa Bike Tour (24 de Junho);
- Meia Maratona de Portugal (16 de Setembro);
- Abertura Oficial do Ano Lectivo 2007/08 – PSP de Lisboa (9 de Outubro);
- Comemorações da assinatura do Tratado de Lisboa, disponibilizando à população em geral transporte gratuito ao longo do dia 13 de Dezembro;
- Festa Anual de Natal (19 de Dezembro), organizada pela Comunidade Vida e Paz, aos sem abrigo.

No âmbito da **Semana da Mobilidade** (16 a 22 de Setembro):

- O Metro voltou a associar-se à iniciativa “Belém – Trancão, um corredor verde para Lisboa”, através da sua divulgação e cedência de transporte gratuito aos participantes;
- Procedeu-se à assinatura no dia 18 de Setembro, de um protocolo entre o Ministério da Cultura e os Operadores de Transporte de Passageiros – ML, Carris e CP, visando a divulgação de eventos culturais, no interior das carruagens e estações;
- Realizou-se na estação Cais do Sodré, um concerto de Jorge Palma, com entrada gratuita;
- Procedeu-se à entrega do prémio “Mobilidade em Bicicleta 2007”, em conjunto com a Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, criado para promoção da utilização da bicicleta como alternativa de mobilidade.

4.3.3 Segurança

Dando continuidade aos padrões de segurança que caracterizam a Empresa, procedeu-se à execução de uma auditoria externa de segurança das estações Terreiro do Paço e Santa Apolónia antes da sua abertura à exploração, bem como ao treino do Regimento de Sapadores de Bombeiros.

Foi ainda efectuada uma Auditoria de Segurança ao sistema ML por um consórcio internacional liderado pelo Instituto Superior de Qualidade.

4.4 Relações Internacionais

Em 2007 o ML manteve um alto nível de participação nas actividades das organizações internacionais a que pertence, reunido em Lisboa os três mais importantes órgãos de Operação de Sistemas de Metropolitanos a nível mundial: o Subcomité de Operações da UITP, os Comitês Técnicos da ALAMYS e o Grupo Nova de Benchmarking de metros.

Entre os acontecimentos registados, destacam-se os seguintes:

UITP (União Internacional dos Transportes Públicos):

- Nomeação do Dr. Joaquim Reis (PCG) para o Conselho de Direcção da UITP, em representação do sector nacional do transporte público e do Eng.º Jorge Jacob como representante na Comissão de Marketing e Desenvolvimento de Produto;
- Realização da 75.ª Reunião da Comissão de Economia da UITP (28 a 30 de Março);
- Acolhimento do 3.º Design Day– Plataforma Design e Cultura da UITP (dias 8 e 9 de Novembro), subordinado ao tema “Como o design pode ser usado para melhorar a qualidade de uma rede de transportes e a satisfação dos clientes”.

ALAMYS (Associação Latino-Americana de Metropolitanos):

- Reelection do ML como 2.º vogal do Comité de Direcção, na Assembleia da ALAMYS em Monterrey;
- Realização em Lisboa, entre 14 e 18 de Maio, da 12.ª Reunião Intermédia dos Comitês Técnicos da ALAMYS.

Grupo Nova:

- Reunião do Grupo Nova de Benchmarking de Metros em Lisboa (26 a 28 de Setembro) e subsequente seminário anual do ML sobre o benchmarking, dada a possibilidade de presença dos representantes dos Metros membros, bem como dos consultores do Imperial College.

Projecto ModURBAN:

- Realização em Lisboa de reunião de projecto (6 e 7 de Março), contando com a participação de técnicos de 38 empresas de 12 países europeus, incluindo metropolitanos, associações industriais, fornecedores, universidades e institutos de pesquisa.

Delegações internacionais:

- A visita das delegações do Metro de Paris, do Metro de Sofia, do Metro de Xi’an (China) e da Associação Japonesa de Infra-estruturas de Telecomunicações Móveis, entre outras.

4.5 Recursos Materiais e Tecnológicos

De forma a garantir a operacionalidade da Rede e do Material Circulante e consequente cumprimento de elevados níveis de funcionalidade e de disponibilidade, foram desenvolvidos em 2007 os Planos de Manutenção e Correção definidos bem como realizadas Auditorias internas da Qualidade.

4.5.1 Gestão das Infra-estruturas e Equipamentos

Das 249 mil acções previstas, realizaram-se 195 mil, cerca de 78,4% da Manutenção programada. Embora tenham diminuído, face a 2006, o n.º de intervenções realizadas, verificou-se uma redução do n.º total de ocorrências com perturbação na exploração, de 90 para 60.

	N.º de acções realizadas			Grau de realização (%)			Var. %
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2007/2006
Manutenção programada							
Energia	693	938	719	48,6	51,9	62,8	21,0%
Instalação electromecânica	3.948	4.041	3.032	107,5	87,9	75,0	-14,7%
Sinalização	8.263	9.709	8.868	70,4	81,7	90,9	11,3%
Telecomunicações	1.656	1.015	412	137,5	73,4	40,2	-45,2%
Via férrea	150.349	195.053	182.153	67,9	74,8	78,1	4,4%
	164.909	210.756	195.184	68,8	75,2	78,4	4,3%

4.5.2 Engenharia e Desenvolvimento

Para além do programa de inspecções a túneis e viadutos, o ML no âmbito das actividades em curso por terceiros, passíveis de interferirem com as infra-estruturas da Empresa, acompanhou o desenvolvimento dos seguintes projectos:

- Túnel Rodoviário do Marquês de Pombal;
- Alta Velocidade em Vale de Chelas;
- Reordenamento da Alameda das Linhas de Torres;
- Urbanização na Rua Ivens sobre a estação Baixa-Chiado;
- Reordenamento do Parque de Material e Oficinas I do ML, em Sete Rios.

Ao nível das edificações e via férrea foi ainda efectuado o estudo de tratamento acústico do viaduto do Campo Grande, bem como de diminuição de vibrações com origem na via férrea.

4.5.3 Material Circulante

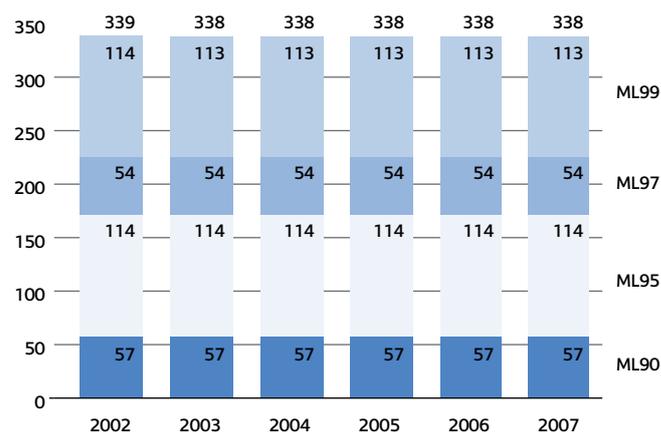
Ao nível do Material Circulante, destaca-se:

- a conclusão do projecto “Manutenção Centrada na Fiabilidade / Root Cause Failure Analysis (RCM/RCFA⁵)”;
- o início do processo de actualização do Plano de Manutenção da Frota;
- e a conclusão do processo de Engenharia de Manutenção, através da identificação de acções de melhoria e de auditorias técnicas, bem como de revisão dos processos, incluindo o conceito de “produto não conforme”.

Performance do Material Circulante

Mantendo-se inalterável desde 2003 o Parque de Material Circulante (composto por 338 carruagens, das quais 225 são motoras e as restantes reboques) foi possível em 2007, com a nova metodologia de manutenção, consolidar a taxa de disponibilidade da frota, bem como aumentar a quilometragem média entre falhas (MKBF)⁶ 11%.

Evolução do Parque de Material Circulante



Indicador	2005	2006	Var. 2006/2005	2007	Var. 2007/2006
Disponibilidade do Material Circulante (%)	92,9%	92,8%	-0,1%	90,2%	-2,6%
MKBF - Quilometragem média entre falhas (km)	12.644	12.270	-3,0%	13.659	11,3%

⁵ Identificação das causas raiz que estão na origem das falhas.

⁶ O valor da quilometragem média entre falhas de 2007 foi calculado com base nas falhas em carruagens (sem vandalismos e outros motivos) ocorridas em exploração.

4.5.4 Energia

Atendendo à ligeira redução dos níveis de oferta e conseqüente decréscimo da energia de tracção (- 4,10%) o balanço de consumo de energia global foi positivo.

Não obstante verificou-se um acréscimo do consumo de serviços complementares e de apoio, após a entrada em exploração das estações Alvalade e Roma remodeladas, bem como do troço Baixa-Chiado / Santa Apolónia.

Un: milhares kWh			
Consumo de energia	2007	2006	Var. %
Tracção	47.803	49.848	-4,10
Serviços complementares e apoio	46.523	44.889	3,64
Outros consumos	3.052	3.166	-3,61
Total	97.378	97.903	-0,54

Indicadores de consumo de energia	2007	2006	Var. %
Tracção / Lugar x km	0,013	0,013	-2,94
Tracção / Passageiro x km	0,057	0,058	-1,81
Total / Lugar x km	0,026	0,025	0,67
Total / Passageiro x km	0,117	0,114	1,84

Nota: Procedeu-se à redistribuição dos consumos em 2006, reduzindo o volume dos então designados por outros consumos.

4.5.5 Sistemas e Tecnologias de Informação

Para além da actividade contínua e permanente de manutenção preventiva e correctiva dos sistemas em exploração, concluíram-se em 2007 os seguintes projectos fundamentais para uma maior agilização dos processos:

- Projecto “Plano de Recuperação Tecnológica (PRT)”, culminado com a realização de um simulacro de desastre, visando aferir os procedimentos definidos, bem como toda a infra-estrutura tecnológica que o suporta;
- Projecto “Melhorias ao sistema SAP ECC e BW”, integrando as melhorias consideradas críticas e prioritárias, resultantes do “Upgrade aos sistemas SAP R/3 e BW”;

Em Janeiro de 2008 deu-se início ao projecto “Orçamento” no sistema SAP BW.

4.6 Recursos Humanos

A actividade desenvolvida em 2007, no âmbito da Gestão de Recursos Humanos, privilegiou a adequação das competências profissionais existentes na Empresa, às identificadas como prioritárias face ao actual ciclo de desenvolvimento da Empresa.

Neste contexto, foram efectuados estudos com vista à implementação de novos regulamentos de carreiras e de avaliação de desempenho, dos quais resultaram propostas de alteração, actualmente em discussão com as respectivas Associações Sindicais.

Custo do factor trabalho ⁷

A racionalização e a reorganização do trabalho, permitiram garantir a contenção de recursos e contribuir para a melhoria da produtividade.

		2004	2005	2006	2007	Variação 2007/2006
Custo factor trabalho	(10 ³ €)	63.457	65.366	66.363	67.411	1,6%
<u>Custo factor trabalho</u> Custos operacionais	(%)	43,6%	44,4%	44,2%	45,1%	0,9%
<u>Custo factor trabalho</u> Custos totais	(%)	26,6%	26,3%	27,9%	27,6%	-0,3%
<u>Custo factor trabalho</u> Efectivo médio	(10 ³ €)	36,958	38,496	38,991	40,006	2,6%

No âmbito da contratação colectiva em 2007, incrementou-se o diálogo social visando esbater o diferendo surgido em 2006 relativo à data de vigência dos Acordos de Empresa, mantendo no entanto, as Associações Sindicais a sua posição inicial de ver prorrogada a referida data, bem como a Empresa de efectuar uma revisão global dos mesmos, por forma a adequá-los ao actual ciclo de gestão.

Não tendo sido possível, em tempo útil, chegar-se a um acordo global, nem sobre a actualização salarial, optou-se por efectuar uma actualização de âmbito gestonário, promovendo a Empresa em Setembro de 2007, a denúncia formal dos dois Acordos de Empresa, entregando às Associações Sindicais a respectiva proposta negocial.

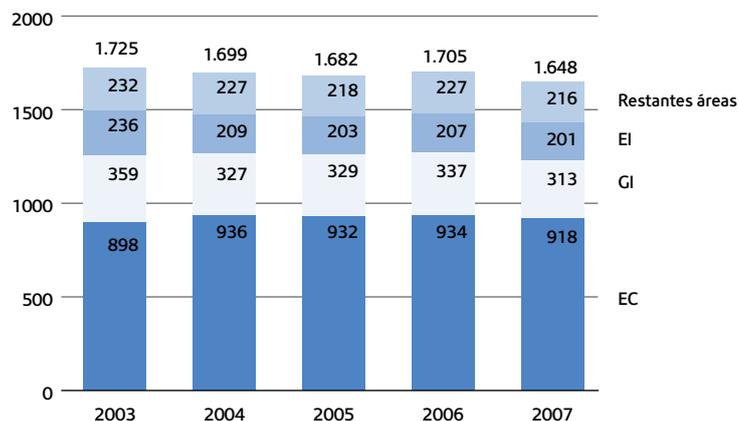
Efectivo

Em 2007 registaram-se 29 entradas e 86 saídas de colaboradores, 60 das quais por motivo de reforma antecipada, originando uma redução do efectivo disponível em cerca de 9,7%.

Esta movimentação permitiu dar continuidade ao processo de renovação do efectivo, bem como consolidar as melhorias de produtividade registadas nos últimos anos, nomeadamente nos últimos cinco, em que não obstante da entrada em exploração de novos 9,2 km de rede e 9 estações, o n.º de efectivos decresceu 77 unidades.

⁷ Na evolução dos custos deste factor e nos custos operacionais apresentados no quadro são excluídos os custos relativos aos complementos de pensões, pré-reformas, incentivos à reforma, fundo de pensões e estudo actuarial.

Efectivo a 31 de Dezembro ⁸



Evolução do pessoal inactivo e a responsabilidade social

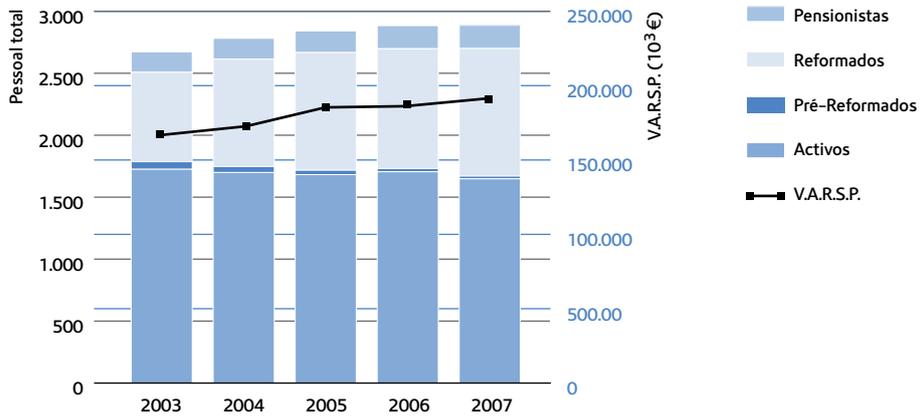
As responsabilidades sociais históricas emergentes dos Acordos de Empresa, nomeadamente o pagamento pela Empresa de complementos às pensões de reforma e de sobrevivência, determinam um expressivo e preocupante custo, em 2007 agravado pelo número reformas antecipadas verificadas.

No final de 2007, o Metropolitano de Lisboa integrava um efectivo total de 2.887 pessoas, 1.648 efectivos activos e 1.239 inactivos, dos quais 18 se encontravam em situação de pré-reforma, 1.033 em situação de reforma (76 por invalidez, 421 por velhice e 536 por reforma antecipada) e 188 em regime de pensionistas.

		2003	2004	2005	2006	2007	Var. 2007/2006 Abs.	%
Pessoal total	Pessoas	2.672	2.782	2.841	2.884	2.887	3	0,1%
Inactivos	Pessoas	947	1.083	1.159	1.179	1.239	60	5,1%
Pré-reformados	Pessoas	61	48	35	26	18	-8	-30,8%
Reformados	Pessoas	722	866	950	967	1 033	66	6,8%
Pensionistas	Pessoas	164	169	174	186	188	2	1,1%
V.A.R.S.P.	(10 ³ €)	166.106	167.731	179.527	183.336	191.868	8.532	4,7%
<u>V.A.R.S.P.</u>	<u>(10³ €)</u>	<u>62,165</u>	<u>60,292</u>	<u>63,192</u>	<u>63,570</u>	<u>66,459</u>	<u>2,89</u>	<u>4,5%</u>
<u>Pessoal total</u>								
<u>Efectivo activo</u>								
<u>Pessoal inactivo</u>	Pessoas	1,82	1,57	1,45	1,45	1,33	-0,12	-8,0%

⁸ Dos 1.648 colaboradores que prestavam trabalho no ML, em 31 de Dezembro de 2007, 3% faziam-no a tempo parcial.

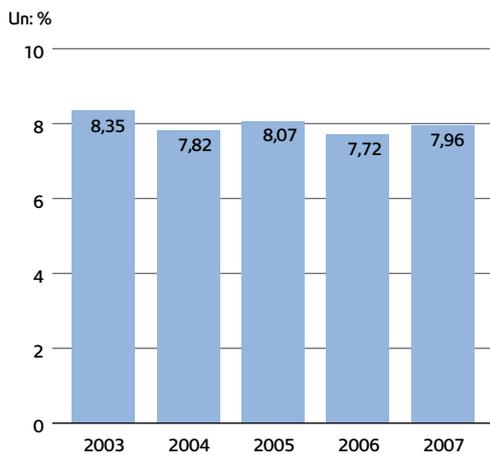
Evolução do pessoal total e responsabilidade social



O Valor Actual das Responsabilidades com Serviços Passados (V.A.R.S.P.) ascendeu, no final de 2007, a m€ 191.868, (+ 4,65% em relação ao ano anterior), atingindo o valor do V.A.R.S.P. per capita do pessoal m€ 66,5, sendo em 2006 de m€ 63,6.

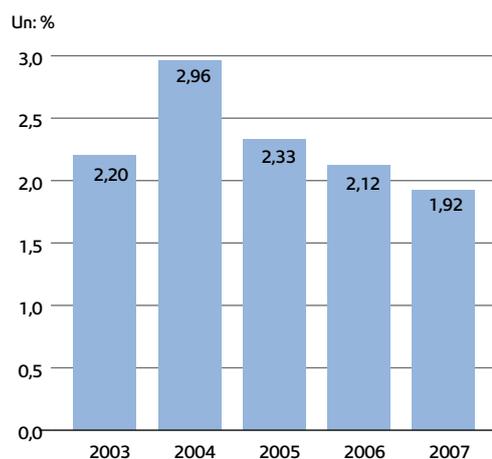
Absentismo

Em 2007 verificou-se uma ligeira inflexão da tendência de redução da taxa de absentismo, mantendo-se esta no entanto abaixo dos 8%.



Trabalho suplementar

Com o abrandar da dinâmica de expansão rede e da realização de eventos na cidade de Lisboa, o volume de trabalho suplementar atingiu em 2007 o valor mais baixo dos últimos anos: 55.343 horas (- 9,1% do que em 2006), o que permitiu uma redução do rácio trabalho suplementar por efectivo médio de 35,8 horas em 2006 para 32,7 horas em 2007.



Formação

Encontrando-se a Empresa numa fase de consolidação das competências adquiridas, nomeadamente na área técnica, tem-se verificado nos últimos três anos, um abrandamento nos níveis de formação realizados.

Da formação realizada destaca-se em 2007, as acções dirigidas à área oficial, bem como às temáticas Segurança e Língua Inglesa.

	2003	2004	2005	2006	2007	Var. % 2007/2006	Var. % 2007/2003
Acções	661	520	272	287	326	13,6%	-50,7%
Participações	4.847	3.034	1.302	1.320	1.775	34,5%	-63,4%
Horas	50.855	57.571	20.903	23.297	16.879	-27,5%	-66,8%
Custo (10 ³ €)	416	488	229	342	437	27,8%	5,1%
Horas / Efectivo médio	28,9	33,5	12,3	13,7	10,0	-27,0%	-65,4%

4.7 Expansão da Rede

Com a concretização do Plano de Expansão da rede em curso/em fase de lançamento, prevê-se a entrada em exploração até Março de 2012, de 7,2 novos kms de rede, servidos por 7 estações, dois Interfaces multimodais – Cais do Sodré e Terreiro do Paço – e ainda quatro estações da linha Verde devidamente remodeladas.

Linhas	Actual			Em execução			Futura	
	N.º estações	km de rede	Prolongamentos	N.º estações	km de rede	Data abertura	N.º estações	km de rede
Amarela	13	11,0	--	--	--		13	11,0
Azul	17	12,9	Amadora Este / Reboleira	1	0,9	2011	18	13,8
Verde	13	8,9	--	--	--	--	13	8,9
Vermelha	7	5,0	Alameda II / S. Sebastião II	2	1,8	2009	13	11,3
			S. Sebastião II / Campolide	1	0,9	2012		
			Oriente / Aeroporto	3	3,6	2011		
Rede	50	37,8		7	7,2		57	45,0

Trabalhos desenvolvidos em 2007

Linha Azul

- **Prolongamento Baixa-Chiado/Santa Apolónia**

O prolongamento linha Azul Baixa-Chiado a Santa Apolónia com uma extensão de 2,2 km, foi concebido com o intuito de melhorar a mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente na zona ribeirinha de Lisboa.

Em exploração desde 19 de Dezembro de 2007, as estações Terreiro do Paço e Santa Apolónia, inseridas em importantes complexos intermodais, garantem desde então, uma utilização mais racional do sistema de transportes públicos, distribuindo de um modo mais eficiente, fiável e confortável, os passageiros provenientes da ferrovia nacional, regional e suburbana, bem como do transporte fluvial, para o interior da cidade.

Visando a conclusão das intervenções programadas, proceder-se-á em 2008 à reposição do Cais das Colunas no Terreiro do Paço, bem como à execução dos arranjos exteriores definitivos do Terreiro do Paço, assim que conhecida a decisão da Comissão de reabilitação da frente ribeirinha criada pela CML.

- **Interface do Terreiro do Paço⁹**

Visando a construção de um novo terminal fluvial e respectivo edifício, foram consignados em Outubro, os trabalhos de execução do sistema de atenuação do efeito de ondas, instalação dos pontões e a empreitada de dragagem e enrocamento.

Foi obtido parecer do LNEC¹⁰ ao projecto de estruturas do edifício do terminal fluvial, bem como ao projecto base de reforço do edifício Cottinelli Telmo.

- **Prolongamento Amadora Este/Reboleira**

De modo a viabilizar o lançamento do concurso público internacional para concepção /construção dos toscos entre as estações Amadora Este e Reboleira, em Janeiro de 2008, 2007 pautou-se pela sua preparação, bem como pela execução de trabalhos de reconhecimento geológico e geotécnico.

Paralelamente deu-se por concluído o processo de Avaliação de Impacte Ambiental, com a emissão, em Julho de 2007, da respectiva Declaração de Impacte Ambiental.

⁹ Em execução pelo ML por conta de terceiros (Transtejo).
¹⁰ Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Linha Verde

- **Remodelação das estações da linha Verde**

No âmbito do projecto de remodelação das estações da linha Verde, o ML procedeu em Outubro de 2007, à reabertura da estação Alvalade, disponibilizando aos seus clientes um novo espaço moderno e de qualidade.

Concluída a remodelação de duas das seis estações (sendo a primeira a estação Roma em 2006), 2007 pautou-se ainda pelo desenvolvimento e revisão dos projectos de remodelação/ampliação das estações Areiro, Anjos, Arroios e Intendente.

- **Interface do Cais do Sodré**

Composto pelos edifícios da CP/Refer e Terminal Fluvial + Ferry, a execução deste empreendimento decorreu a bom ritmo.

Entre os trabalhos em curso, destaca-se a execução da empreitada de acabamentos/instalações do edifício da CP/Refer, bem como a retoma a partir de Março de 2008, dos trabalhos de ampliação do edifício Terminal Fluvial + Ferry, suspensos por imposição da CML, desde Junho de 2006.

A execução dos arruamentos e arranjos exteriores na zona do interface foram consignados em Março de 2008.

Linha Vermelha

- **Prolongamento Alameda II/S. Sebastião II**

Em 2007 procedeu-se ao desenvolvimento da empreitada de toscos das estações Saldanha e S. Sebastião, permanecendo em execução os trabalhos de escavação do túnel Mineiro que permitirá efectuar a ligação do túnel TBM (executado pela tuneladora) ao término da estação Alameda II.

Encontram-se concluídos os trabalhos de escavação de toda a secção da estação S. Sebastião, tendo-se iniciado as betonagens do revestimento secundário em Janeiro de 2008.

Na zona da estação S. Sebastião I foi implementado o estaleiro que permitirá a execução de metade da laje na interligação do Ramal de serviço na linha Azul, sob a Av. António Augusto de Aguiar.

Na estação Saldanha I foram concluídos os trabalhos de demolição do átrio norte e da estrutura de contenção de ligação a Saldanha II, iniciando-se em Janeiro de 2008 os tratamentos das galerias pedonais sob a estação.

Em Saldanha II executaram-se os trabalhos de escavação da estação, havendo já betonagens das soleiras, cais e paredes laterais.

- **Prolongamento Oriente/Aeroporto**

Procedeu-se no dia 2 de Fevereiro de 2007 à assinatura do contrato de execução dos toscos entre a estação Oriente e a estação Aeroporto, da linha Vermelha, e correspondente consignação parcial da empreitada.

Posteriormente deu-se início aos trabalhos de ocupações do subsolo/serviços afectados, bem como os de execução de desvios de trânsito e montagem de estaleiros.

Procedeu-se à contenção periférica do PV¹¹ 192 no qual já se encontra a decorrer a 1.ª fase de escavação, tendo-se iniciado a contenção periférica da estação Aeroporto e a construção do passadiço de acesso ao edifício do Rent-a-Car.

¹¹ Posto de Ventilação.

Foram ainda desenvolvidos parte dos projectos de especialidades da galeria, poços de ventilação, estação Moscovide e estação do Aeroporto, bem como de especialidades e arquitectura da estação Encarnação, cujo projecto de estruturas é da responsabilidade do Empreiteiro.

Para os empreendimentos Alameda/S. Sebastião e Oriente/Aeroporto, prosseguiu a fase de Pós-avaliação Ambiental, visando assegurar que os termos e condições de aprovação dos projectos, tal como estabelecidos nas respectivas Declarações de Impacte Ambiental, têm vindo a ser efectivamente cumpridos.

- **Prolongamento S. Sebastião II/Campolide**

Procedeu-se à reformulação do Estudo de Impacte Ambiental, na sequência da entrada em vigor do novo Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei n.º 09/07, de 17 de Janeiro) e da conclusão das diferentes especialidades do estudo prévio.

Foi dado início aos projectos de execução de arquitectura, bem como de estruturas para a estação, túneis e posto de ventilação.

4.8 Investimentos

Visando a concretização do Plano de Expansão da rede em curso bem como as necessidades de investimento corrente e equipamentos, o ML investiu em 2007, a custos técnicos, m€ 75.502, dos quais 96% em ILD's¹² (m€ 72.612) e 4% em investimento ML (m€ 2.890).

Un: €

	FBCF Formação Bruta de Capital Fixo	ICT Investimento a Custos Técnicos	DI Despesa de Investimento
A - ILD's	69.793.761	72.612.385	76.456.175
Em curso	59.756.466	59.756.466	63.188.215
Interface do Cais do Sodré	184.146	184.146	425.104
Ext. Baixa-Chiado / Santa Apolónia	14.274.686	14.274.686	15.657.536
Ext. Alameda / S. Sebastião	36.727.334	36.727.334	38.462.365
Ext. Oriente / Aeroporto	8.570.300	8.570.300	8.643.210
Novos	297.462	297.462	321.962
Ext. Rato / Alcântara	9.676	9.676	31.337
Ext. S. Sebastião / Campolide	251.380	251.380	251.718
Ext. Amadora Este / Reboleira	36.406	36.406	38.907
Outros	9.739.833	12.558.457	12.945.998
Ext. Campo Grande / Odivelas	1.958.964	1.958.964	1.958.964
Ext. Pontinha / Amadora Este	1.037.128	1.037.128	1.037.128
Remodelação da rede	1.397.344	1.397.344	1.432.857
Remodelação da rede - Estações linha Verde	4.936.652	4.936.652	5.261.302
Estudos e Projectos	0	28.556	52.775
ATP/ATO	409.745	409.745	412.904
Autoinvestimento	0	2.790.068	2.790.068
B - ML	2.877.144	2.890.004	3.025.353
Parques de Material e Oficinas	243.022	243.022	247.479
Material circulante	32.279	32.279	32.279
Equipamentos e outros	2.071.579	2.071.579	2.148.468
Investimentos correntes	530.264	543.124	597.127
Investimento Total	72.670.905	75.502.389	79.481.528

Entre as ILD's, destaca-se a realização dos projectos actualmente em curso: Baixa-Chiado/Santa Apolónia (m€ 14.275), Alameda/S. Sebastião (m€ 36.727), Oriente/Aeroporto (m€ 8.570) e a remodelação das estações da linha Verde (m€ 4.937), bem como dos projectos já concluídos e em fase de fecho de contas: Campo Grande/Odivelas (m€ 1.959) e Pontinha/Amadora Este (m€ 1.037).

Un: €

Investimentos	2007	2006	Var. %
Investimentos / FBCF	72.670.905	51.257.852	41,78
Investimento / Custos Técnicos	75.502.389	54.215.540	39,26
Despesas de Investimento (inclui custos financeiros)	79.481.528	62.964.266	26,23

À semelhança de exercícios anteriores, o ML imputou em 2007 ao imobilizado em curso, os custos financeiros resultantes dos financiamentos, tendo capitalizado no exercício m€ 3.979, elevando a despesa de investimentos global para m€ 79.482.

¹² Infra-estruturas de Longa Duração.

5. Cumprimento dos princípios de bom governo

Dando cumprimento à Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007 de 28 de Março, que determina a necessidade de inclusão nos Relatórios de Gestão de informação relativa ao Governo das Sociedades, para além da informação já relevada no presente Relatório, bem como em Relatórios anteriores, destaca-se a publicação em 2007 dos seguintes diplomas:

5.1 Regulamentação externa a que a Empresa está sujeita desde 2007

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprova os princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado;
- Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto:
 - Estabelece o regime jurídico dos bens imóveis do domínio público do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais;
 - Aprova o regime jurídico da gestão dos bens imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos;
 - Estabelece, ainda, os deveres de coordenação de gestão patrimonial e de informação sobre bens imóveis dos sectores públicos administrativo e empresarial, designadamente para efeitos de inventário;
- Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros e que revoga os Regulamentos (CEE) n.º 1191/69 e (CEE) n.º 1107/70 do Conselho;
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP).

5.2 Transacções relevantes com entidades relacionadas

Atendendo ao volume financeiro dos contratos e/ou notas de encomenda estabelecidas com empreiteiros e fornecedores, destacam-se as principais transacções ocorridas em 2007:

Empreiteiros (Obras):

- AEROMETRO, A.C.E. – Toscos da linha Vermelha Oriente/Aeroporto: Contrato 12/2007;
- SOMAGUE, BPC, ENGIL, SPIE, S.B.E.S. – Prolongamento Alameda/S. Sebastião: Adicional n.º 6 ao ML053/03;
- OPCA – Obras Públicas e Cimento Armado, S.A. – Colunas Jet Gr. Aluviões do Terreiro do Paço: Contrato ML018/07;
- LINHA METRO – Emp. Metropolitana de Lisboa – Toscos da Galeria Alfornelos/Falagueira: adicional n.º 3 ao Contrato ML084/01;
- BPC, BCO, SOMAGUE e PROFABRIL, A.C.E. – Toscos da estação Santa Apolónia: Adicional n.º 6 ao Contrato ML047/01;
- NAVAL TAGUS, A.C.E. – Lastro de Pontões da Transtejo em Terreiro do Paço: Contrato ML050/07;
- SPIE BATIGNOLLESD EUROPE, S.A. – Reabilitação do 11.º troço da linha Amarela: Contrato ML033/07;
- IRMÃOS CAVACO, S.A. – Dragagens em pontões da Transtejo em Terreiro do Paço: Contrato ML052/07.

Fornecedores (Materiais, Equipamentos ou Serviços):

- INDRA SISTEMAS, S.A.;
- 2045 Empresa de Segurança, S.A.;
- GRUPO 8 – Serviços de Segurança, S.A.;
- VADECAAMBIENTE – Preserv. e Controle, S.A.;
- SAFIRA SERVICES, S.A.;
- ISS – Facility Services;
- FERCONSULT;
- DIMETRONIC, S.A..



5.3 Informação sobre outras transações

Em matéria de aquisição de bens e serviços o regime aplicado foi o constante no Decreto-Lei n.º 223/01, de 9 de Agosto.

As adjudicações cujo objecto consistiu em entregas complementares por fornecedores iniciais, destinadas a ampliação ou substituição parcial de equipamentos ou instalações já existentes (motivadas pela necessidade de compatibilidade técnica face à existência de material com características técnicas na Empresa) foram realizadas ao abrigo do disposto nas alíneas c) e g), do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto.

Entre os quais se destacam:

- DIMETRONIC, S.A. m€ 231

Fornecedores de material sobresselente para Material Circulante:

- SIEMENS, S.A. m€ 511
- KNORR BREMSE, A.G. m€ 200
- DELLNER COUPLERS AB m€ 8,6

Ao nível dos prestadores de serviços EDP e EPAL, os valores facturados em 2007 foram, respectivamente, de M€ 6,1 e m€ 383.

A close-up photograph of a hand holding a red paper cutout of the word 'met'. The letters are thick and have a slightly textured surface. The hand is positioned at the bottom left, with the thumb and index finger gripping the letters. The background is plain white.

6. Economia e finanças

6.1 Balanço do ano

A Demonstração de Resultados de 2007 apresenta um resultado líquido do exercício negativo, de m€ 144.222, cerca de 1,9% inferior ao ano anterior, o equivalente a menos m€ 2.722.

Esta situação resulta da melhoria, de 5,4% dos resultados operacionais, que registaram um valor negativo de m€ 73.325 (menos m€ 4.157 que o ano anterior) e de 4,2%, dos resultados extraordinários, sofrendo por outro lado, os resultados financeiros, um agravamento de 2,2%, o correspondente a cerca de m€ 1.482.

Os custos totais incorridos situaram-se nos m€ 244.110 e os proveitos totais obtidos, na ordem dos m€ 99.924.

The image shows the letters 'ro' in a large, bold, red, sans-serif font. The letters are positioned on the left side of the page, with the 'r' being slightly taller than the 'o'. The background is white.

Demonstração de resultados

Un: €

Custos do Exercício	2007	%	2006	%	Var. % 2007/2006
Custos operacionais	170.653.269	69,9%	166.616.575	70,1%	2,4%
Consumo de existências	1.830.016	0,7%	2.276.644	1,0%	-19,6%
Fornecimentos e serviços externos	30.522.669	12,5%	30.466.439	12,8%	0,2%
F.S.E. - Leasing operacional	11.420.021	4,7%	12.541.660	5,3%	-8,9%
Custos com o pessoal	77.698.901	31,8%	76.558.886	32,2%	1,5%
Plano de pensões	10.860.821	4,4%	6.137.287	2,6%	77,0%
Amortizações	37.752.244	15,5%	38.204.819	16,1%	-1,2%
Impostos	247.859	0,1%	242.431	0,1%	2,2%
Outros custos e perdas	320.738	0,1%	188.409	0,1%	70,2%
Custos financeiros	72.175.425	29,6%	69.495.735	29,2%	3,9%
Custos e perdas extraordinários	1.281.732	0,5%	1.715.583	0,7%	-25,3%
Total dos Custos do Exercício	244.110.425	100,0%	237.827.893	100,0%	2,6%
Proveitos do Exercício					
Proveitos operacionais	97.328.309	97,4%	89.134.613	98,0%	9,2%
Vendas + prestações de serviço (*)	62.477.540	62,5%	56.290.080	61,9%	11,0%
- Receitas de tráfego	55.408.666	55,5%	51.025.601	56,1%	8,6%
- Outros	7.068.874	7,1%	5.264.478	5,8%	34,3%
Trabalhos p/ própria empresa	3.348.318	3,4%	2.781.777	3,1%	20,4%
Proveitos suplementares	907.528	0,9%	902.763	1,0%	0,5%
Subsídios à exploração	23.147.894	23,2%	21.641.174	23,8%	7,0%
Outros proveitos e ganhos	7.377.581	7,4%	7.281.479	8,0%	1,3%
Reversões de amortizações	69.447	0,1%	237.340	0,3%	-70,7%
Proveitos e ganhos financeiros	2.441.602	2,4%	1.243.637	1,4%	96,3%
Proveitos e ganhos extraordinários	153.940	0,2%	538.356	0,6%	-71,4%
Total dos Proveitos do Exercício	99.923.851	100,0%	90.916.606	100,0%	9,9%
Imposto sobre o rendimento	35.408		32.391		9,3%
Resultados do Exercício	(144.221.982)		(146.943.679)		1,9%
Resultados operacionais	(73.324.960)		(77.481.962)		5,4%
Proveitos operacionais / Custos operacionais	57,0%		53,5%		6,6%
Resultados financeiros	(69.733.823)		(68.252.099)		-2,2%
Resultados extraordinários	(1.127.791)		(1.177.226)		4,2%
Proveitos / Custos	40,9%		38,2%		7,1%
EBITDA	(35.572.716)		(39.277.142)		9,4%
EBITDA normalizado	(29.309.707)		(39.277.142)		25,4%
Cash In - Cash Out	(31.907.963)		(40.642.712)		21,5%

(*) Nota 44 do anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

A evolução favorável dos resultados operacionais é essencialmente explicada:

- pelo aumento em cerca de 9,2% dos proveitos operacionais, cujo montante global é de m€ 97.328;
- pelo aumento de 2,4% dos custos operacionais, o que em termos reais, significa uma estabilização dos respectivos custos, cujo montante global é de m€ 170.653.

Todas as naturezas dos proveitos contribuiriam para um boa performance dos proveitos operacionais, destacando-se:

- o aumento das “Vendas e prestações de serviços” em 11%, cerca de 4,5 vezes a inflação, por razões de crescimento das receitas de tráfego, na ordem dos 8,6% e também pela contribuição positiva proveniente do contrato para a definição das relações contratuais entre o ML e associadas, resultantes da sua integração no grupo Metro;
- o crescimento de 20,4% dos “Trabalhos para a própria empresa” intrinsecamente ligado à fase de expansão do investimento em curso relacionado com a rede;
- os aumentos de “Outros proveitos e ganhos” e essencialmente dos “Subsídios à exploração”, este explicado pelo montante acrescido de 7%, de indemnização compensatória atribuída à Empresa.

Apenas os “Proveitos e ganhos extraordinários” sofreram uma diminuição significativa, em termos percentuais, ainda que pouco relevante, em termos absolutos.

Os “Proveitos e ganhos financeiros” contribuíram de forma positiva para o aumento dos “Proveitos totais” registando um acréscimo percentual de 96%.

Os “Custos operacionais” registaram uma diminuição, em termos reais de 0,1%, considerada a inflação do ano (2,5%), observando-se, em termos nominais, um acréscimo de m€ 4.037, exclusivamente explicado, pelo impacto na rubrica de “Custos com o pessoal”, das responsabilidades totais pelo pagamento de complementos de pensões de reforma e sobrevivência que a Empresa vem registando naquela conta. Efectivamente, de acordo com o Estudo Actuarial efectuado e reportado a 31 de Dezembro, o acréscimo do valor actual das responsabilidades por serviços passados foi de m€ 10.861 o que explica, por si só, aquele acréscimo nominal nos custos operacionais.

Expurgados os valores relativos às responsabilidades inerentes ao plano de pensões, os “Custos com o pessoal” apenas apresentam um acréscimo global de 1,5%, a que corresponde uma evolução da massa salarial global de igual percentagem.

À parte desta situação extraordinária, há que destacar a boa performance de todas as outras naturezas dos custos operacionais.

Assim, os “Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, os “Fornecimentos e serviços de terceiros” e as “Amortizações, ajustamentos e provisões” diminuíram em termos nominais respectivamente 19,6%, 2,5% e 1,2%.

Por outro lado, os “Impostos” e “Outros custos e perdas” cresceram em termos percentuais, respectivamente 2,2% e 70,2%, mas sem relevância em termos absolutos.

Os “Custos financeiros”, cujo montante global atingiu cerca de m€ 72.175, sofreram um aumento de 3,9%, essencialmente devido ao aumento consistente das taxas de juro durante o ano.

Em resumo, há a destacar as seguintes situações:

- Os “Custos operacionais” estabilizaram em termos reais, registando um crescimento de 2,4%, ligeiramente inferior à inflação;
- Os “Proveitos operacionais” aumentaram cerca de 9,2%, isto é, quase 4 vezes a inflação;
- Os “Custos com o pessoal”, descontado o efeito das responsabilidades do plano de pensões, cresceram apenas 1,5%, devido às actualizações salariais e aos efeitos automáticos do Acordo de Empresa;
- Os “Proveitos” financiaram cerca de 41% dos “Custos” (mais 7,1% do que no ano anterior);
- Os “Proveitos operacionais” cobriram cerca de 57% dos “Custos operacionais” (mais 6,6% do que no ano de 2006);
- O EBITDA melhorou 9,4%, o equivalente a m€ 3.704;
- O EBITDA normalizado (expurgados os efeitos das reformas antecipadas) evoluiu favoravelmente em cerca de 25%, posicionando-se no valor negativo de m€ 29.310.

Demonstração de resultados por actividade

No exercício de 2007 os valores unitários das prestações de serviços internos foram os seguintes:

- Taxa de uso: € 0,60 x carruagem.km exploração
- Taxa Gestão das Estações: € 0,06 x passageiros totais
- Taxa de Manutenção: € 0,52 x carruagem.km totais

Para utilização dos Parques de Material e Oficinas foi estabelecida uma renda em função da ocupação (m²), no valor total de m€ 6.766.

No que se refere aos Serviços Corporativos (ODDCG), os resultados operacionais, excluindo o custo relacionado com as responsabilidades de complementos de pensões de sobrevivência (plano de pensões), foram repartidos em 83%, pelas áreas de actividade na proporção de:

- 19% para a Exploração Industrial;
- 48% para a Exploração Comercial;
- 33% para a Gestão de Infra-estruturas.

Para repartição da rubrica “Outros custos financeiros”, o método utilizado foi o dos custos desembolsáveis (*cash in - cash out*).

Demonstração de resultados por actividade

Un: €

	Exploração Industrial	Exploração Comercial	Gestão de Infra-estruturas	ODDCC's	Total
Proveitos operacionais					
Vendas e prestações de serviço	123	57.169.459	5.265.111	42.848	62.477.540
Trabalhos para a própria empresa	256.817	--	2.263.031	828.470	3.348.318
Proveitos suplementares	123.566	282.556	210.682	290.723	907.528
Subsídios à exploração	--	23.147.894	--	--	23.147.894
Outros proveitos e ganhos	2.496	5.641.161	1.663.130	70.794	7.377.581
Reversão de ajustamentos	--	--	--	69.447	69.447
Total dos proveitos operacionais	383.002	86.241.070	9.401.954	1.302.282	97.328.309
Custos operacionais					
Consumo de existências	994.667	589.659	235.125	10.564	1.830.016
Fornecimentos e serviços externos	1.550.621	9.965.649	14.143.450	4.862.950	30.522.669
F.S.E. - Leasing	--	11.420.021	--	--	11.420.021
Custos com pessoal	10.065.813	38.532.717	16.765.118	12.335.253	77.698.901
Plano de Pensões	2.379.583	3.399.518	3.640.532	1.441.189	10.860.821
Amortizações	892.318	13.146.819	20.518.915	3.172.810	37.730.862
Provisões	--	--	--	21.382	21.382
Impostos	433	551	173.545	73.331	247.859
Outros custos e perdas	7.332	11.049	9.290	293.067	320.738
Total dos custos operacionais	15.890.767	77.065.983	55.485.975	22.210.545	170.653.269
Resultados operacionais	(15.507.766)	9.175.087	(46.084.021)	(20.908.263)	(73.324.960)
Taxa de uso	--	(13.555.075)	13.555.075	--	0
Taxa estações	--	(10.781.226)	10.781.226	--	0
Taxa manutenção	12.352.441	(12.352.441)	--	--	0
Rendas	(3.080.087)	(1.982.709)	6.766.041	(1.703.245)	0
Energia de tracção	--	(2.791.042)	2.791.042	--	0
Energia iluminação e força motriz	--	(2.332.415)	2.332.415	--	0
Taxa de serviços corporativos *	(3.387.339)	(8.468.352)	(5.716.137)	17.571.828	0
Total das prestações internas	5.885.016	(52.263.261)	30.509.662	15.868.583	0
Resultado operacional c/prestações internas	(9.622.750)	(43.088.174)	(15.574.359)	(5.039.680)	(73.324.960)
Receitas financeiras	--	524.209	--	1.917.393	2.441.602
Custos financeiros com ILLD's	--	--	43.527.788	--	43.527.788
Custos financeiros com material circulante	--	12.746.336	--	--	12.746.336
Custos financeiros imputáveis	2.536.576	3.704.208	4.275.257	5.385.260	15.901.301
Resultados financeiros	(2.536.576)	(15.926.335)	(47.803.045)	(3.467.867)	(69.733.823)
Resultados correntes	(12.159.326)	(59.014.509)	(63.377.404)	(8.507.547)	(143.058.783)
Proveitos e ganhos extraordinários	17.565	24.930	47.177	64.268	153.940
Custos e perdas extraordinários	51.921	127.428	85.158	1.017.225	1.281.732
Resultados extraordinários	(34.356)	(102.498)	(37.981)	(952.957)	(1.127.792)
Imposto sobre o rendimento	--	--	--	35.408	35.408
Resultado líquido	(12.193.682)	(59.117.007)	(63.415.385)	(9.495.912)	(144.221.982)

* Não inclui o plano de pensões.

Financiamento da actividade

O “Esforço financeiro do Estado”, atingiu o montante global de m€ 29.203, isto é, mais 4,2% do que ano anterior.

Un: €

Esforço financeiro do Estado	2007	2006	Var. % 2007/2006
Indemnização compensatória	24.305.289	22.723.233	7,0%
PIDDAC	4.897.400	5.306.725	-7,7%
Total	29.202.689	28.029.958	4,2%

Registou-se um acréscimo na “Indemnização compensatória” e uma redução no PIDDAC, embora sem grande significado em valor absoluto.

No que se refere às “Comparticipações comunitárias a fundo perdido” destacam-se a afectação de cerca de m€ 17.903, distribuídas da seguinte forma:

Un: €

Fundos comunitários	2007	2006	Var. % 2007/2006
FEDER	51.580	0	-
Fundo de Coesão	17.851.699	9.024.752	97,8%
Total	17.903.279	9.024.752	98,4%

Consideradas as grandes funções da Empresa – produção do transporte e sua manutenção e gestão das infra-estruturas – e tendo em conta as responsabilidades relacionadas com o serviço da dívida, as necessidades de financiamento elevaram-se a m€ 473.065.

Un: €

Necessidades de financiamento	2007	2006
Actividades operacionais	(16.808.181)	(6.406.741)
Actividades de investimento	(104.519.020)	(76.964.647)
Amortizações:	-	-
Empréstimos bancários	(191.410.940)	(205.562.752)
Empréstimos obrigacionistas	(45.663.701)	-
Leasing	(37.011.185)	(35.756.109)
Juros e custos similares	(77.652.179)	(80.664.623)
Total das necessidades de financiamento	(473.065.205)	(405.354.872)
Realização de aumentos de capital	-	-
Desinvestimentos financeiros	-	96.137
Subsídios de investimento	53.299.636	5.306.725
Novos empréstimos:	-	-
Empréstimos bancários	-	-
Empréstimos obrigacionistas	400.000.000	400.000.000
Leasing	-	-
Juros e proveitos similares	5.771	6.997
Reestruturação das operações de SWAP	19.727.000	-
Total dos financiamentos	473.032.407	405.409.859
Varição dos saldos de caixa e bancos	32.798	(54.987)

A cobertura financeira destas necessidades foi essencialmente concretizada através das seguintes medidas de política:

- Recursos a “Fundos Comunitários e PIDDAC” (subsídios ao investimento), cerca de m€ 53.300;
- Recurso ao Mercado de Capitais através de Emissão Obrigacionista a 20 anos, *bullet*, com aval do Estado, em m€ 400.000.

Face à conjuntura do mercado monetário do ano, com subida sustentada das taxas de juro, a Empresa procurou actuar de forma a minimizar os efeitos desfavoráveis desta situação, através da implementação de políticas de permanente negociação e revisão das condições de financiamento, associadas a uma intervenção adequada no mercado de derivados, registando, em termos globais, um ligeiro acréscimo, na sua função financeira global, de 0,7%, o equivalente a m€ 569, evidenciando assim uma excelente performance.

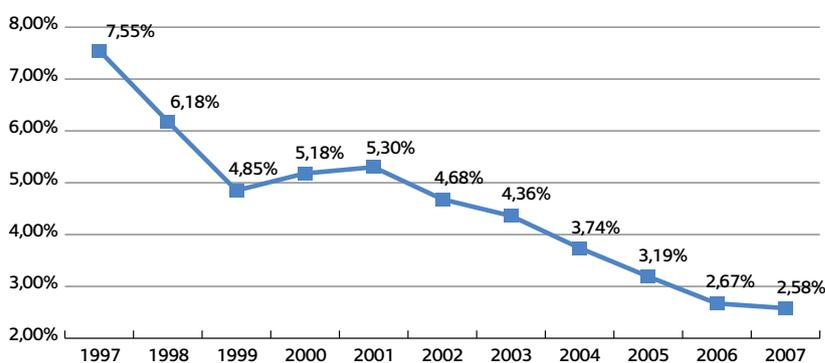
Un: €

Função financeira da Empresa	2007	2006	Var. % 2007/2006
Exploração	32.322.955	31.147.846	3,8%
Custos financeiros com ILD's	39.624.470	37.976.373	4,3%
Investimento - ML	135.349	169.466	-20,1%
Investimento - ILD's	3.843.788	8.579.259	-55,2%
Investimento p/ conta de terceiros	2.537.236	21.772	-
Total	78.463.798	77.894.716	0,7%

O esforço global, situou-se nos m€ 78.464, dos quais m€ 3.979 foram capitalizados na sequência da execução do plano de investimento em curso.

As medidas de política relativas ao *funding* e ao mercado de derivados, foram de uma eficiência relevantes, traduzindo-se numa diminuição das “Taxa de juro implícita ao endividamento”, baixando-a de 2,67% para 2,58% no ano, o que significa uma redução de 3,4% naquela taxa, já de si situada, em fins de 2006, num nível bastante baixo face às condições de mercado.

Taxa de juro implícita ao endividamento



Estrutura patrimonial / Balanço

Un: €

	2007	%	2006	%	Var. % 2007/2006
Activo	3.459.308.048	100,0%	3.420.988.726	100,0%	1,1%
Imobilizado ML	456.707.609	13,2%	469.596.627	13,7%	-2,7%
Imobilizado incorpóreo	3.325.911	--	5.694.999	--	-41,6%
Imobilizado corpóreo	423.263.249	--	455.444.292	--	-7,1%
Investimentos financeiros	30.118.449	--	8.457.336	--	256,1%
Imobilizado financiado pelo Estado	2.846.382.153	82,3%	2.769.927.535	81,0%	2,8%
Imobilizado incorpóreo	6.721.029	--	6.649.645	--	1,1%
Imobilizado corpóreo	2.839.661.124	--	2.763.277.890	--	2,8%
Dívidas de terceiros (médio e longo prazo)	440.263	0,0%	423.105	0,0%	4,1%
Activo circulante	67.087.303	1,9%	101.460.179	3,0%	-33,9%
Existências	3.671.338	--	2.738.949	--	34,0%
Dívidas de terceiros (curto prazo)	63.143.929	--	98.416.397	--	-35,8%
Disponibilidades	272.036	--	304.833	--	-10,8%
Acréscimos e diferimentos	88.690.719	2,6%	79.581.280	2,3%	11,4%
Capital Próprio	(56.678.366)	-1,6%	64.742.936	1,9%	-187,5%
Capital estatutário	603.750.000	--	603.750.000	--	0,0%
Ajustamento	134.577	--	134.577	--	0,0%
Reservas de reavaliação	236.296.083	--	236.296.083	--	0,0%
Imobilizado ML	37.234.075	--	37.234.075	--	0,0%
Imobilizado financiado pelo Estado	199.062.008	--	199.062.008	--	0,0%
Reservas	740.915.391	--	718.114.711	--	3,2%
Resultados transitados	(1.493.552.435)	--	(1.346.608.756)	--	10,9%
Resultado líquido do exercício	(144.221.982)	--	(146.943.679)	--	-1,9%
Passivo	3.515.986.414	101,6%	3.356.245.790	98,1%	4,8%
Provisões para outros riscos e encargos	192.360.331	5,6%	183.806.973	5,4%	4,7%
Dívidas a terceiros (médio e longo prazo)	2.922.186.817	84,5%	2.642.921.875	77,3%	10,6%
Instituições de crédito	2.757.118.698	--	2.457.051.818	--	12,2%
Fornecedores de leasing	164.570.332	--	185.372.270	--	-11,2%
Outros credores	497.787	--	497.787	--	0,0%
Dívidas a terceiros (curto prazo)	259.041.501	7,5%	397.475.795	11,6%	-34,8%
Instituições de crédito	191.387.255	--	328.528.776	--	-41,7%
Fornecedores de leasing	20.890.188	--	20.858.423	--	0,2%
Fornecedores	7.646.267	--	7.070.262	--	8,1%
Fornecedores de imobilizado	26.284.993	--	24.448.070	--	7,5%
Outros credores	12.832.797	--	16.570.264	--	-22,6%
Acréscimos e diferimentos	142.397.765	4,1%	132.041.147	3,9%	7,8%
Total do Capital Próprio e do Passivo	3.459.308.048	100,0%	3.420.988.726	100,0%	1,1%

A taxa de crescimento da Empresa medida pelo aumento do activo líquido foi de 1,1%, elevando o seu montante para m€ 3.459.308.

Este crescimento é essencialmente explicado pelo aumento de 2,8% do “Imobilizado financiado pelo Estado”, corrigido pelas diminuições do “Investimento ML” em 2,7% e do “Activo circulante” em cerca de 33,9% (especialmente “Dívidas de terceiros”).

O capital próprio sofreu mais uma redução relevante, situando-se agora num valor negativo de m€ 56.678.

O passivo global, aumentou cerca de 4,8%, elevando-se para m€ 3.515.986.

Este acréscimo é influenciado pelo crescimento de cerca de 10,6% de “Dívidas a terceiros” a médio e longo prazo.

O passivo remunerado vem crescendo gradualmente ao longo dos últimos anos, tendo aumentado cerca de 4,8%, sendo agora de m€ 3.133.966, dos quais, mais de 93,2% dizem respeito a médio e longo prazo, o equivalente a m€ 2.921.689 e apenas 6,8%, o equivalente a m€ 212.277, referentes a curto prazo.

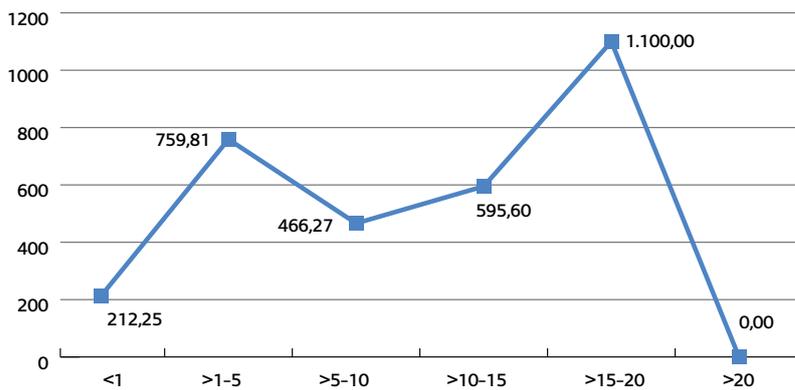
Un: €

Passivo remunerado	2007	2006	Var. % 2007/2006
De longo prazo	2.921.689.030	2.642.424.088	10,6%
Empréstimos obrigacionistas	861.850.939	469.582.307	83,5%
Empréstimos bancários	1.895.267.759	1.987.469.511	-4,6%
BEI	1.160.267.759	1.199.969.511	-3,3%
Papel comercial	435.000.000	487.500.000	-10,8%
Outros	300.000.000	300.000.000	0,0%
Leasing financeiro	164.570.332	185.372.270	-11,2%
De curto prazo	212.277.442	349.387.199	-39,2%
Empréstimos obrigacionistas	7.731.367	45.663.701	-83,1%
Empréstimos bancários	183.655.887	282.865.075	-35,1%
BEI	39.701.752	37.872.827	4,8%
Papel comercial	50.000.000	50.000.000	0,0%
Outros	93.954.135	194.992.248	-51,8%
Leasing financeiro	20.890.188	20.858.423	0,2%
Total do passivo remunerado	3.133.966.473	2.991.811.286	4,8%
Empréstimos obrigacionistas	869.582.306	515.246.007	68,8%
Empréstimos bancários	2.078.923.646	2.270.334.586	-8,4%
BEI	1.199.969.511	1.237.842.338	-3,1%
Papel comercial	485.000.000	537.500.000	-9,8%
Outros	393.954.135	494.992.248	-20,4%
Leasing financeiro	185.460.520	206.230.692	-10,1%

O prazo médio de endividamento está em 11,2 anos, contra 10 anos do ano anterior, aumentando a *duration* em mais 12%, política correcta, face às características de longa duração dos activos inerentes à infra-estrutura que dispomos.

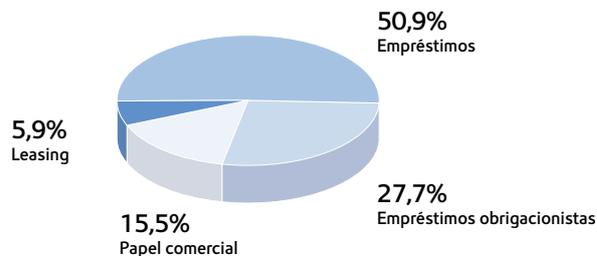
Prazo médio de endividamento

Un: 10⁶€



O resultado deste acréscimo, teve a ver com a emissão obrigacionista concretizada em Novembro passado, essencialmente caracterizada por um prazo de 20 anos, *bullet* e com aval do Estado.

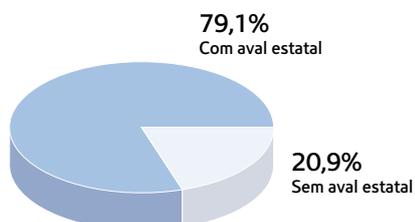
Distribuição de endividamento por tipo de instrumento



Este endividamento está distribuído pelas seguintes fontes de financiamento:

- Empréstimos bancários 51%
- Leasing 6%
- Empréstimos obrigacionistas 28%
- Papel comercial 15%

Estrutura de financiamento por tipo de garantia



Cerca de 79,1% do montante global do endividamento, equivalente a m€ 2.480.216, encontra-se com “Garantia pessoal do Estado”, ou ainda, quase 85% do passivo remunerado de longo prazo, apresenta “Garantia pessoal do Estado”.

O activo imobilizado líquido representa 95,5% do total do activo e do imobilizado financiado pelo Estado, no montante de m€ 2.846.382, está totalmente financiado por capitais alheios de longo prazo.

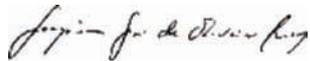
Na estrutura de capitais, o capital próprio perdeu qualquer peso, dado que apresenta pela primeira vez, valor negativo, assumindo os capitais alheios de longo prazo, a função de financiar a infra-estrutura de longa duração tão característica da nossa rede.

Daí o impacto negativo na maioria dos indicadores, nomeadamente ao nível da autonomia e solvabilidade.

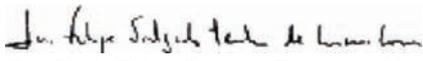
6.2 Proposta de aplicação de resultados

Para cumprimento da alínea a) do n.º 1 do artigo 31.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P., propõe-se que os resultados líquidos apurados no exercício, no valor negativo de € 144.221.982, sejam integralmente transferidos para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Gerência



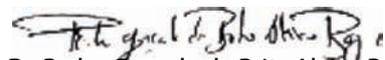
Dr. Joaquim José de Oliveira Reis



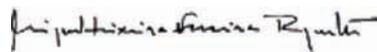
Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Moraes Correia



Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette



7. Demonstrações financeiras



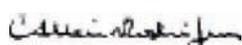
Balanças em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Un: €

Código da conta POC	Activo	Notas	Activo bruto	Exercícios 2007 Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	2006 Activo líquido
Imobilizado financiado pela Empresa:						
Imobilizações incorpóreas:						
431	Despesas de instalação		3.397.901	2.088.053	1.309.848	2.219.297
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento		2.776.931	1.381.426	1.395.505	2.319.070
433	Propriedade industrial e outros direitos		53.909	53.909	0	0
444	Imobilizações em curso		620.558	0	620.558	1.156.632
		8 - 10	6.849.299	3.523.389	3.325.911	5.694.999
Imobilizações corpóreas:						
421	Terrenos e recursos naturais		24.282.696	0	24.282.696	24.281.087
422	Edifícios e outras construções		251.016.435	116.051.149	134.965.286	145.913.753
423	Equipamento básico	15	502.369.961	244.216.267	258.153.694	279.918.850
424	Equipamento de transporte		1.020.419	993.536	26.883	14.781
425	Ferramentas e utensílios		2.304.461	1.963.689	340.773	324.775
426	Equipamento administrativo		24.778.238	22.366.974	2.411.264	2.150.359
428/429	Outras imobilizações corpóreas		1.041.610	322.181	719.429	713.630
441/6	Imobilizações em curso		2.214.191	0	2.214.191	1.850.917
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		149.032	0	149.032	276.140
		10 - 13	809.177.044	385.913.795	423.263.249	455.444.292
Investimentos financeiros:						
4111	Partes de capital em empresas do grupo		7.362.338	0	7.362.338	5.581.606
4112	Partes de capital em empresas associadas		113.945	0	113.945	162.430
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras		23.881.576	1.239.410	22.642.166	2.713.300
		10 - 16	31.357.859	1.239.410	30.118.449	8.457.336
Imobilizado financiado pelo Estado:						
Imobilizações incorpóreas:						
431	Despesas de instalação		2.019.827	0	2.019.827	2.019.827
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento		1.436.967	0	1.436.967	1.407.904
444	Imobilizações em curso		3.264.235	0	3.264.235	3.221.913
		8 - 10	6.721.029	0	6.721.029	6.649.645
Imobilizações corpóreas:						
421	Terrenos e recursos naturais		15.330.202	0	15.330.202	15.304.290
422	Edifícios e outras construções		2.282.736.892	0	2.282.736.892	1.955.420.934
423	Equipamento básico		367.759.538	0	367.759.538	348.460.034
441/6	Imobilizações em curso		169.436.550	0	169.436.550	438.094.333
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		4.397.942	0	4.397.942	5.998.298
		10 - 13	2.839.661.124	0	2.839.661.124	2.763.277.890
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo:						
253	Empresas participadas e participantes		0	0	0	0
268	Outros devedores	49	440.263	0	440.263	423.105
			440.263	0	440.263	423.105
Circulante:						
Existências:						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21 - 22 - 41	4.431.105	759.768	3.671.338	2.738.949
			4.431.105	759.768	3.671.338	2.738.949
Dívidas de terceiros - curto prazo:						
211	Clientes conta corrente		1.725.771	0	1.725.771	2.079.604
218	Clientes de cobrança duvidosa	21 - 23	17.909	17.909	0	0
252	Empresas do grupo	16	250.000	0	250.000	250.000
229	Adiantamentos a fornecedores		52.137	0	52.137	78.008
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		56.154	0	56.154	56.154
24	Estado e outros entes públicos	28	8.161.353	0	8.161.353	9.913.599
262+267+268	Outros devedores	21 - 23 - 49	26.632.814	3.854.698	22.778.116	55.918.635
264	Subscritores de capital	37	30.120.397	0	30.120.397	30.120.397
			67.016.536	3.872.606	63.143.929	98.416.397
Depósitos bancários e caixa:						
12+13	Depósitos bancários		253.736	0	253.736	231.352
11	Caixa		18.300	0	18.300	73.481
		55	272.036	0	272.036	304.833
Acréscimos e diferimentos:						
271	Acréscimos de proveitos		4.154.764	0	4.154.764	1.688.818
272	Custos diferidos		84.535.955	0	84.535.955	77.892.462
		50	88.690.719	0	88.690.719	79.581.280
Total das Amortizações				390.364.248		
Total de Ajustamentos				4.944.720		
Total do Activo			3.854.617.016	395.308.968	3.459.308.048	3.420.988.726

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2007.

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

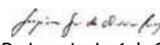
Balanças em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

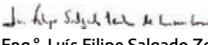
Un: €

Código da conta POC	Capital Próprio e Passivo	Notas	Exercícios 2007	2006
Capital Próprio				
51	Capital	37	603.750.000	603.750.000
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas		134.577	134.577
56	Reservas de reavaliação:			
	Imobilizado não financiado pelo Estado		37.234.075	37.234.075
	Imobilizado financiado pelo Estado		199.062.008	199.062.008
	Reservas:			
571	Reservas legais:			
5711	Reserva geral		14.398	14.398
5712	Reserva para remissão de capitais investidos		7.199	7.199
5713	Reserva para investimentos		645.377.709	622.577.030
574+575+576	Outras reservas		95.516.084	95.516.084
59	Resultados transitados		(1.493.552.435)	(1.346.608.756)
	Subtotal		87.543.616	211.686.615
88	Resultado líquido do exercício		(144.221.982)	(146.943.679)
	Total do Capital Próprio	40	(56.678.366)	64.742.936
Passivo				
Provisões:				
291	Provisões para pensões	34	191.867.555	183.335.579
293/8	Outras provisões	34	492.776	471.394
			192.360.331	183.806.973
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo:				
	Empréstimos por obrigações:			
2322	Não convertíveis	48	861.850.939	469.582.307
231	Dívidas a instituições de crédito	48	1.895.267.759	1.987.469.511
2611	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	164.570.332	185.372.270
268	Outros credores	49	497.787	497.787
			2.922.186.817	2.642.921.875
Dívidas a terceiros - curto prazo:				
	Empréstimos por obrigações:			
2322	Não convertíveis	48	7.731.368	45.663.701
231	Dívidas a instituições de crédito	48	183.655.887	282.865.075
221	Fornecedores, conta corrente		7.625.625	6.936.239
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		20.643	134.023
254	Empresas participadas e participantes		0	0
2611	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15 - 16 - 53	47.175.181	45.306.493
24	Estado e outros entes públicos	28	2.338.427	2.201.410
262+263+265	Outros credores		10.494.370	14.368.854
266+267+268		49		
			259.041.501	397.475.795
Acréscimos e diferimentos:				
273	Acréscimos de custos		20.185.875	21.486.418
274	Proveitos diferidos		122.211.890	110.554.729
		50	142.397.765	132.041.148
	Total do Passivo		3.515.986.414	3.356.245.790
	Total do Capital Próprio e do Passivo		3.459.308.048	3.420.988.726

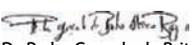
As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2007.

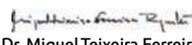
O Conselho de Gerência


Dr. Joaquim José de Oliveira Reis


Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia


Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob


Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas


Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette

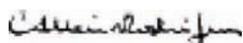
Demonstrações de Resultados por Naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Un: €

Código da conta POC	Custos e Perdas	Notas	Exercícios		
			2007	2006	2006
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41	1.830.016		2.276.644
62	Fornecimentos e serviços externos		41.942.690		43.008.099
641+642	Custos com o pessoal:	52		52.147.142	
	Remunerações		52.883.884		
	Encargos sociais:				
643	Pensões	51	20.668.461	15.545.533	
645/8	Outros		<u>15.007.377</u>	<u>15.003.498</u>	82.696.173
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	37.219.037	38.016.765	
666+667	Ajustamentos	21	511.825	188.053	
67	Provisões	34	<u>21.382</u>	<u>0</u>	38.204.819
63	Impostos		247.859		242.431
65	Outros custos e perdas operacionais		320.738		188.409
			170.653.269		166.616.575
682	Perdas em empresas do grupo e associadas	45	156.865	300.382	
683+684	Amortizações e ajustamentos de investimentos financeiros	45	71.134	71.134	
681+685+686+688	Juros e custos similares:				
	Outros	45	71.947.425	69.124.219	69.495.735
	(C)		242.828.693		236.112.310
69	Custos e perdas extraordinários	46	1.281.732		1.715.583
	(E)		244.110.425		237.827.893
86	Imposto sobre o rendimento		35.408		32.391
	(G)		244.145.833		237.860.284
88	Resultado líquido do exercício		(144.221.982)		(146.943.679)
			99.923.851		90.916.605
Proveitos e Ganhos					
71	Vendas:				
	Mercadorias	44	14.911	11.929	
72	Prestações de serviços	44	<u>62.462.629</u>	<u>56.278.150</u>	56.290.079
75	Trabalhos para a própria empresa			3.348.318	2.781.777
73	Proveitos suplementares	16	907.528	902.763	
74	Subsídios à exploração	3.i)	23.147.894	21.641.174	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	53	7.377.581	7.281.479	
77	Reversões de ajustamentos	21	<u>69.447</u>	<u>237.340</u>	30.062.756
	(B)		97.328.309		89.134.612
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	1.889.113	397.718	
7815+783	Rendimentos de tít. negociáveis e outras part. financeiras:				
	Outros	45	24.091	23.777	
7811+7818+	Outros juros e proveitos similares:				
785+786+788	Outros	45	<u>528.398</u>	<u>822.142</u>	1.243.637
	(D)		99.769.911		90.378.249
79	Proveitos e ganhos extraordinários	46	153.940		538.356
	(F)		99.923.851		90.916.605
Resumo:					
Resultados operacionais: (B)-(A)=			(73.324.960)	(77.481.963)	
Resultados financeiros: [(D)-(B)]-[(C)-(A)]=			(69.733.823)	(68.252.098)	
Resultados correntes: (D)-(C)=			(143.058.783)	(145.734.061)	
Resultados antes dos impostos: (F)-(E)=			(144.186.574)	(146.911.287)	
Resultado líquido do exercício: (F)-(G)=			(144.221.982)	(146.943.679)	

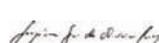
As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

O Técnico Oficial de Contas

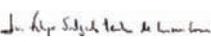


Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Gerência



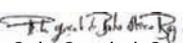
Dr. Joaquim José de Oliveira Reis



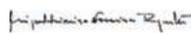
Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Moraes Correia



Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas



Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette

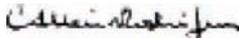
Demonstrações dos Resultados por Funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Un: €

	Notas	Exercícios	
		2007	2006
Vendas e prestações de serviços	44	62.477.540	56.290.079
Subsídios à exploração	3.i)	23.147.894	21.641.174
Custo das vendas e das prestações de serviços		(78.904.304)	(79.153.007)
Resultados Brutos		6.721.130	(1.221.754)
Outros proveitos e ganhos operacionais		11.856.815	11.741.715
Custos de distribuição		(69.510.528)	(57.192.859)
Custos administrativos		(21.917.698)	(30.082.300)
Outros custos e perdas operacionais		(1.602.470)	(1.903.992)
Resultados Operacionais		(74.452.751)	(78.659.190)
Custos líquidos de financiamento	45	(71.419.027)	(68.302.077)
Ganhos / (Perdas) em filiais e associadas	45	1.732.248	97.336
Perdas em outros investimentos	45	(47.043)	(47.357)
Resultados Correntes		(144.186.574)	(146.911.288)
Impostos sobre os resultados correntes		(35.408)	(32.391)
Resultados Líquidos		(144.221.982)	(146.943.679)

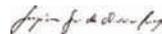
As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

O Técnico Oficial de Contas

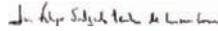


Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Gerência



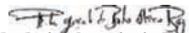
Dr. Joaquim José de Oliveira Reis



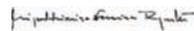
Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia



Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette

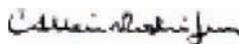
Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Un: €

	Notas	Exercícios	
		2007	2006
Actividades Operacionais:			
Vendas de bilhetes e passes		68.161.473	61.936.297
Indemnização compensatória		23.147.894	22.524.317
Receitas de bilhetes e passes de outros operadores		4.059.690	2.113.042
Pagamentos a fornecedores		(42.461.815)	(42.952.266)
Pagamentos ao pessoal		(64.207.510)	(62.519.421)
Fluxo Gerado pelas Operações		(11.300.267)	(18.898.031)
Pagamento e recebimento de impostos		(1.700.979)	7.639.203
Outros recebimentos da actividade operacional		(3.828.661)	4.860.555
Fluxo Gerado antes Rubricas Extraordinárias		(16.829.907)	(6.398.273)
Recebimentos de rubricas extraordinárias		42.067	4.251
Pagamentos de rubricas extraordinárias		(20.341)	(12.719)
Fluxo das Actividades Operacionais (1)		(16.808.181)	(6.406.741)
Actividades de Investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0	96.137
Subsídios de investimento		53.299.636	5.306.725
Juros e proveitos similares		5.771	6.997
Total dos Recebimentos		53.305.407	5.409.859
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(20.000.000)	(38)
Imobilizações corpóreas		(84.519.020)	(76.964.609)
Total dos Pagamentos		(104.519.020)	(76.964.647)
Fluxo das Actividades de Investimento (2)		(51.213.613)	(71.554.788)
Actividades de Financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos bancários		0	0
Empréstimos obrigacionistas	48	400.000.000	400.000.000
Reestruturação das operações de SWAP		37.725.000	0
Total dos Recebimentos		437.725.000	400.000.000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos bancários		(191.410.940)	(205.562.753)
Operações de leasing/aluguer		(37.011.185)	(35.756.109)
Empréstimos obrigacionistas		(45.663.701)	0
Juros e custos similares		(77.652.179)	(80.664.623)
Reestruturação das operações de SWAP		(17.998.000)	0
Total dos Pagamentos		(369.736.004)	(321.983.485)
Fluxo das Actividades de Financiamento (3)		67.988.996	78.016.515
Variação de Caixa e seus Equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(32.798)	54.986
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		304.834	249.847
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		272.036	304.833
Numerário	55	18.300	73.481
Depósitos bancários	55	253.736	231.352
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		272.036	304.833

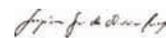
As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

O Técnico Oficial de Contas

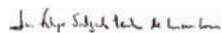


Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Gerência



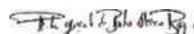
Dr. Joaquim José de Oliveira Reis



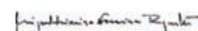
Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Morais Correia



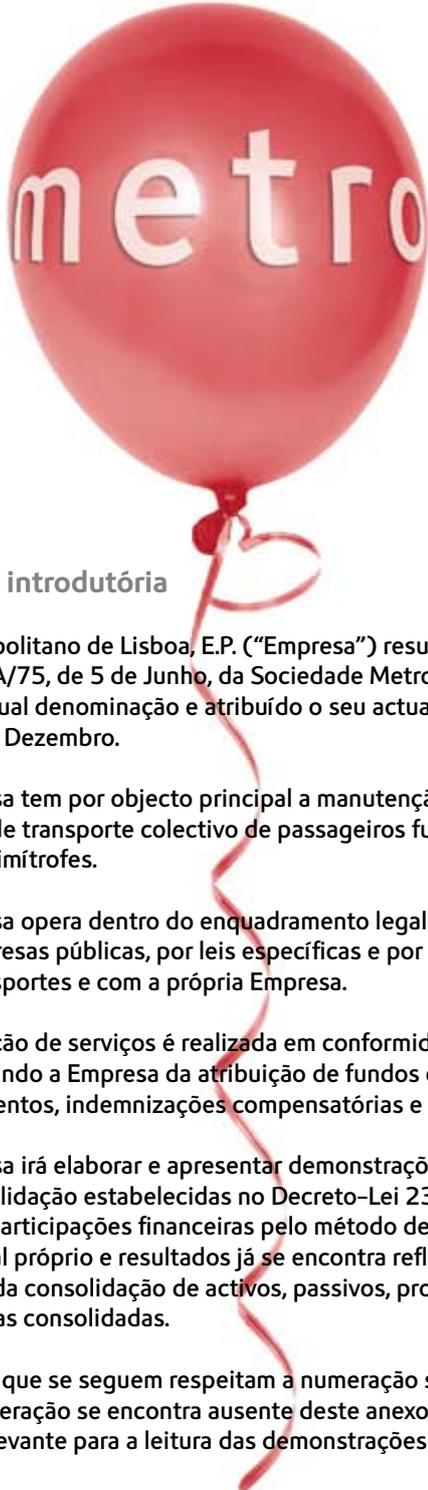
Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette



metro

8. Anexo ao balanço e à demonstração de resultados

Em 31 de Dezembro de 2007
(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

O Metropolitano de Lisboa, E.P. (“Empresa”) resultou da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de Junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L. tendo-lhe sido conferida a sua actual denominação e atribuído o seu actual estatuto de empresa pública, pelo Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de Dezembro.

A Empresa tem por objecto principal a manutenção e desenvolvimento do funcionamento regular do serviço público de transporte colectivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a actividade das empresas públicas, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pelo Ministério da Tutela, beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário, investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

A Empresa irá elaborar e apresentar demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as normas de consolidação estabelecidas no Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho. Uma vez que a Empresa já valoriza as suas participações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, o efeito da consolidação a nível de capital próprio e resultados já se encontra reflectido nas demonstrações financeiras individuais. Contudo, o efeito da consolidação de activos, passivos, proveitos e custos das empresas participadas apenas será reflectido nas contas consolidadas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

i) Financiadas pela Empresa

As imobilizações incorpóreas financiadas pela Empresa compreendem, essencialmente, custos internos relacionados com estudos de projectos comerciais, estudos de reorganização da Empresa, custos de implementação de um novo sistema de informação de gestão e despesas com imagem (Nota 8). Estas imobilizações são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de 3 a 6 anos.

ii) Financiadas pelo Estado

As imobilizações incorpóreas financiadas pelo Estado, incluem essencialmente estudos para o desenvolvimento da rede, caracterizados como custos com infra-estruturas de longa duração (“ILD’s”). Estas imobilizações não estão a ser amortizadas.

b) Imobilizações corpóreas

i) Financiadas pela Empresa

As imobilizações corpóreas financiadas pela Empresa adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, que inclui encargos financeiros suportados durante o período de construção, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir do ano de entrada em funcionamento do bem, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistemas de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como custos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações são registadas na rubrica de “acréscimos e diferimentos” e amortizadas num período de três anos.

ii) Financiadas pelo Estado

As imobilizações corpóreas financiadas pelo Estado adquiridas até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao custo de aquisição, que inclui encargos financeiros suportados durante o período de construção, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12). As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

O registo das amortizações relativas a estas imobilizações foi efectuado com base nos critérios acima mencionados para as imobilizações corpóreas financiadas pela Empresa mas apenas até 31 de Dezembro de 1997. As amortizações calculadas e registadas até àquela data, foram creditadas directamente ao valor de custo ou reavaliado das imobilizações corpóreas e debitadas às respectivas reservas de reavaliação como factor correctivo das mesmas. Após 1 de Janeiro de 1998, estas imobilizações não estão a ser amortizadas.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor proporcional à participação da Empresa nos respectivos capitais próprios, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registadas como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

São constituídas provisões para participações financeiras sempre que não existam expectativas razoáveis de recuperação dos montantes investidos.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição o qual é inferior ao valor de mercado.

d) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual não excede o respectivo valor de mercado utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Foi constituído um ajustamento para depreciação das matérias-primas, subsidiárias e de consumo pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização no caso deste ser inferior ao custo.

e) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica de "Acréscimos e diferimentos" (Nota 50).

f) Complementos de pensões de reforma

Conforme descrito em detalhe na Nota 51, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pagas pela Segurança Social. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, a Empresa adoptou as disposições da Directriz Contabilística n.º 19, emitida em 21 de Maio de 1997 pela Comissão de Normalização Contabilística, passando a registar estas responsabilidades no balanço. As responsabilidades da Empresa são quantificadas através de um estudo actuarial elaborado de acordo com métodos e pressupostos actuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das suas responsabilidades na data do balanço e o custo com pensões a registar no exercício. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com os registos contabilísticos da Empresa de forma a determinar o montante das diferenças a registar. Os ganhos e perdas com pensões de reforma são registados na rubrica "custos com o pessoal", com base nos valores determinados pelo referido estudo actuarial.

g) Cuidados de saúde

A Empresa assumiu determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados pré-reformados e até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de Dezembro de 2007. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados pré-reformados, bem como aos activos, um seguro colectivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração de resultados do exercício em que são pagos, não se encontrando reflectidas no balanço as responsabilidades da Empresa relativas aos pré-reformados, uma vez que as mesmas, quantificadas actuarialmente, não são materiais.

h) Prestação de serviços e reconhecimento de receitas

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços compreendem as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas por prestações de serviços da seguinte forma:

- **Passes intermodais** – As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afectas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pela Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (I.M.T.T.). Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.
- **Bilhetes e bilhetes pré-comprados** – A Empresa reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.

i) Indemnizações compensatórias

A Empresa regista na demonstração dos resultados do exercício, como subsídios à exploração os valores das indemnizações compensatórias, atribuídas pelo Estado, pela prática de tarifas por ele fixadas, e que no exercício de 2007 ascenderam a € 23.147.894, atribuídos nos termos da Resolução do Conselho de Ministros de 28 de Setembro de 2007.

j) Custos departamentais

Os custos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 2% ao valor dos investimentos em curso.

Estes custos são imputados aos investimentos em infra-estruturas de longa duração – ILD's (imobilizado financiado pelo Estado), aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (imobilizado financiado pela Empresa) (Nota 10), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, conseqüentemente, carecidos de uma gestão mais intensa em meios humanos.

l) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b) são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

m) Locação operacional

Os encargos relativos a contratos de locação operacional são reconhecidos como custo do exercício a que respeitam.

n) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos à Empresa, a fundo perdido, para financiamento de aquisição de imobilizações corpóreas são registados, como proveitos diferidos, na rubrica de “Acréscimos e diferimentos”, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Os subsídios atribuídos para financiamento de ILD’s, a fundo perdido, são registados directamente nos capitais próprios, na rubrica de “Reservas para investimento”. Neste exercício, estes subsídios atingiram cerca de 30% da realização do investimento em ILD’s, as quais a esta data se encontram integralmente regularizados.

o) Activos, passivos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados, excepto diferenças de câmbio desfavoráveis no montante de € 108.473, incorridas em empréstimos bancários específicos, obtidos para o financiamento de imobilizado em curso, as quais se encontram registadas no balanço anexo na rubrica de “Custos diferidos” (Nota 50).

p) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Em 1 de Janeiro de 2002 tornaram-se obrigatórias em Portugal as disposições da Directriz Contabilística n.º 28, de 29 de Junho de 2001, relativas ao registo dos impostos diferidos. A Empresa decidiu adoptar o regime transitório disposto na Directriz Contabilística n.º 28 que permite não reconhecer – durante um período que não pode exceder cinco anos – os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos relativos a situações anteriores à data da entrada em vigor, ou da primeira aplicação, da referida Directriz, ou seja anteriores a 1 de Janeiro de 2002. Em consequência, tais impostos diferidos não se encontram registados nas Demonstrações Financeiras anexas e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os activos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos entre 31 de Dezembro de 2002 a 2007, ocorreram situações que conduziram ao registo de activos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, € 218.800.000 referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram registados uma vez que, em termos da Directriz Contabilística n.º 28 existindo passivos por impostos diferidos não registados decorrentes de situações anteriores a 1 de Janeiro de 2004, não deverão ser reconhecidos activos por impostos diferidos e, ainda, por não existir uma segurança razoável de realização desses impostos diferidos no período de reporte fiscal.

q) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa está exposta ao nível de risco financeiro, fundamentalmente a flutuações de taxa de juro, utilizando a Empresa instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros relacionados com flutuação de taxa de juro, unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Não são utilizados instrumentos financeiros derivados com o objectivo de negociação (especulação).

Os instrumentos financeiros derivados de cobertura utilizados pela Empresa respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos bancários, correspondendo essencialmente a “swaps” de taxa de juro. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes a esses instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados correspondentes, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pela Empresa na cobertura dos riscos de taxa de juro dos seus empréstimos são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e o resultado apurado no decorrer do exercício reconhecido directamente na demonstração dos resultados no mesmo período em que o instrumento de cobertura afecta resultados. A contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido.

Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, ou sejam renegociados, os ganhos ou perdas resultantes bem como as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” sendo reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o prazo dos empréstimos a que se encontram associados.

6. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25% o qual com a publicação em Diário da República da Lei n.º 2/2007 que aprova a Lei das Finanças Locais (“LFL”), e nos termos do artigo 14.º da nova LFL, a derrama passou a partir do exercício de 2007, a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% sobre o Lucro Tributável quando no passado a mesma correspondia a 10% da colecta (usualmente 2,5%).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2004 a 2007 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e correcção.

O Conselho de Gerência entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais reportáveis, de acordo com as declarações entregues às autoridades fiscais, existentes em 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização
Gerados em 2002	118.760.365	2008
Gerados em 2003	134.014.301	2009
Gerados em 2004	155.241.079	2010
Gerados em 2005	152.356.406	2011
Gerados em 2006	151.322.061	2012
Gerados em 2007	163.517.051	2013
	875.211.263	

7. Número médio de pessoal

Durante os exercícios de 2007 e 2006, o número médio de trabalhadores foi de 1.685 e 1.702, respectivamente.

8. Despesas de instalação, de investigação e de desenvolvimento e propriedade industrial e outros direitos

A Empresa tem vindo a registar nestas rubricas as seguintes naturezas de custos que em 31 de Dezembro de 2007 apresentavam a seguinte composição:

Imobilizado financiado pela Empresa	2007	2006
Despesas de instalação:		
Portal corporativo	222.000	222.000
Metodologia RCM para manutenção de material circulante	741.394	741.394
Desenvolvimento organizacional da área de infra-estruturas	262.500	262.500
Reorganização dos serviços administrativos	291.000	291.000
Estudos de reorganização do ML	1.687.600	1.687.600
Custos financeiros (Nota 10)	193.407	193.407
	3.397.901	3.397.901
Amortizações acumuladas	(2.088.053)	(1.178.604)
	1.309.848	2.219.297
Despesas de investigação e de desenvolvimento:		
Implementação de Sistema de Gestão e Qualidade	658.125	658.125
Estudo de rentabilização da capacidade instalada	75.000	75.000
Estudos de integração com a AMTL	1.722.163	1.722.163
Dinamização dos parques de estacionamento ML	197.887	197.887
Estudo p/ repartição receitas do passe social	0	14.306
Outras	0	76.009
Custos financeiros (Nota 10)	123.757	231.458
	2.776.931	2.974.948
Amortizações acumuladas	(1.381.426)	(655.878)
	1.395.505	2.319.070
Elementos de propriedade industrial:		
Imagem do passe intermodal	50.396	50.396
Custos financeiros (Nota 10)	3.513	3.513
	53.909	53.909
Amortizações acumuladas	(53.909)	(53.909)
	0	0
Imobilizado em curso:		
Despesas de instalação:		
Projectos SAP	64.200	626.481
Custos financeiros	13.941	17.310
	78.141	643.791
Despesas de investigação e desenvolvimento:		
Estudos de rentabilização do PMO I	490.818	490.818
Outras	12.860	0
Custos financeiros	38.739	22.023
	542.416	512.841
	620.558	1.156.632
	3.325.911	5.694.999

Imobilizado financiado pelo Estado	2007	2006
Despesas de instalação:		
Estudos e desenvolvimento da rede	1.988.425	1.988.425
Outras	86	86
Custos financeiros (Nota 10)	31.316	31.316
	2.019.827	2.019.827
Despesas de investigação e de desenvolvimento:		
Estudo para desenvolvimento de estação tipo	33.627	5.092
Estudos de hipóteses para novos prolongamentos	326.662	326.134
Estudo de impacte do túnel rodoviário	108.989	108.989
Concurso para tratamento plástico de estações	40.721	40.721
Estudos para Metro Ligeiro de Superfície	674.703	674.703
Estudo de viabilidade da linha das Colinas	48.938	48.938
Análises de compatibilidade electromagnética	90.599	90.599
Outros	4.977	4.977
Custos financeiros (Nota 10)	107.751	107.751
	1.436.966	1.407.904
Imobilizado em curso:		
Despesas de investigação e desenvolvimento:		
Estudos de hipóteses para novos prolongamentos	871.041	870.916
Projecto da central de geração de energia eléctrica	24.694	24.694
Estudos para extensão Oriente /Aeroporto	1.714.733	1.712.879
Estudos para extensão Amadora Este /Reboleira	77.961	77.961
Estudos para extensão Rato / Alcântara	379.503	374.725
Estudos para extensão S. Sebastião / Campolide	20.847	19.611
Outros	49.118	49.118
Custos financeiros	126.338	92.010
	3.264.235	3.221.914
	6.721.029	6.649.645

10. Movimento do activo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, financiadas pela Empresa, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	3.397.901	0	0	0	3.397.901
Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.974.947	0	0	(198.016)	2.776.931
Propriedade industrial e outros direitos	53.909	0	0	0	53.909
	6.426.758	0	0	(198.016)	6.228.742
Imobilizações em curso:					
Despesas de instalação	643.791	309.086	0	(874.735)	78.141
Despesas de investigação e de desenvolvimento	512.841	29.576	0	0	542.416
	1.156.632	338.661	0	(874.735)	620.558
	7.583.390	338.661	0	(1.072.751)	6.849.299
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	24.281.087	1.609	0	0	24.282.696
Edifícios e outras construções	250.971.356	45.079	0	0	251.016.435
Equipamento básico	501.239.096	1.044.404	(42.004)	128.465	502.369.961
Equipamento de transporte	1.155.944	29.240	(164.765)	0	1.020.419
Ferramentas e utensílios	2.166.140	139.711	0	(1.389)	2.304.461
Equipamento administrativo	23.512.215	218.256	(5.726)	1.053.493	24.778.238
Outras imobilizações corpóreas	1.033.864	7.746	0	0	1.041.610
	804.359.701	1.486.046	(212.496)	1.180.569	806.813.821
Imobilizações em curso:					
Edifícios e outras construções	212.856	0	0	0	212.856
Equipamento básico	1.258.518	1.320.046	0	(586.231)	1.992.333
Equipamento administrativo	379.542	9.266	0	(379.807)	9.001
	1.850.916	1.329.312	0	(966.038)	2.214.190
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	276.140	72.287	0	(199.395)	149.032
	806.486.758	2.887.645	(212.496)	15.136	809.177.044
Investimentos financeiros:					
Partes de capital empresas do grupo	5.581.606	1.780.732	0	0	7.362.338
Partes de capital empresas associadas	162.430	(48.485)	0	0	113.945
Títulos e outras aplicações financeiras	3.881.576	20.000.000	0	0	23.881.576
	9.625.612	21.732.248	0	0	31.357.859

Rubricas	Amortizações e ajustamentos			Saldo final
	Saldo inicial	Reforço	Alienações /abates	
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1.178.604	909.449	0	2.088.053
Despesas de investigação e de desenvolvimento	655.877	923.565	(198.016)	1.381.426
Propriedade industrial e outros direitos	53.909	0	0	53.909
	1.888.391	1.833.014	(198.016)	3.523.389
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	105.057.603	10.993.546	0	116.051.149
Equipamento básico	221.320.246	23.051.693	(155.672)	244.216.267
Equipamento de transporte	1.141.163	17.138	(164.765)	993.536
Ferramentas e utensílios	1.841.365	123.554	(1.230)	1.963.689
Equipamento administrativo	21.361.856	1.198.144	(193.026)	22.366.974
Outras imobilizações corpóreas	320.233	1.947	0	322.181
	351.042.466	35.386.023	(514.694)	385.913.795
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	1.168.276	71.134	0	1.239.410
	1.168.276	71.134	0	1.239.410
	354.099.133	37.290.171	(712.710)	390.676.594

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 na rubrica de “Imobilizado corpóreo – equipamento básico”, no montante de € 1.044.404, respeitam, essencialmente, a despesas com a adaptação do sistema de bilhética a novos títulos de transporte e ao acondicionamento da prensa hidráulica de rodados de material circulante.

As adições ocorridas em 2007 na rubrica de “Imobilizado em curso – equipamento básico”, no montante de € 1.320.046, respeitam, essencialmente, a despesas com sistemas de informação aos passageiros, à evolução do sistema de bilhética e à centralização da videovigilância das estações do ML.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício de 2007 para a rubrica de “Imobilizado corpóreo – equipamento administrativo”, no montante de € 1.053.493, referem-se, essencialmente, ao movimento de transferência de “Imobilizado em curso – imobilizado incorpóreo”, de desenvolvimentos ao sistema SAP, e da transferência de “Imobilizado em curso – equipamento administrativo” do Projecto de Recuperação Tecnológica dos Sistemas de Informação do ML.

Nas transferências e abates ocorridos durante o exercício de 2007 na rubrica de “Imobilizado corpóreo – equipamento básico” estão incluídos os projectos de “Remodelação de venda e contagem de bilhetes” no montante de € 327.578, e o projecto “PMO II” no montante de € 159.306. Encontra-se ainda incluído o movimento de reclassificação para a rubrica de “Existências – matérias-primas, subsidiárias e de consumo” de sobressalentes de material circulante, no montante de € 439.650, o qual originou uma reclassificação da rubrica de amortizações no montante de € 83.011, em contrapartida da rubrica de “Provisão para depreciação de existências” (Nota 21).

Os movimentos verificados nas rubricas de “Partes de capital em empresas do grupo” e “Partes de capital em empresas associadas”, no montante líquido total de € 1.732.248, incluem, essencialmente, os montantes de € 1.889.113 e € 154.595, referentes aos ganhos e perdas, respectivamente das participadas apropriados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 45).

A adição ocorrida na rubrica de “Títulos e outras aplicações financeiras”, no montante de € 20.000.000 refere-se a um depósito a prazo para a futura constituição do fundo de pensões, conforme deliberação do Conselho de Gerência, o qual vence juros à taxa normal de mercado.

O reforço de amortizações e provisões na rubrica de “Títulos e outras aplicações financeiras”, € 71.134 (Nota 45), respeita à amortização de investimentos em imóveis para rendimento.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de Junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infra-estruturas de longa duração do Metro definindo como tais, os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de Dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efectuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nas imobilizações financiadas pelo Estado e reservas para investimentos, respectivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de Dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos e contabilizados na rubrica de reservas para investimentos. Esta situação tem a seguinte expressão contabilística nas demonstrações financeiras da Empresa, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

Imobilizações financiadas pelo Estado	2007	2006
Incorpóreas:		
Valor de custo	3.456.794	3.427.731
Em curso	3.264.235	3.221.913
	6.721.029	6.649.645
Corpóreas:		
Valor de custo	2.466.764.624	2.120.123.250
Reavaliações (Nota 13)	199.062.008	199.062.008
Em curso e adiantamentos	173.834.492	444.092.632
	2.839.661.124	2.763.277.890
	2.846.382.153	2.769.927.535
Reservas de reavaliação (Nota 40)	199.062.008	199.062.008
Reservas para investimentos (Nota 40)	645.377.709	622.577.030
Outras reservas (Nota 40)	93.999.764	93.999.764
	938.439.481	915.638.801
Imobilizações financiadas pela Empresa	2007	2006
Incorpóreas:		
Valor de custo	6.228.742	6.426.758
Em curso	620.558	1.156.632
	6.849.299	7.583.390
Amortizações acumuladas	(3.523.389)	(1.888.391)
	3.325.911	5.694.999
Corpóreas:		
Valor de custo	778.748.110	776.267.265
Reavaliações (Nota 13)	28.065.711	28.092.437
Em curso e adiantamentos	2.363.223	2.127.057
	809.177.044	806.486.758
Amortizações acumuladas	(385.913.795)	(351.042.466)
	423.263.249	455.444.292
	426.589.160	461.139.291

No valor de custo das imobilizações incorpóreas, corpóreas e em curso, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 encontram-se incluídos os seguintes custos suplementares:

	2007				2006			
	Incorpóreo	Corpóreo	Em curso	Total	Incorpóreo	Corpóreo	Em curso	Total
Imobilizado financiado pela Empresa								
Custos financeiros (Nota 14)	320.676	67.035.772	194.555	67.551.004	428.378	66.984.475	110.503	67.523.356
Custos departam. (Nota 3.j))	967.341	7.984.176	15.442	8.966.959	967.341	8.003.050	16.324	8.986.714
Total	1.288.017	75.019.949	209.997	76.517.963	1.395.719	74.987.525	126.827	76.510.071
Imobilizado financiado pelo Estado								
Custos financeiros (Nota 14)	139.068	272.732.011	12.082.109	284.953.188	139.068	223.376.060	57.594.273	281.109.400
Custos departam. (Nota 3.j))	38.038	47.264.785	6.039.856	53.342.679	37.169	40.527.570	9.987.872	50.552.611
Total	177.106	319.996.797	18.121.965	338.295.867	176.237	263.903.630	67.582.145	331.662.011

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas, financiadas pelo Estado, foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Activo bruto		Saldo final
			Alienações	Transferências e abates	
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	2.019.827	0	0	0	2.019.827
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.407.904	29.062	0	0	1.436.967
Imobilizações em curso:					
Despesas de investigação e de desenvolvimento	3.221.913	42.322	0	0	3.264.235
	6.649.645	71.384	0	0	6.721.029
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	15.304.290	25.912	0	0	15.330.202
Edifícios e outras construções	1.955.420.934	3.005.513	0	324.310.445	2.282.736.892
Equipamento básico	348.460.034	1.396.986	0	17.902.518	367.759.538
	2.319.185.258	4.428.411	0	342.212.963	2.665.826.632
Imobilizações em curso:					
Terrenos e recursos naturais	0	66.405	0	0	66.405
Edifícios e outras construções	422.580.731	69.503.281	0	(332.630.348)	159.453.664
Equipamento básico	15.513.602	12.304.256	0	(17.901.377)	9.916.481
	438.094.333	81.873.942	0	(350.531.725)	169.436.550
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	5.998.298	455.864	0	(2.056.220)	4.397.942
	2.763.277.890	86.758.216	0	(10.374.982)	2.839.661.124

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 nas rubricas de “Imobilizações em curso – edifícios e outras construções”, no montante de € 69.503.281 referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Alameda/S. Sebastião, Baixa-Chiado/Santa Apolónia e Oriente/Aeroporto, com € 40.369.345, € 16.698.719 e € 7.325.992, respectivamente.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 nas rubricas de “Imobilizações em curso – equipamento básico”, no montante de € 12.304.256 referem-se, essencialmente, ao empreendimento Baixa-Chiado/Santa Apolónia, à remodelação da linha Verde e ao empreendimento Oriente/Aeroporto, com € 8.406.810, € 1.214.348 e € 1.067.128, respectivamente.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício 2007 na rubrica de “Imobilizado corpóreo – edifícios e outras construções”, no montante de € 324.310.445, referem-se, essencialmente, ao movimento de transferência de “Imobilizado em curso” de despesas relativas ao empreendimento Baixa-Chiado/Santa Apolónia em resultado da abertura ao público no decorrer do exercício de 2007 e da remodelação da estação Roma do ML, no montante de € 305.470.791 e € 11.125.095, respectivamente.

Nas transferências e abates ocorridos durante o exercício 2007 na rubrica de “Imobilizado corpóreo – equipamento básico”, no montante de € 17.902.518, referem-se, essencialmente, ao movimento de transferência de “Imobilizado em curso” de despesas relativas ao empreendimento Baixa-Chiado/Santa Apolónia e da remodelação da estação Roma do ML, no montante de € 16.847.352 e 1.092.152, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007 as rubricas de imobilizado em curso, “Terrenos e recursos naturais”, “Edifícios e outras construções” e “Equipamento básico”, nos montantes de € 66.405, € 159.453.664 e € 9.916.481, respectivamente, compõem-se conforme segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
Remodelação da Rede	0	3.974.864	5.514.492
Extensão Alameda/S. Sebastião	0	127.313.316	1.190.315
Extensão Rato/Estrela	0	1.405.888	0
Extensão Amadora Este/Reboleira	0	76.745	636
Extensão S. Sebastião/Campolide	0	258.143	0
Interface do Cais do Sodré	0	12.333.618	1.264.810
Extensão Oriente/Aeroprto	66.405	13.385.748	1.067.936
Outros	0	705.343	878.292
	66.405	159.453.664	9.916.481

11. Custos financeiros capitalizados

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Empresa capitalizou custos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar imobilizações em fase de construção e custos departamentais, conforme segue:

Imobilizações corpóreas em curso	2007	2006
Encargos financeiros:		
Financiadas pela Empresa (Nota 14)	135.349	169.466
Financiadas pelo Estado (Nota 14)	6.358.579	8.579.259
	6.493.928	8.748.725
Custos departamentais:		
Financiadas pela Empresa	0	120.496
Financiadas pelo Estado	2.949.732	2.352.639
	2.949.732	2.473.135

12. Reavaliações de imobilizações corpóreas (legislação)

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei n.º 399 – G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro

Como resultado das reavaliações efectuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foram aumentadas em € 392.267. Deste montante, 40% não é aceite como custo para a determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas.

13. Reavaliações de imobilizações corpóreas

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas, financiadas pela Empresa e financiadas pelo Estado, e correspondentes reavaliações em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

i) Financiadas pela Empresa

Rubricas	31 de Dezembro de 2007			31 de Dezembro de 2006
	Custos históricos	Reavaliações (Nota 10)	Saldos reavaliados	Saldos reavaliados
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	23.838.183	444.513	24.282.696	24.281.087
Edifícios e outras construções	236.895.128	14.121.307	251.016.435	250.971.356
Equipamento básico	490.336.807	12.033.154	502.369.961	501.239.096
Equipamento de transporte	1.020.419	0	1.020.419	1.155.944
Ferramentas e utensílios	2.095.676	208.786	2.304.461	2.166.140
Equipamento administrativo	23.619.724	1.158.515	24.778.238	23.512.215
Outras imobilizações corpóreas	942.173	99.437	1.041.610	1.033.864
	778.748.110	28.065.711	806.813.821	804.359.701
Imobilizações em curso:				
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	2.214.191	0	2.214.191	1.850.917
	149.032	0	149.032	276.140
	781.111.333	28.065.711	809.177.044	806.486.758

ii) Financiadas pelo Estado

Rubricas	31 de Dezembro de 2007			31 de Dezembro de 2006
	Custos históricos	Reavaliações (Nota 10)	Saldos reavaliados	Saldos reavaliados
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	12.941.760	2.388.442	15.330.202	15.304.290
Edifícios e outras construções	2.106.426.862	176.310.029	2.282.736.892	1.955.420.934
Equipamento básico	347.396.001	20.363.537	367.759.538	348.460.034
	2.466.764.624	199.062.008	2.665.826.632	2.319.185.258
Imobilizações em curso:				
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	169.436.550	0	169.436.550	438.094.333
	4.397.942	0	4.397.942	5.998.298
	2.640.599.116	199.062.008	2.839.661.124	2.763.277.890

14. Imobilizações corpóreas e em curso (informações adicionais)

No activo imobilizado da Empresa encontra-se registado o investimento com o Museu da Música e com o Túnel Rodoviário, que ascendem a € 172.124 e € 117.063, respectivamente. O restante activo imobilizado da Empresa está afecto à actividade de transporte de passageiros.

Em 31 de Dezembro de 2007, as imobilizações corpóreas em poder de terceiros e implantadas em solo e subsolo não pertencente à Empresa ascendiam a € 409.485 e € 2.906.167.117, respectivamente.

Os custos financeiros capitalizados em imobilizado até 31 de Dezembro de 2007 ascendem a € 352.504.192, dos quais € 6.493.928 foram capitalizados no exercício de 2007 (Nota 11).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, há ainda a referir o seguinte:

a) Implantadas em solo e subsolo não pertencente à Empresa	2007	2006
Imobilizado financiado pela Empresa:		
Imobilizado corpóreo:		
Edifícios e outras construções	5.619.792	5.619.792
Equipamento básico	58.875.428	58.092.980
Imobilizado em curso:		
Equipamento básico	1.978.477	1.183.760
	66.473.696	64.896.532
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	32.297	158.054
	66.505.993	65.054.586
Imobilizado financiado pelo Estado:		
Imobilizado corpóreo:		
Terrenos e recursos naturais	15.330.202	15.304.290
Edifícios e outras construções	2.282.736.892	1.955.420.934
Equipamento básico	367.759.538	348.460.034
Imobilizado em curso:		
Terrenos e recursos naturais	66.405	0
Edifícios e outras construções	159.453.664	422.580.731
Equipamento básico	9.916.481	15.513.602
	2.835.263.182	2.757.279.592
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	4.397.942	5.998.298
	2.839.661.124	2.763.277.890
	2.906.167.117	2.828.332.476
b) Encargos financeiros		
Custos financeiros totais	352.504.192	348.632.757
Custos financeiros no exercício (Nota 11)	6.493.928	8.748.725

15. Bens em regime de locação financeira

Conforme referido na nota 3.I) a Empresa regista no seu imobilizado corpóreo (Nota 10) os activos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tracção; equipamentos de venda e controlo de títulos de transporte, contabilizado na rubrica de “Equipamento básico”; uma viatura ligeira de passageiros, contabilizada na rubrica de “Equipamento de transporte”, e duas máquinas fotocopiadoras, contabilizadas na rubrica de “Equipamento administrativo”, com os seguintes valores:

Conta	Valor contabilístico	Amortização acumulada	Valor líquido
423	305.858.686	(112.984.340)	192.874.346
423	29.516.500	(15.065.777)	14.450.723
424	25.402	(2.117)	23.285
426	8.777	(293)	8.484
	335.409.365	(128.052.527)	207.356.838

Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa tinha assumido compromissos para o pagamento de rendas de contratos de locação financeira como segue:

Descrição	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
55 Unidades de Tracção (Nota 53)	15.676.349	164.570.332	180.246.681
Equipamento de Fecho da Rede (Nota 53)	5.183.962	0	5.183.962
	20.860.311	164.570.332	185.430.643

A parcela que se vence a médio e longo prazo tem o seguinte plano de reembolso:

Anos	Montante
2009	16.502.763
2010	17.378.364
2011	18.306.283
2012	19.289.884
2013 e seguintes (Nota 29)	93.093.038
	164.570.332

As rendas de locação financeira, de unidades triplas de tracção, vencem juros às taxas anuais que variam entre 1,4400% e 2,5789%.

Adicionalmente, a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. (Nota 16) e Hewlett-Packard International Bank, não reconhecidas no balanço anexo (Nota 3. m)) no montante de € 272.441.380.

O calendário das rendas vincendas relativo aos contratos de locação operacional é o seguinte:

Anos	Montante
Curto prazo:	
2008	9.346.969
Médio e longo prazo:	
2009	14.816.478
2010	14.816.478
2011	14.816.478
2012	14.816.478
2013 e seguintes	203.828.499
	272.441.380

16. Empresas do Grupo, Associadas e Participadas

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as empresas do grupo, associadas e participadas eram como segue:

Partes de Capital em Empresas do Grupo	Sede	Capital	Capital próprio em 31.12.07	Resultado líquido em 2007	Participação em 2007	%	Participação em 2006	%	
Ferconsult, S.A.	Lisboa	1.000.000	7.100.564	1.866.282	7.100.564	100	5.234.281	100	a) b)
Metrocom, S.A.	Lisboa	750.000	327.218	(106.938)	261.774	80	347.324	80	a) b)
					7.362.338		5.581.606		
Partes de Capital em Empresas Associadas									
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	150.000	214.734	44.276	85.893	40	68.183	40	a)
Fernave, S.A.	Lisboa	1.000.000	(1.323.193)	(1.679.770)	0	20	71.315	20	a)
Ensitrans – Engenharia e Sist. de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	49.880	103.731	102.408	5.187	5	66	5	a)
SOTRANS – Operadora de Transportes, S.A.	Madrid	60.200	60.200	0	18.060	30	18.060	30	
ASSER – Serviços para Emp. de Transporte, A.C.E.	Lisboa	0	0	0	4.805		4.805	-	d)
					113.945		162.430		
Títulos e Outras Aplicações Financeiras									
Edel – Emp. Editorial, Lda.	Lisboa	c)	c)	c)	20	-	20	-	a)
GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	1.952.160	(29.773.329)	(3.220.014)	312.346	16	312.346	16	a)
Otlis, A.C.E.	Lisboa	69.832	69.832	0	9.976	14	9.976	14	a)
TREM, A.C.E.	Lisboa	11.823.188	(56.195.969)	(2.817.825)	1.064	-	1.064	-	a) b)
TREM II, A.C.E.	Lisboa	28.261.342	(110.114.014)	(9.381.766)	2.576	-	2.576	-	a) b)
					325.982		325.982		
Imóveis de rendimento (Nota 10)					3.555.595		3.555.595		
Aplicação Financeira – Depósito a prazo					20.000.000		0		
					23.881.576		3.881.576		
					31.357.859		9.625.612		

a) Informação financeira não auditada a 31 de Dezembro de 2006.

b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

c) Informação não disponível.

d) Foi decidido no decurso de 2006 proceder à liquidação do A.C.E.

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas, nos exercícios findos naquelas datas, são os seguintes:

Saldos devedores 2007	Clientes, conta corrente	Outros devedores	Empresas do grupo e participadas – curto e médio / longo prazo	Acréscimo de proveitos (Nota 50)	IRC – Retenções na fonte	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	Total
Ferconsult, S.A.	0	1.998.597	250.000	2.866.728	707.533	414.838	6.237.696
Metrocom, S.A.	0	14.866	0	432.730	187.756	0	635.352
Publimetro, S.A.	0	186.677	0	0	0	0	186.677
Fernave, S.A.	0	0	0	0	40	0	40
Ensitrans, A.E.I.E.	0	85.450	0	0	0	0	85.450
Otlis, A.C.E.	55.797	0	0	0	0	0	55.797
Total	55.797	2.285.589	250.000	3.299.458	895.329	414.838	7.201.011

Saldos devedores 2006	Cientes, conta corrente	Outros devedores	Empresas do grupo e participadas - curto e médio / longo prazo	Acréscimo de proveitos (Nota 50)	IRC - Retenções na Fonte	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	Total
Ferconsult, S.A.	0	1.329.532	250.000	860.006	753.516	414.838	3.607.892
Metrocom, S.A.	0	594.329	0	0	262.801	0	857.130
Publimetro, S.A.	0	501.799	0	0	0	0	501.799
Fernave, S.A.	0	0	0	0	184	0	184
Ensitrans, A.E.I.E.	0	85.450	0	0	0	0	85.450
Otlis, A.C.E.	209.238	0	0	0	0	0	209.238
Total	209.238	2.511.109	250.000	860.006	1.016.501	414.838	5.261.692

Saldos credores 2007	Fornecedores, conta corrente	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	IRC - Retenções na fonte	Total
Ferconsult, S.A.	0	5.200.333	0	5.200.333
Fernave, S.A.	30.283	0	0	30.283
Ensitrans, A.E.I.E.	0	105.666	27	105.693
GIL, S.A.	215.235	0	0	215.235
Otlis, A.C.E.	263.403	0	2	263.404
Trem, A.C.E.	0	0	41	41
Trem II, A.C.E.	0	0	42	42
Total	508.920	5.305.998	112	5.815.030

Saldos credores 2006	Fornecedores, conta corrente	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	IRC - Retenções na fonte	Total
Ferconsult, S.A.	0	3.954.461	0	3.954.461
Fernave, S.A.	7.136	0	0	7.136
Ensitrans, A.E.I.E.	0	105.666	27	105.693
GIL, S.A.	226.138	0	0	226.138
Otlis, A.C.E.	247.230	0	2	247.232
Trem, A.C.E.	0	0	41	41
Total	480.504	4.060.126	70	4.540.700

Transacções 2007	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Outros devedores e credores	Proveitos extraordinários (Nota 46)
Ferconsult, S.A.	2.902.446	98.527	65.412	0
Metrocom, S.A.	1.683.766	17.756	31.312	1.825
Publimetro, S.A.	1.629.541	86.385	0	0
Otlis, A.C.E.	644.744	0	4.194	0
Total	6.860.497	202.668	100.918	1.825

Transacções 2006	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Acréscimo de proveitos	Outros devedores e credores	Proveitos extraordinários (Nota 46)	Proveitos financeiros
Ferconsult, S.A.	82.448	154.282	903.982	62.536	0	0
Metrocom, S.A.	0	19.902	1.751.460	29.970	0	0
Publimetro, S.A.	1.580.544	67.278	0	0	0	0
Fernave, S.A.	0	0	0	1.250	4.000	666
Asser, A.C.E.	0	0	0	628	0	0
Otlis, A.C.E.	417.506	0	43.505	2.255	0	0
Ensitrans, A.E.I.E.	0	0	0	2.819	0	0
Total	2.080.498	241.461	2.698.946	99.458	4.000	666

Transacções 2007	Imobilizado em curso	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	IRC - Retenções na fonte	Custos com pessoal	Imobilizado corpóreo	Outros devedores e credores
Ferconsult, S.A.	11.117.729	122.446	644.892	0	0	500.406	0
Metrocom, S.A.	0	6.000	1.500	0	0	0	0
Fernave, S.A.	0	136.231	1.248	0	2.146	0	0
GIL, S.A.	0	355.761	0	0	0	0	0
Otlis, A.C.E.	0	139.306	0	0	0	0	626.193
Total	11.117.729	759.743	647.639	0	2.146	500.406	626.193

Transacções 2006	Imobilizado em curso	Fornecimentos e serviços externos	Custos diferidos	IRC - Retenções na fonte	Imobilizado corpóreo	Empresas associadas	Outros devedores e credores
Ferconsult, S.A.	7.474.742	150.657	162.683	174.984	736.890	0	0
Metrocom, S.A.	0	4.500	0	0	0	0	0
Fernave, S.A.	1.620	111.170	0	184	0	0	0
GIL, S.A.	0	373.781	0	0	0	0	0
Otlis, A.C.E.	0	10.117	0	0	0	8.060	334.299
Total	7.476.362	650.224	162.683	175.168	736.890	8.060	334.299

21. Ajustamentos aos valores dos activos circulantes

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos:

	Saldo inicial	Aumento	Reversão	Saldo final
Ajustamentos para depreciação de existências (Nota 22)	476.667	283.101	0	759.768
	476.667	283.101	0	759.768
Ajustamentos para cobranças duvidosas:				
Para clientes de cobrança duvidosa (Nota 23)	87.356	0	(69.447)	17.909
Para outros devedores (Nota 23)	3.309.314	311.735	0	3.621.049
Receita Carris/DGTT (Nota 23)	233.649	0	0	233.649
	3.630.319	311.735	(69.447)	3.872.606
	4.106.986	594.836	(69.447)	4.632.374

O aumento de € 283.101 inclui o montante de € 83.011 relativo à transferência da rubrica de amortizações resultante da transferência dos sobresselentes de material circulante para a rubrica de “Existências” (Nota 10).

22. Existências

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o saldo desta rubrica era composta como segue:

	2007	2006
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Materiais	4.219.521	3.046.533
Ferramentas	28.799	25.579
Produtos de limpeza	12.446	12.429
Material de escritório	5.485	3.144
Combustíveis	23.285	22.042
Outros materiais	72.654	105.891
Títulos de Transporte	68.916	0
	4.431.105	3.215.617
Provisão para depreciação de existências (Nota 21)	(759.768)	(476.667)
	3.671.338	2.738.950

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Empresa não tinha existências à guarda de terceiros. Não existiam, naquelas datas, existências em trânsito e à consignação.

23. Dívidas de cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as dívidas de cobrança duvidosa ascendiam a € 3.872.606 e € 3.630.319, respectivamente, incluídas nas rubricas de clientes de cobrança duvidosa e outros devedores nos montantes de € 17.909 e € 3.854.698, em 31 de Dezembro de 2007 e € 87.356 e € 3.542.963, em 31 de Dezembro de 2006, e encontram-se totalmente provisionadas (Nota 21).

25. Dívidas activas e passivas com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas relacionadas com o pessoal:

	2007	2006
Dívidas activas (Nota 49)	541.207	700.858
Dívidas passivas (Nota 49)	414.799	468.930

28. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram como segue:

	2007		2006	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3.888.027	0	8.440.754	0
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	4.273.326	35.408	1.472.845	32.391
Contribuições para a Segurança Social	0	1.298.011	0	1.257.021
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	0	812.879	0	723.423
Outros	0	192.129	0	188.574
	8.161.353	2.338.427	9.913.599	2.201.410

29. Dívidas a terceiros a mais de cinco anos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, existiam as seguintes dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos:

	2007	2006
Fornecedores de imobilizado (Nota 15)	93.093.038	112.382.922
Dívidas a instituições de crédito (Nota 48)	1.362.859.103	1.309.361.679
Outros empréstimos obtidos (Nota 48)	830.925.470	438.656.837
	2.286.877.611	1.860.401.438

31. Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço

a) Responsabilidades com saúde

A Empresa tem vindo a efectuar o pagamento de benefícios aos seus empregados activos e pré-reformados até à idade de reforma pela Segurança Social, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foram registados encargos de saúde no montante de € 974.285 (Notas 3.g) e 52), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com activos e pré-reformados.

b) Compromissos com fornecedores de imobilizado

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de € 185.430.643 (Nota 15) e € 206.230.692, respectivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede. Adicionalmente, a Empresa assumiu também compromissos relacionados com dez contratos de locação operacional no montante de € 272.441.380 (Nota 15).

32. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a € 261.331.096, e estão, essencialmente, relacionadas com os contratos de financiamentos e processos judiciais em curso.

34. Movimento ocorrido nas provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para pensões (Nota 51)	183.335.579	8.531.976	0	191.867.555
	183.335.579	8.531.976	0	191.867.555
Provisões para riscos e encargos:				
Para processos judiciais em curso	66.542	21.382	0	87.924
Juros a liquidar	261.881	0	0	261.881
Despesas com o pessoal	142.971	0	0	142.971
	471.394	21.382	0	492.776
	183.806.973	8.553.358	0	192.360.331

37. Detentor do capital

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital estatutário, cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a € 603.750.000, é detido na totalidade pelo Estado Português. Em 31 de Dezembro de 2007, encontra-se por realizar o montante de € 30.120.397 decorrente do aumento de capital efectuado em 27 de Dezembro de 2001.

40. Variação nas rubricas de capital próprio

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foi como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo final
Capital	603.750.000	0	0	603.750.000
	603.750.000	0	0	603.750.000
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas:				
Ajustamentos de transição	21.306	0	0	21.306
Outras variações de capitais próprios	113.271	0	0	113.271
	134.577	0	0	134.577
Reservas de reavaliação:				
Imobilizado não financiado pelo Estado	37.234.076	0	0	37.234.076
Imobilizado financiado pelo Estado (Notas 10 e 13)	199.062.008	0	0	199.062.008
	236.296.083	0	0	236.296.083
Reservas legais:				
Reserva geral	14.398	0	0	14.398
Reserva para remissão de capitais investidos	7.199	0	0	7.199
Reserva para investimentos (Nota 10)	622.577.030	22.800.680	0	645.377.709
	622.598.627	22.800.680	0	645.399.307
Outras reservas livres	95.516.084	0	0	95.516.084
Resultados transitados	(1.346.608.756)	0	(146.943.679)	(1.493.552.435)
Resultados líquidos do exercício	(146.943.679)	(144.221.982)	146.943.679	(144.221.982)
	(1.398.036.351)	(144.221.982)	0	(1.542.258.333)
Total	64.742.936	(121.421.302)	0	(56.678.366)

O aumento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, na rubrica de “Reserva para investimentos”, corresponde ao subsídio atribuído ao abrigo do PIDDAC, no montante de € 4.897.400, ao subsídio atribuído pelo Fundo de Coesão de € 17.851.699 e ao subsídio atribuído pelo FEDER para o Metro Ligeiro de Superfície, no montante de € 51.580, contabilizados no exercício para financiamento de ILD’s (Nota 3.n)).

A rubrica “Outras reservas livres” inclui o montante de € 93.999.764 decorrente da assumpção, em anos anteriores, de passivos da Empresa por parte do Estado Português relacionados com o imobilizado financiado pelo Estado (Nota 10).

41. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos exercícios de 2007 e 2006, foi determinado como segue:

	2007	2006
	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	3.215.616	2.911.385
Compras	2.409.862	2.458.626
Regularização de existências	635.643	122.249
Existências finais	(4.431.105)	(3.215.616)
Custos no exercício	1.830.016	2.276.644

43. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Gerência e Comissão de Fiscalização no exercício de 2007 ascenderam a € 448.077 e € 33.506, respectivamente, (€ 464.290 e € 46.575, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2006), registados na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Custos com o pessoal” (Nota 52).

44. Vendas e prestações de serviços

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as vendas e as prestações de serviços foram efectuadas na sua totalidade no mercado nacional e distribuem-se como segue:

	2007	2006
Vendas:		
Sucatas	14.911	11.929
	14.911	11.929
Prestações de serviços:		
Receitas de tráfego	55.408.666	51.025.601
Serviços secundários	7.051.699	5.251.750
Outros	2.263	799
	62.462.629	56.278.150
	62.477.540	56.290.080

45. Demonstrações de resultados financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios de 2007 e 2006 têm a seguinte composição:

	2007	2006
Custos e perdas		
Juros suportados	67.613.654	65.538.096
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	156.865	300.382
Amortizações em investimentos de imóveis (Nota 10)	71.134	71.134
Diferenças de câmbio desfavoráveis	20.817	11.316
Outros custos e perdas financeiras	4.312.954	3.574.808
	72.175.425	69.495.735
Resultados financeiros	(69.733.823)	(68.252.099)
	2.441.602	1.243.636
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos	2.594	2.570
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	1.889.113	397.718
Rendimentos de imóveis	24.091	23.777
Diferenças de câmbio favoráveis	1.542	3.599
Descontos de pronto pagamento obtidos	44	41
Outros proveitos e ganhos financeiros	524.218	815.931
	2.441.602	1.243.636

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de “Juros suportados”, inclui encargos financeiros no montante de € 4.472.757 relacionados com contratos de locação financeira celebrados pela Empresa (Nota 53). Inclui igualmente os encargos financeiros relativos a ILD’s em exploração, incorridos no exercício no montante de € 40.293.182.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 a rubrica de “Outros custos e perdas financeiras”, inclui encargos no montante de € 4.101.396, relacionados com taxas de aval de diversos financiamentos obtidos.

A rubrica de “Outros proveitos e ganhos financeiros” inclui o montante de € 446.629 relativos às amortizações das mais-valias das 14 UT’s e 24 UT’s, cujo montante a 31 de Dezembro de 2007 ascendeu a € 250.922 (Nota 53) e € 195.707 (Nota 53), respectivamente.

46. Demonstrações de resultados extraordinários

Os resultados extraordinários nos exercícios de 2007 e 2006 têm a seguinte composição:

	2007	2006
Custos e perdas		
Donativos	951.372	909.033
Perdas em existências	64.441	59.713
Perdas em imobilizações	2.201	3.689
Multas e penalidades	360	430
Correcções relativas a exercícios anteriores	240.543	195.968
Outros custos e perdas extraordinários	22.814	546.750
	1.281.732	1.715.583
Resultados extraordinários	(1.127.791)	(1.177.226)
	153.940	538.356
Proveitos e ganhos		
Ganhos em existências	22.441	110.047
Ganhos em imobilizações	38.306	90.857
Benefícios de penalidades	19.596	20.750
Redução das provisões	0	160.109
Correcções relativas a exercícios anteriores (Nota 16)	49.933	153.337
Outros proveitos e ganhos extraordinários	23.665	3.257
	153.940	538.356

48. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2007, as dívidas a instituições de crédito tinham a seguinte composição:

	Taxa de juro %	Curto prazo	Médio e longo prazo
Financiamentos bancários:			
Banco Santander Totta	4,0420	42.427.446	---
Banco Bilbao Vizcaya	4,4500	3.493.471	---
Banco Millenium BCP	4,4660	7.000.870	---
Banco AMRO - Bank	4,1660	28.532.347	---
Banco Português de Investimento	4,8238	---	40.000.000
BES Investimento	4,7456	50.000.000	---
BNP Paribas	2,6275	---	50.000.000
Caixa Banco de Investimento	4,8339	---	100.000.000
Barclays Bank	2,6250	---	125.000.000
BNP Paribas	2,6013	---	50.000.000
Banco Santander Negócios	4,6290	---	70.000.000
Caja Madrid	5,1660	12.500.000	---
ABN AMRO Bank N.V.	1,3750	---	300.000.000
Banco Europeu de Investimento	1,6273	3.000.000	27.822.150
Banco Europeu de Investimento	0,6747	8.950.000	35.649.737
Banco Europeu de Investimento	2,4403	12.455.283	180.590.161
Banco Europeu de Investimento	2,3580	4.987.979	54.867.769
Banco Europeu de Investimento	2,0622	---	53.038.843
Banco Europeu de Investimento	2,5137	6.650.639	79.807.664
Banco Europeu de Investimento	2,2728	---	124.699.474
Banco Europeu de Investimento	2,8889	---	74.819.685
Banco Europeu de Investimento	2,8791	3.657.851	49.380.992
Banco Europeu de Investimento	2,9440	---	169.591.285
Banco Europeu de Investimento	1,1440	---	150.000.000
Banco Europeu de Investimento	1,6030	---	80.000.000
Banco Europeu de Investimento	2,1530	---	80.000.000
		183.655.887	1.895.267.759

Os empréstimos bancários classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2009	79.701.752
2010	259.701.752
2011	71.502.576
2012	121.502.576
2013 e seguintes (Nota 29)	1.362.859.103
	1.895.267.759

Em 31 de Dezembro de 2007 os empréstimos por obrigações tinham a seguinte composição:

Empréstimos por obrigações	Taxa de juro %	Curto prazo	Médio e longo prazo
Emissão "Private Placement"	3,3934	7.731.367	61.850.939
Emissão Metro - 2026	0,6141	0	400.000.000
Emissão Metro - 2027	1,5560	0	400.000.000
		7.731.367	861.850.939

O empréstimo por obrigações “Private Placement”, foi contraído em 7 de Outubro de 1996 por um período de 20 anos, com Swap USD/PTE para o montante total final de emissão e com garantia de uma entidade com notação de “Rating Aaa/AAA”. O reembolso é feito em 20 pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida e a taxa de juro é fixa.

O empréstimo por obrigações “Metro-2027”, foi contraído em 7 de Dezembro de 2007 por um período de 20 anos, “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a portuguesa, à excepção do “subscription agreement” que é regido pela lei inglesa.

Em 31 de Dezembro de 2007 este empréstimo por obrigações classificado em médio e longo prazo tem o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2009	7.731.367
2010	7.731.367
2011	7.731.367
2012	7.731.367
2013 e seguintes (Nota 29)	830.925.470
	861.850.939

A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

A Empresa conforme referido na Nota 3.q) face à exposição ao risco financeiro contratou com diversas entidades bancárias, contratos de SWAP de taxa de juro, relativamente aos financiamentos bancários os quais se detalham como segue:

Financiamentos bancários			Data			Capital coberto 2007-12-31		
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total de financiamento associado
B EI (MLA)		M Lynch	02/10/03	05/12/03	05/12/08			
B EI (MLA)		BBVA	02/02/06	05/12/05	15/12/17			
B EI (MLA)		M Lynch	24/05/07	15/03/07	15/03/14	30.101.792	720.358	30.822.150
B EI (ML B)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	UBS	14/05/04	15/09/04	15/09/12			
B EI (ML B)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	BST	18/10/05	15/09/05	15/09/12			
B EI (ML B)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	Barclays	17/05/07	15/09/05	15/09/12	31.174.869		31.174.869
B EI (ML B)	6º Desembolso	BST	31/07/02	15/03/03	15/03/12			
B EI (ML B)	6º Desembolso	BES Inv.	24/09/03	15/09/03	15/09/08			
B EI (ML B)	6º Desembolso	Barclays	06/12/07	15/09/07	15/09/12	13.360.658		13.360.658
						44.535.526	64.211	44.599.737
B EI (ML 1/2)	1º, 4º, 5º, 7º, 8º Desembolsos	DBI	05/12/07	15/09/07	15/09/19	117.716.304		117.716.304
B EI (ML 1/2)	2º, 3º e 6º Desembolsos	BST	30/03/06	15/03/06	15/09/19	69.831.706		69.831.706
						187.548.009	5.497.435	193.045.444
B EI (ML II)	4º Desembolso	JP Morgan	25/10/06	15/06/06	15/12/19	23.942.299		23.942.299
B EI (ML II)	2º e 3º Desembolsos	BST	31/07/02	15/03/03	15/03/12			
B EI (ML II)	2º e 3º Desembolsos	BES Inv.	24/09/03	15/09/03	15/09/08			
B EI (ML II)	2º e 3º Desembolsos	ABN	12/07/07	15/12/05	15/12/19	23.942.299		23.942.299
B EI (ML II)	1º Desembolso	BNPP	11/12/07	15/12/07	15/12/19	11.971.150		11.971.150
						59.855.748	--	59.855.748
B EI (ML III)	1º e 4º Desembolsos	M Lynch	26/09/03	15/12/03	15/06/11			
B EI (ML III)	1º e 4º Desembolsos	BBVA	02/02/06	15/12/05	15/06/20			
B EI (ML III)	1º e 4º Desembolsos	M Lynch	24/05/07	15/03/07	15/06/20	29.096.544		29.096.544
B EI (ML III)	2º e 3º Desembolsos	BST	31/07/02	15/03/03	15/03/12			
B EI (ML III)	2º e 3º Desembolsos	BES Inv.	24/09/03	15/09/03	15/09/08			
B EI (ML III)	2º e 3º Desembolsos	Barclays	06/12/07	15/09/07	15/06/20	16.626.597		16.626.597
						45.723.141	7.315.702	53.058.843
B EI (ML II/B)	1º, 2º, 3º, 4º Desembolsos	DBI	05/12/07	15/06/07	15/12/20	86.458.302	--	86.458.302
B EI (ML I/3)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	UBS	24/02/05	15/09/04	15/09/21			
B EI (ML I/3)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	Barclays	17/05/07	15/09/05	15/09/21	116.386.176	8.313.298	124.699.474
B EI (ML I/3-B)	1º, 2º Desembolsos	BNPP	11/05/04	15/06/04	15/06/12	33.751.991		33.751.991
B EI (ML I/3-B)	3º Desembolso	BST	31/07/02	15/03/03	15/03/12			
B EI (ML I/3-B)	3º Desembolso	BES Inv.	24/09/03	15/09/03	15/09/08			
B EI (ML I/3-B)	3º Desembolso	Barclays	06/12/07	15/09/07	15/06/22	38.573.704		38.573.704
						72.325.695	2.493.989	74.819.685
B EI (ML II/C)	1º, 2º Desembolsos	BNPP	11/05/04	15/06/04	15/06/12	53.038.843	--	53.038.843
B EI (ML IV)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	BES Inv.	06/03/03	15/09/03	15/09/18			
B EI (ML IV)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º Desembolsos	JP Morgan	07/12/07	15/09/07	15/09/18	169.591.285	--	169.591.285
B EI (ML V/A)	1º, 2º, 3º e 4º Desembolsos	DBI	24/05/07	15/03/07	15/12/20	150.000.000	--	150.000.000
B EI (ML V/B)	1º, 2º, 3º Desembolsos	Barclays	06/12/07	15/09/07	15/06/21	80.000.000	--	80.000.000
B EI (ML V/C)	1º Desembolso	BST	26/05/03	16/06/03	15/06/22			
B EI (ML V/C)	1º Desembolso	BNPP	14/02/06	15/12/05	15/06/22			
B EI (ML V/C)	1º Desembolso	JP Morgan	31/05/07	15/12/06	15/06/22	40.000.000		40.000.000
B EI (ML V/C)	2º Desembolso	BNPP	11/12/07	15/12/07	15/06/22	40.000.000		40.000.000
						80.000.000	--	80.000.000
B EI (REEST – Inc. Capital)	Tranche A	C Suisse	22/05/06	15/03/06	15/06/22	12.202.497		12.202.497
B EI (REEST – Inc. Capital)	Tranche B	BST	31/05/07	15/03/07	15/06/22	6.101.249		6.101.249
B EI (REEST – Inc. Capital)	Tranche C	DBI	30/05/06	15/03/06	15/06/22	6.101.249		6.101.249
						24.404.994	(24.404.994)	--
AB N (Schuldschein)	Tranche A	Morgan Stanley	24/02/05	22/07/05	22/07/24			
AB N (Schuldschein)	Tranche A	C Suisse	01/06/07	22/07/06	22/07/24	100.000.000		100.000.000
AB N (Schuldschein)	Tranche B	UBS	24/02/05	22/07/05	22/07/24			
AB N (Schuldschein)	Tranche B	C Suisse	01/06/07	22/07/06	22/07/24	100.000.000		100.000.000
AB N (Schuldschein)	Tranche C	BST	25/02/05	22/07/05	22/07/24			
AB N (Schuldschein)	Tranche C	C Suisse	06/10/06	22/07/06	22/07/24	100.000.000		100.000.000
						300.000.000	--	300.000.000
P COM (BNPP –2005)		BNPP	31/05/07	12/02/07	12/08/12	50.000.000	--	50.000.000
P COM (Barclays)		JP Morgan	07/12/06	18/12/06	18/12/13	125.000.000	--	125.000.000
P COM (BNPP –2007)		BNPP	11/12/07	08/11/07	08/05/14	50.000.000	--	50.000.000
						1.933.059.020	--	1.933.059.020

Relativamente aos empréstimos por obrigações a empresa contratou com diversas entidades bancárias, contratos de SWAP de taxa de juro, como segue:

Empréstimos por obrigações		Data			Capital coberto 2007-12-31		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total de financiamento associado
Merrill Lynch	M Lynch	2007/05/24	2007/04/15	2016/10/15	69.582.307	-	69.582.307
Obrigações 2026	Barclays	2006/12/05	2006/12/04	2026/12/04	100.000.000		100.000.000
Obrigações 2026	Lehman Brothers	2006/12/14	2006/12/04	2026/12/04	70.000.000		70.000.000
Obrigações 2026	JP Morgan	2006/12/14	2006/12/04	2026/12/04	100.000.000		100.000.000
Obrigações 2026	BBVA	2006/12/15	2006/12/04	2026/12/04	70.000.000		70.000.000
Obrigações 2026	M Lynch	2006/12/22	2006/12/04	2026/12/04	60.000.000		60.000.000
Obrigações 2026	JP Morgan	2007/05/17	2006/12/04	2026/12/04	85.000.000		85.000.000
Obrigações 2026	JP Morgan	2007/05/17	2006/12/04	2026/12/04	85.000.000		85.000.000
Obrigações 2026	JP Morgan	2007/05/17	2006/12/04	2026/12/04	30.000.000		30.000.000
Obrigações 2026	Barclays	2007/05/17	2006/12/04	2026/12/04	200.000.000		200.000.000
Obrigações 2026	Barclays	2007/05/17	2006/12/04	2026/12/04	100.000.000		100.000.000
Obrigações 2026	M Lynch	2007/05/24	2006/12/04	2026/12/04	100.000.000		100.000.000
					1.000.000.000	-	1.000.000.000
Obrigações 2027	Barclays	2007/12/20	2007/12/07	2022/12/07	200.000.000		200.000.000
Obrigações 2027	JP Morgan	2007/12/07	2007/12/07	2027/12/07	100.000.000		100.000.000
Obrigações 2027	BNPP	2007/12/11	2007/12/07	2027/12/07	100.000.000		100.000.000
					400.000.000	-	400.000.000
					1.469.582.307	-	1.469.582.307

49. Outros devedores e credores

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Curto prazo		Médio e longo prazo	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Parque Expo'98	7.980.766	7.082.930	0	0
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses E.P.	982.387	0	0	0
Pessoal (Nota 25)	541.207	414.799	0	0
Câmara Municipal Barreiro – juros de mora	1.658.179	0	0	0
Câmara Municipal Barreiro – Serv. Municipalizados	717.586	0	0	0
Rodoviária de Lisboa S.A.	2.559.290	7.153	0	0
Câmara Municipal de Lisboa	17.158	0	423.105	0
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	200.051	2.504.355	0	0
REFER – Rede Ferroviária Nacional	279.356	0	0	0
FERTAGUS – Travessia do Tejo Transportes S.A.	339.227	0	0	0
Transtejo	76.545	0	0	0
Outros credores c/ Estado	0	0	0	497.787
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 16)	2.285.589	0	0	0
Subsídios a receber	7.622.305	0	0	0
Outros	1.373.168	485.132	17.158	0
	26.632.814	10.494.370	440.263	497.787

Em 17 de Agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha e respectivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de € 9.975.957 seria paga pela Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de € 1.995.191, € 2.493.990, € 2.493.990 e € 2.992.787, respectivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um proveito diferido no montante de € 9.975.957. Até 31 de Dezembro de 2007 da compensação total a Empresa recebeu o valor de € 1.995.191 relativo à parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros devedores" o montante de € 7.980.766.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha e respectivas estações a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do proveito relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre Maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que a Empresa concluiria a construção e daria início à exploração desta linha).

Em 29 de Setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre a Empresa, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que a Empresa pagaria à Parque Expo'98 a importância de € 7.082.930 a título de expropriação da área indispensável à implementação e construção da estação de metro "Gare do Oriente", não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo a Empresa capitalizou nos encargos com a construção da Linha do Oriente e respectivas estações o montante de € 7.082.930 e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outros credores", pelo mesmo montante.

O montante de € 7.622.305 é relativo ao subsídio a receber do FEDER, respeitantes a investimentos realizados pela Empresa nos exercícios de 2006 e 2007 e cujos processos de candidatura foram entregues nesses exercícios. A Empresa reconheceu este montante por contrapartida da rubrica de "Reserva para investimentos" (Nota 40).

50. Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2007	2006
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	0	447
Empresas do grupo (Nota 16)	3.299.458	860.006
Receitas de tráfego	685.690	627.199
Outros	169.616	201.166
	4.154.764	1.688.818
Custos diferidos:		
Seguros	88.610	88.345
Despesas financeiras	1.357.984	1.488.561
Encargos com contratos de leasing (Nota 53)	2.933.744	3.196.516
Encargos com financiamento	6.501.189	6.959.424
Descontos de emissão de obrigações	1.204.194	1.141.349
Trabalhos por conta de terceiros	34.431.583	23.861.563
Conservação plurianual	603.854	1.164.825
Diferenças de câmbio desfavoráveis (Nota 3.o))	108.473	119.320
Contratos de assistência técnica	4.376	20.893
Encargos com pensões (Nota 51)	37.261.518	39.590.363
Outros	40.431	261.303
	84.535.955	77.892.462

	2007	2006
Acréscimos de custos:		
Férias, subsídios de férias e respectivos encargos sociais	8.187.587	8.567.551
Juros vencidos e não pagos	6.181.011	7.983.279
Rendas de locação operacional (Nota 53)	2.850.455	3.759.140
Outros	2.966.822	1.176.448
	20.185.875	21.486.418
Proveitos diferidos:		
Subsídios para investimentos	37.453.539	40.486.544
Contratos de leasing – mais-valias diferidas (Nota 53)	64.931.774	69.662.945
Reestruturação de operações SWAP	19.058.258	0
Outros	768.319	405.240
	122.211.890	110.554.729

A rubrica “Custos diferidos – despesas financeiras” no montante de € 1.357.984 refere-se aos custos financeiros incorridos com a contratação de empréstimos bancários, e que são diferidos de acordo com o período temporal dos empréstimos.

A rubrica “Custos diferidos – encargos com contratos de leasing”, no montante de € 2.933.744, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação financeira e operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respectivos contratos.

A rubrica “Custos diferidos – encargos com financiamento” inclui o montante de € 5.495.649 referente ao valor pago antecipadamente relativamente à totalidade do spread do empréstimo bancário do ABN no montante de € 300.000.000 (Nota 48) e que se encontra a ser diferido de acordo com o período temporal desse empréstimo.

A rubrica “Custos diferidos – trabalhos por conta de terceiros” inclui, essencialmente, os montantes de € 21.260.757 e € 9.517.589 relativos a obras efectuadas pela Empresa por conta da Transtejo e da Câmara Municipal de Lisboa, respectivamente.

A rubrica “Proveitos diferidos – subsídios para investimentos”, no montante de € 37.453.539, inclui os valores atribuídos no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, para financiar investimentos efectuados pela Empresa relacionados com o plano de expansão da rede. Os subsídios são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Outros proveitos e ganhos operacionais”, proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas (Nota 3.n)).

A rubrica de “Proveitos diferidos – reestruturação de operações SWAP” no montante de € 19.058.258, respeita ao proveito líquido obtido pela Empresa com a renegociação de 15 SWAPS, no seguimento da política de gestão que a Empresa exerce sobre a sua carteira de derivados, os quais se detalham como segue:

Entidade	Montante	Data da operação	Financiamento	Montante financiamento (Nota 48)
JP Morgan	30.000.000	2007/07/15	Obrigações 2026	400.000.000
Santander Totta	7.725.000	2007/06/01	BEI-Inc. Capital	6.101.249
	37.725.000			406.101.249
JP Morgan	(6.500.000)	2007/05/31	BEI ML V/C	40.000.000
BNP Paribas	(6.323.000)	2007/05/31	P Com-2005	50.000.000
Barclays	(1.275.000)	2007/05/17	BEI ML B, III, I/3-B (V)	68.560.959
Barclays	(3.900.000)	2007/05/17	BEI ML B(Fr) + I/3	143.923.977
	(17.998.000)			302.484.935
	19.727.000			708.586.184

Este montante encontra-se a ser diferido pelo período a que dizem respeito os instrumentos financeiros derivados que resultaram da renegociação, tendo sido o proveito associado reconhecido na demonstração dos resultados, na rubrica de “Outros custos e perdas financeiros” pelo montante de € 668.712.

51. Pensões

Conforme referido na Nota 3.f), a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice e invalidez, pré-reforma e pensões de sobrevivência. Em 31 de Dezembro de 2007, o número de empregados activos, pré-reformados e reformados/pensionistas ascendia a 1.443, 20 e 1.204, respectivamente (1.501, 26 e 1.152 em 31 de Dezembro de 2006).

Aquelas prestações correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de Dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

De acordo com estudos actuariais elaborados por uma entidade independente, o valor actual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no activo, pré-reformados e reformados foi estimado em:

	2007	2006
Trabalhadores activos	44.230.625	43.347.791
Pré-reformados	3.542.094	4.868.802
Reformados	144.094.836	135.118.985
	191.867.555	183.335.579

O estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2007 foi efectuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes principais pressupostos e bases técnicas e actuariais:

Tábuas de mortalidade	TV 73/77 – França
Tábuas de invalidez	EVK 80 – Suíça
Taxa média de crescimento dos salários	2,25%
Taxa média anual de rendimento do fundo	6%
Taxa média anual de crescimento de pensões	2%
Taxa média anual de actualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	5%

As responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de € 191.867.555, em 31 de Dezembro de 2007 encontram-se registadas no passivo na rubrica “Provisões para pensões” (Nota 34). As responsabilidades em 31 de Dezembro de 2007 relativas aos actuais empregados e por amortizar, no montante de € 37.261.518, encontram-se registadas na rubrica “Custos diferidos – encargos com pensões” (Nota 50). Estão a ser amortizadas em 23 anos, correspondendo ao período médio estimado de vida laboral remanescente dos empregados.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica de “Custos com o pessoal – pensões” (Nota 52) inclui os seguintes custos com pensões de reforma:

	2007	2006
Aumento das responsabilidades com pensões no exercício (Nota 34)	8.531.976	3.808.443
Pagamento de pensões no exercício, sem utilizar a provisão	9.807.640	9.408.245
Amortização das responsabilidades dos activos	2.328.845	2.328.845
Custo com pensões no exercício	20.668.461	15.545.533

Em 31 de Dezembro de 2007 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

52. Custos com o pessoal

Esta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, tem a seguinte composição:

	2007	2006
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 43)	481.582	510.865
Remunerações do pessoal	52.402.302	51.636.277
Pensões (Nota 51)	20.668.461	15.545.533
Encargos sociais	12.229.775	12.099.813
Prémios de seguro de saúde (Nota 31)	974.285	1.153.588
Outros custos com pessoal	1.803.317	1.750.097
	88.559.722	82.696.173

53. Fornecedores de imobilizado, conta corrente

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de fornecedores de imobilizado, conta corrente inclui as rendas vincendas de contratos de locação financeira no montante de € 185.430.643 (Nota 15) e as contas a pagar por obras de expansão da rede.

Em 29 de Dezembro de 1995 e em 30 de Dezembro de 1997, a Empresa celebrou com a DB EXPORT Leasing GmbH, dois contratos de leasing, relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tracção (UT's), respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2007, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a € 98.905.344 (Nota 15) (€ 89.047.362 classificados a médio e longo prazo e € 9.857.982 a curto prazo).

Em 31 de Dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT's de material circulante da série ML95, pelo montante de € 124.699.474 e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de Janeiro de 1999. Em 31 de Dezembro de 2007, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a € 81.341.337 (Nota 15).

A Empresa de forma a cobrir o risco financeiro das variações de taxa de juro associadas aos contratos de locação financeira, contratou junto de instituições financeiras, SWAP de taxa de juro conforme detalhe:

Designação	Entidade	Swap	Data		Capital
			Inicial	Final	
DB Export/95	BST	2003/02/26	2003/06/15	2013/12/30	52.680.881
DB Export/97	BST	2003/02/26	2003/06/15	2015/12/30	46.224.463
					98.905.344
BSN/CGD (US Lease)	BST	2005/09/22	2005/07/01	2019/01/02	81.341.337
					180.246.681

A operação foi organizada e estruturada pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pelo D'Accord Financial Service, Inc. e financiada pela Caixa Geral de Depósitos. Esta operação foi autorizada pelo Despacho Conjunto n.º 911-A/98, de 22 de Dezembro de 1998, dos Ministérios das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Em 15 de Dezembro de 2003, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira com o TOTTA - Crédito Especializado, S.A., relacionado com o equipamento de fecho da rede, pelo montante de € 29.516.500, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 5 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 3 meses, acrescida de 0,30%. Em 31 de Dezembro de 2007, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a € 5.183.962 (Nota 15).

Relacionadas com as operações mencionadas, incluindo os contratos de locação operacional, foram registadas as seguintes transacções, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e encontram-se registados os seguintes saldos, àquela data:

Custos diferidos com comissões e honorários de entidades envolvidas nas operações (Nota 50)	2.933.744
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia originada no contrato referente às 14 UT's (Nota 50)	2.007.377
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia originada no contrato referente às 24 UT's (Nota 50)	2.250.629
Acréscimo de custos pela periodificação de encargos financeiros referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 a pagar em 2008	599.722
Amortização da mais-valia originada no contrato referente às 14 UT's (Nota 45)	250.922
Amortização da mais-valia originada no contrato referente às 24 UT's (Nota 45)	195.707
Juros e outros custos financeiros suportados (Nota 45)	4.472.757
Custos suportados com a taxa de aval	442.930
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia e da operação US CROSS BORDER LEASE 2000 originados no contrato de locação operacional, celebrado relativamente a 18 unidades triplas de tracção da série ML97 (Nota 50)	17.577.903
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia e da operação US CROSS BORDER LEASE 2001 originados no contrato de locação operacional, celebrado relativamente a 19 unidades triplas de tracção da série ML97 (Nota 50)	27.680.223
Proveitos diferidos decorrentes da mais-valia e da operação US CROSS BORDER LEASE 2002 originados no contrato de locação operacional, celebrado relativamente a 19 unidades triplas de tracção da série ML99 (Nota 50)	15.415.642
Acréscimo de custos pela periodificação de rendas de locação operacional, dos contratos relativos a 18 e 19 unidades triplas de tracção da série ML97 (Nota 50)	2.850.455
Amortização da mais-valia originada no contrato de locação operacional, referente a 18 unidades triplas de tracção da série ML97	1.372.285
Amortização da mais-valia originada no contrato de locação operacional, referente a 19 unidades triplas de tracção da série ML97	1.977.162
Amortização da mais-valia originada no contrato de locação operacional, referente a 19 unidades triplas de tracção da série ML99	935.095
Encargos registados em fornecimentos e serviços externos - rendas e alugueres, relativos aos contratos de locação operacional	11.814.994

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os proveitos relativos às operações US Cross Border Lease (NPV) estão registados na rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais”, por estarem relacionados com as operações de leasing operacional e ascendem a € 609.135. Adicionalmente, o reconhecimento das amortizações das mais-valias originadas nos contratos de locação operacional referente a 18 e 19 unidades triplas de tracção da série ML97 e 19 unidades triplas de tracção da série ML99, nos montantes de € 1.372.285, € 1.977.162 e € 935.095, foram registados na rubrica de “Outros proveitos e ganhos operacionais”.

54. Responsabilidades em contencioso

Em 31 de Dezembro de 2007, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de € 133.386.535, os quais referem-se essencialmente a processo intentado relativo a contestação de adjudicação de obra, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, não tendo sido registada, naquela data, qualquer provisão relativa às mesmas, uma vez que caso aquelas indemnizações sejam pagas as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de “Imobilizações corpóreas”. Durante o exercício de 2007, a Empresa assumiu indemnizações por danos causados com as obras de expansão da rede, através de prestações pecuniárias e em espécie (trabalhos), respectivamente, no montante de € 494.524 e € 343.769, as quais foram registadas no balanço na rubrica de “Imobilizações corpóreas financiadas pelo Estado”.

55. Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 com as rubricas do balanço:

Numerário	18.300
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	253.736
Caixa e seus equivalentes	272.036
Disponibilidades constantes do balanço	272.036

O Técnico Oficial de Contas

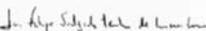


Dr. Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Gerência



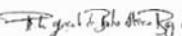
Dr. Joaquim José de Oliveira Reis



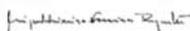
Eng.º Luís Filipe Salgado Zenha de Moraes Correia



Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Miguel Teixeira Ferreira Roquette



9. Parecer da Comissão de Fiscalização

I - Introdução

Em cumprimento das funções que lhe estão consignadas na Lei e nos Estatutos da Empresa, nomeadamente do seu art.º 21.º, a Comissão de Fiscalização do Metropolitano de Lisboa, elaborou o presente Parecer sobre o Relatório do Conselho de Gerência e Contas, relativos ao exercício de 2007, que, previamente, lhe foram submetidos para apreciação.

Releva-se que sendo o Metropolitano de Lisboa, uma Empresa Pública em que são envolvidos avultados recursos públicos, considera a Comissão de Fiscalização que a sua gestão, sem defraudar a qualidade do serviço público de excelência a que está obrigada a prestar, deve ser, fundamentalmente, pautada por critérios de rigor e transparência, devendo ter sempre presente, a necessária contenção de despesas que a conjuntura do país impõe.

Concretizando este objectivo estatutário, entende a Comissão, que para além do Parecer formal a que se encontra obrigada a emitir, deve também realçar, sucintamente, os aspectos que julga mais relevantes da actividade desenvolvida, e que possam clarificar, de algum modo, o entendimento do seu Parecer.

II - Actividade da Comissão de Fiscalização

O órgão fiscalizador reuniu ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, tendo-se sistematicamente inteirado do conteúdo dos diversos documentos de trabalho emanados dos respectivos serviços operacionais, bem como, analisado regularmente e de forma sistemática as contas e a actividade desenvolvida pela empresa.

Para além do Parecer anual sobre o Relatório e Contas do exercício, elaborou e emitiu, também, os respectivos Relatórios Trimestrais os quais, nos termos legais, foram oportunamente remetidos para conhecimento da Tutela Governamental. Realça-se ainda, que desde o início das suas funções, este órgão social tomou como princípio a elaboração de um Relatório anual da actividade por si desenvolvida, o qual tem sido, em tempo oportuno, dado conhecimento superior.

Da mesma forma, suprimindo o acompanhamento presencial das reuniões do Conselho de Gerência, a Comissão analisou, cuidadosamente, as actas das reuniões do órgão gestor, bem como, o conteúdo da documentação de suporte das decisões tomadas.

No decorrer do exercício e sempre que foi julgado necessário para o esclarecimento de eventuais situações vividas pela empresa ou do seu foro gestor, foram pedidas informações ao Conselho de Gerência, bem como, efectuadas visitas periódicas aos serviços da empresa e consequentes reuniões de trabalho com os seus responsáveis directos.

Sempre que julgou oportuno, alertou, formal ou informalmente, o Conselho de Gerência para factos e situações julgadas pertinentes e a merecerem uma atenção especial por parte do órgão executivo.

Analisou, de igual modo, os instrumentos Previsionais de Gestão, bem como acompanhou com especial atenção a evolução da situação financeira da empresa e a execução dos seus projectos de investimento.

Regista-se que no desenvolvimento da actividade da Comissão, foi estabelecido através do Vogal ROC, um contacto regular com os auditores externos da Empresa, de cujo relatório anual nos foi dado prévio conhecimento.

Finalmente, sempre que teve conhecimento atempado, a Comissão de Fiscalização fez-se representar, por um dos seus membros, nos actos de abertura de propostas dos concursos públicos.

III – Actividade da Empresa

Entende a Comissão de Fiscalização que o Relatório Anual de Gestão da responsabilidade do Conselho de Gerência, refere com a necessária clareza a forma como decorreu a actividade do Metropolitano de Lisboa E.P., durante o exercício de 2007.

No entanto, pela sua importância ou acuidade no desempenho global da empresa, supomos que devem ser realçados os seguintes aspectos:

- Actualmente a rede do Metropolitano de Lisboa, composta com as suas quatro linhas, passou a dispor, com a abertura a 19 de Dezembro de Terreiro do Paço e Santa Apolónia, de 50 estações estendendo-se por cerca de 38 km. Com os investimentos em curso, passará, a curto prazo, a dispor de 57 estações e 45 km de linhas;
- Realça-se, com particular pertinência, que depois de vários contratempos, alguns estranhos à Empresa, foi possível durante o exercício “fechar”, em definitivo, a rede do Metropolitano, projecto justificado como forte contributo para a eliminação não só de fraudes, como incremento de receitas e obtenção de registos estatísticos da procura comercial;
- Espera-se que, com o maior rigor de controlo de utentes e respectiva receita, o retorno do elevado investimento efectuado, seja feito em tempo útil;
- Refere-se do mesmo modo, que a revisão de tarifas aprovadas em Janeiro e o referido fecho da rede, em Fevereiro, permitiram aumentar, significativamente, as receitas de venda de passes e títulos com especial ênfase para os títulos próprios. Em Dezembro verificou-se uma transição da receita de títulos próprios para o novo título, entretanto criado, “Zapping”;
- Em termos de evolução qualitativa sobre os meios postos à disposição dos clientes, nomeadamente do material circulante e respectiva capacidade de manutenção, é de realçar a reconfirmação da Certificação atribuída pelas entidades competentes à Exploração Industrial (EI) do Metropolitano, da norma ISO 9000:2001. Assina-la que idêntico processo começou a ser desenvolvido, também, na área da Exploração Comercial onde se espera, em breve, a respectiva certificação;
- Apesar de durante o ano de 2007 o número de passageiros do ML – cerca de 179,7 milhões – ter diminuído globalmente em cerca de 4,2 milhões em relação ao período anterior, regista-se que, segundo os valores da Exploração Comercial, face ao valor estimado para fraudes e gratuitos, o número real de clientes pagantes foi superior em 2,5% ao do ano anterior. No entanto, face à necessidade de potenciar este tipo de transporte público, justifica-se o incremento de medidas que promovam a apetência e o acréscimo de novos clientes na utilização do metropolitano como transporte público de excelência;
- Realça-se, no entanto, que apesar de menos clientes transportados pelo ML, tendo em conta, a revisão de tarifas aprovadas, oportunamente, em Janeiro e um maior controlo de fraudes decorrente do processo do fecho da rede o acréscimo global de receitas cobradas foi na ordem dos 9%;

- Em matéria de investimentos a Empresa realizou 37,2% do investimento programado – cerca de 75,5 milhões de euros –, sendo de assinalar que cerca de 72,6 milhões foram despendidos na construção de Infra-estruturas de Longa Duração. Realça-se, que estes valores não incluem “Investimentos por conta de terceiros”, os quais têm vindo a crescer em número e valor, sem que, em alguns casos, exista contratualização e a empresa seja, atempadamente, ressarcida dos gastos efectuados;
- Regista-se, em termos prospectivos, que a realização dos empreendimentos em curso, irá possibilitar a médio prazo à Empresa, a exploração de mais 5,8 km de linhas com 3 novas estações Moscavide, Encarnação e Aeroporto e a duplicação em mais duas, com a construção de Saldanha II e S. Sebastião II, o que permite o interface, respectivamente, entre a Linha Vermelha e as Linhas Verde, Amarela e Azul;
- Conforme registo nos relatórios emitidos pela gestão dos Recursos Humanos, nomeadamente o “Balanço Social”, a comunidade de trabalho do Metropolitano de Lisboa, no final de Dezembro de 2007, era constituída por 1.648 trabalhadores, (1.592 efectivos e 56 com contratos a tempo parcial) tendo reduzido em 17 o número de colaboradores em relação ao ano transacto. Regista-se, também, que em relação à “conflitualidade social”, verificou-se, ao longo do período, uma maior estabilidade laboral, traduzida numa considerável diminuição das horas perdidas;
- Também, o nível de absentismo aumentou ligeiramente em 2007, fixando-se nos 7,96%, invertendo-se, todavia, a tendência decrescente que se vinha registando. Continuam por concretizar os projectos envolvendo as soluções definitivas, em relação ao PMO I em Sete Rios, à propriedade da Alameda das Linhas de Torres, processos que importa resolver na salvaguarda dos interesses patrimoniais da empresa. Neste domínio, tomou este Órgão conhecimento, que se encontra, finalmente, em vias de resolução entre as partes, a questão dos direitos de superfície da envolvente da estação Campo Grande.

IV – Situação económica e financeira

Os processamentos contabilísticos foram examinados pelo Revisor Oficial de Contas, Vogal desta Comissão, o qual de acordo com as normas legais emitiu a competente Certificação Legal de Contas, bem como o consequente Relatório, referente ao exercício de 2007, tendo expresso as “reservas” e “ênfases” que foram julgadas apropriadas, documentos que merecem na sua totalidade a concordância da Comissão de Fiscalização.

De acordo com a Demonstração de Resultados, a empresa apresentou em 2007 um resultado líquido negativo de 144.222 milhares de euros, cerca de 1,9% inferior ao do ano transacto, explicado, essencialmente, pela melhoria de 5,4% dos seus resultados operacionais e dos 4,2% nos resultados extraordinários.

Apesar da relativa melhoria verificada nos resultados, entende o órgão fiscalizador que a continuação de consideráveis resultados negativos em conjugação com as crescentes responsabilidades assumidas com entidades financiadoras, já em boa parte destinadas ao financiamento do fundo de maneo, podem vir, a prazo, a criar uma situação desfavorável para a Empresa, se outras soluções económicas e financeiras não forem, entretanto, encontradas.

Releva-se, também, que durante o exercício observou-se uma redução significativa do montante do Capital Próprio da Empresa, situando-se agora o mesmo, em termos líquidos, no valor negativo de 56.678 milhares de euros, representando menos 9,4% do Capital Estatutário.

V – Parecer

De acordo com o exposto relativo à actividade do Metropolitano de Lisboa, E.P. e às considerações enunciadas nos documentos citados, a Comissão de Fiscalização é de Parecer que:

1. O Relatório do Conselho de Gerência encontra-se correctamente elaborado, respeitando as determinações legais e estatutárias e evidenciando com clareza e rigor os aspectos mais relevantes ocorridos, no exercício de 2007, na gestão da Empresa.
2. Tal como determina a Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007 de 28 de Março, encontram-se devidamente incluídas no Relatório de Gestão, para além da informação necessária relativa à gestão da empresa, as transacções de maior dimensão financeira com empreiteiros e fornecedores, bem como o regime jurídico aplicado em matéria de aquisição de bens e serviços.
3. O Balanço, Demonstração de Resultados Líquidos e o Anexo às Contas, com as reservas e ênfases expressas na Certificação Legal de Contas, mostram de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira do ML em 31 de Dezembro de 2007.

Nestes termos e considerando o exposto, a Comissão de Fiscalização do Metropolitano de Lisboa, E.P. emite, formalmente, PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Relatório do Conselho de Gerência, bem como às Contas e Demonstrações Financeiras e respectivo Anexo, referentes ao exercício de 2007, concordando, de igual modo, com a Aplicação de Resultados proposta pelo Conselho de Gerência.

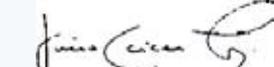
A Comissão de Fiscalização regista, ainda, com apreço, a colaboração demonstrada pelo Conselho de Gerência, sempre que lhe foi solicitada, bem como a pronta disponibilidade dos responsáveis pelas Direcções e Serviços, como igualmente, pela generalidade dos colaboradores desta Empresa Pública com os quais, no desempenho das suas funções, teve necessidade de contactar.

Lisboa, 18 de Julho de 2008

A Comissão de Fiscalização



Dr. Renato A. Vieira Campos



Dr. Luís Caiano Pereira, (Vogal ROC)



Dr. Evaristo da Cruz Branquinho



10.

Certificação legal de contas

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de Balanço de 3.459.308.048 euros e um total de Capital Próprio negativo em 56.678.366 euros, incluindo um Resultado Líquido negativo em 144.221.982 euros), as Demonstrações de Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gerência, utilizados na sua preparação;
 - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Excepto quanto às limitações referidas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Tal como divulgado na Nota 10 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, o Governo, pelo Decreto-Lei 186/80, assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infra-estruturas de longa duração (ILD's) do Metropolitano de Lisboa, E.P, encontrando-se a tipologia de tais investimentos definida no referido instrumento legal. No entanto, não se encontra legalmente definido se o Metropolitano de Lisboa, E.P., ao efectuar tais investimentos actua por conta própria ou por conta do Estado Português, e resultando de tal indefinição, se tais investimentos são da efectiva propriedade da Empresa, constituindo activos da mesma, bem como se as responsabilidades assumidas com os empréstimos obtidos para o seu financiamento são suas responsabilidades efectivas. De igual modo, não se encontra legalmente definida a política de amortização de tais activos; a política de reconhecimento contabilístico dos subsídios atribuídos pelo Estado para o seu financiamento; a política de capitalização dos encargos financeiros directamente incorridos para o seu financiamento e a política de capitalização de custos internos associados à sua realização; o que constitui uma limitação do âmbito da nossa revisão. Informação sobre os critérios adoptados pela Empresa na relevação contabilística dos investimentos de tal natureza e dos subsídios atribuídos pelo Estado para o seu financiamento, bem como sobre as políticas de capitalização, amortização e de reconhecimento em resultados dos custos do financiamento de tais investimentos encontra-se adequadamente divulgada nas Notas 3.a)-ii, 3.b)-ii, 3.n), 8, 10, 11 e 14 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Da referida limitação, não nos é possível concluir quanto à adequação da relevação contabilística no Balanço do Metropolitano de Lisboa, E.P. em 31 de Dezembro de 2007 de activos relativos a investimentos de longa duração no valor de 2.846.382.153 euros, os quais incluem custos financeiros capitalizados no valor de 284.953.188 euros e custos internos capitalizados no valor de 53.342.679 euros; quanto à adequabilidade da política de não amortização de tais activos; quanto à adequabilidade da relevação contabilística como capitais próprios da Empresa, em rubrica de reservas, dos subsídios atribuídos pelo Estado para financiamento de tais activos, no valor de 938.439.481 euros; nem quanto à adequabilidade do registo na Demonstração de Resultados do exercício dos juros suportados com o financiamento bancário de tais activos.

8. Conforme divulgado na Nota 50 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, o Activo em 31 de Dezembro de 2007 evidencia em rubrica de “Custos diferidos – trabalhos por conta de terceiros” o valor de 34.431.582 euros relativos a obras efectuadas pela Empresa por conta de terceiros, que não se encontram facturadas pelo Metropolitano de Lisboa, E.P., e que, na sua maioria, não foram objecto de contratualização ou outra forma de formalização entre a Empresa e as restantes entidades envolvidas que defina os valores a facturar e o momento e forma de facturação. Do exposto, não nos é possível concluir quanto à efectiva realização de tais activos.

Opinião

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações constantes dos parágrafos 7 e 8 acima, as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que:
- 10.1. O Metropolitano de Lisboa, E.P. gerou no exercício de 2007, e à semelhança do ocorrido nos exercícios passados, um prejuízo significativo (144.221.982 euros), apresentando uma estrutura financeira desequilibrada, expressa na existência de capitais próprios em 31 de Dezembro de 2007 negativos em 56.678.366 euros e na insuficiência do seu activo circulante para fazer face ao passivo de curto prazo. De referir igualmente que a Empresa mantém em curso um significativo plano de investimento que requer financiamentos igualmente significativos. Do referido, é nossa opinião que a continuidade da Empresa, e conseqüentemente a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos, encontra-se dependente da manutenção do suporte financeiro do Estado Português à Empresa, o qual tem vindo a ser prestado sob a forma de indemnizações compensatórias, dotações de capital e subsídios para financiamento dos investimentos.
- 10.2. As demonstrações financeiras objecto da presente Certificação encontram-se preparadas em base individual, nos termos da legislação aplicável, encontrando-se os investimentos em empresas filiais e associadas constantes do Balanço registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa irá preparar Demonstrações financeiras consolidadas, as quais permitirão uma melhor compreensão da posição financeira em 31 de Dezembro de 2007, e dos resultados e dos fluxos de caixa gerados no exercício findo naquela data do grupo formado pela empresa e pelas suas filiais e associadas.

Lisboa, 18 de Julho de 2008



CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO E JOSÉ REIMÃO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:
Luís Pedro Caiano Pereira
ROC n.º 842

Ficha técnica

Edição

Metropolitano de Lisboa, E.P.

Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão

Sandra Tavares

Coordenação

Estudos, Planeamento, Orçamento e Controlo de Gestão

Mafalda Veiga Alves

Produção

Exploração Comercial

ECl –Gabinete de Comunicação e Imagem

Projecto gráfico

Gabinete de Comunicação e Imagem

Maria João Rodrigues

ortem

Relatório e Contas de 2007